

**Perspetivas de Integração por parte de Refugiados numa comunidade
do Litoral de Portugal**

Dissertação de Mestrado

Susana Maria Delgado Zarro

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor Doutor José Carlos Laranjo Marques

Leiria, 2017

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Agradecimentos

“Só crescemos à medida que nos damos a algo mais alto que nós mesmos”.

Antoine de Saint-Exupéry

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor José Carlos Laranjo Marques, por todo o incentivo e motivação nos momentos mais difíceis. Obrigada pela disponibilidade!

Um agradecimento especial à minha família pelo apoio incondicional e pela compreensão nas fases “menos presentes” que este percurso obrigou. Obrigada por estarem presentes na minha vida...

Aos meus pais, que apesar de não estarem presentes fisicamente, são eles que me dão força para continuar! São a minha inspiração!

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo, compreender como as famílias de refugiados, acolhidas numa comunidade situada no litoral do país, percecionam o seu processo de integração junto da sociedade de acolhimento.

Pretende dar a conhecer, não tanto as políticas de integração do país, mas o “olhar” de quem vive na “primeira pessoa” essas políticas e o contacto com autóctones - sociedade de acolhimento.

Face ao exposto, foi realizado um estudo qualitativo, com recurso a entrevistas no qual se pretendeu: 1) identificar possíveis obstáculos que poderão dificultar a integração das famílias acolhidas (fatores sociais, económicos, laborais, linguísticos, culturais, etc.); 2) Aferir a importância da mediação como ferramenta de integração das famílias acolhidas; 3) Aferir até que ponto as primeiras famílias poderão contribuir como agentes mediadores das futuras famílias; 4) identificar as expectativas futuras relativamente à permanência ou não no país de acolhimento.

Na primeira parte deste trabalho é feito o enquadramento conceptual e teórico, sendo o primeiro capítulo dedicado ao conceito de Refugiado, à distinção feita entre os conceitos de Refugiado/ Migrante Económico, origem e destino dos Refugiados e, finalmente, as dificuldades que a Europa e, no caso concreto, Portugal enfrentam com o acolhimento desta população. O segundo capítulo é dedicado ao conceito de integração/ inclusão, assimilação e segregação; multiculturalidade, interculturalidade e, ainda, ao conceito de mediação intercultural.

A segunda parte é destinada à investigação empírica, nomeadamente às entrevistas realizadas às famílias acolhidas numa localidade situada no Litoral de Portugal. Nesta parte será feita a análise, descrição e interpretação dos dados recolhidos.

A terceira parte será dedicada ao capítulo conclusivo, onde serão apresentadas as conclusões e considerações finais do trabalho.

Palavras-chave: Refugiados; Migrantes; Acolhimento; Integração; Mediação Intercultural.

Abstract

The current study aims to understand how refugee families are welcomed into a community located on the Portuguese coast and how they perceive the integration process along with the host society.

It intends to show not so much the country's integration policies, but the "vision" of those who live in the "first person" with these policies and their contact with autochthonous – the host society.

In view of the above, a qualitative study was conducted through interviews. The intention was: 1) to identify possible obstacles that could hinder the integration of the host families (social, economic, labour, linguistic and cultural factors);

2) Assess the importance of mediation as a tool for the integration of refugee families;

3) Assess the extent in which the first refugee families can contribute as mediating agents for future families;

4) Identify future expectations regarding whether or not they stay in the host country.

The conceptual and theoretical framework is presented in the first part of this study. The first chapter is devoted to the concept of Refugee, the distinction made between the concepts of Refugee/Economic Migrant; origin and destination of the Refugees; and finally, the difficulties that Europe and, specifically, Portugal face with the reception of this population. The second chapter is devoted to the concept of integration/inclusion, assimilation and segregation, multiculturalism, interculturalism and the concept of intercultural mediation.

The second part is intended for empirical research, using interviews conducted to host families. In this part, the collected data will be analysed, its description and interpretation made.

The third part will be dedicated to a concluding chapter which will present the conclusions and final considerations of this study.

Keywords: Refugees; Migrants; Reception; Integration; Intercultural Mediation.

Índice Geral

AGRADECIMENTOS	1
ÍNDICE GERAL	4
INTRODUÇÃO	6
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	8
1.1. REFUGIADO	8
1.2. REFUGIADO OU MIGRANTE?	10
1.3. REFUGIADO: ORIGEM E DESTINO.....	11
1.4. DIFICULDADE DE ACOLHIMENTO POR PARTE DA EUROPA	13
1.5. DIFICULDADES DE ACOLHIMENTO POR PARTE DE PORTUGAL	15
2. INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES/REFUGIADOS	18
2.1. INTEGRAÇÃO, ASSIMILAÇÃO E SEGREGAÇÃO.....	18
2.2. INTERCULTURALIDADE E MULTICULTURALIDADE.....	23
2.3. MEDIAÇÃO INTERCULTURAL	25
2.4. MEDIADOR INTERCULTURAL	28
3. METODOLOGIA	35
3.1. INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, INSTRUMENTO, PROCEDIMENTO	35
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	40
4.1. DESCRIÇÃO DO PERFIL DO ENTREVISTADO E DO CONTEXTO	40
4.1. PERCURSO MIGRATÓRIO	42
4.2. MOTIVAÇÃO DO ENTREVISTADO NA DECISÃO DE PARTIDA	44
4.3. PERCEÇÃO DO PAÍS DE ACOLHIMENTO	45
4.4. ACOLHIMENTO NA COMUNIDADE	47
4.5. INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL	48
4.6. INTEGRAÇÃO LABORAL.....	50
4.7. A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA	52
4.8. INTEGRAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE	55
4.9. DESCRIMINAÇÃO	56
4.10. MEDIAÇÃO INTERCULTURAL	57
4.11. RECEIOS E EXPECTATIVAS	59
4.12. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	61

5. CONCLUSÕES	69
6. BIBLIOGRAFIA	75
7. WEBGRAFIA	79
8. ANEXOS	82
ANEXO 1. GUIÃO DE ENTREVISTA 1	83
ANEXO 2. GUIÃO DE ENTREVISTA 2	85
ANEXO 3. ANÁLISE CONTEÚDO ENTREVISTA 1 E 2	86

Introdução

“We are facing the biggest refugee and displacement crisis of our time. Above all, this is not just a crisis of numbers; it is also a crisis of solidarity.”

Ban Ki Moon, United Nations Secretary General in UNHCR Global Trends 2015

Atualmente, a Europa está a passar por uma crise de refugiados, sem precedentes. Não se assistia a uma crise desta dimensão desde a 2ª Guerra Mundial. O relatório anual “Tendências Globais”, levado a cabo pelo ACNUR, aponta para um total de 65,3 milhões de pessoas deslocadas por guerras e conflitos até o final de 2015 – um aumento de quase 10% se comparado com o total registado em 2014. Esta é a primeira vez que o deslocamento forçado ultrapassa o marco de 60 milhões de pessoas.

A Europa não consegue e/ou não quer dar resposta a este crescente influxo de pessoas nas suas fronteiras. Os diversos países da União Europeia não encontram consenso quanto a estratégias e políticas comuns no que diz respeito ao acolhimento e integração desta população que se encontra em situação de grande fragilidade.

Perante esta crise global, humanitária torna-se urgente tomar medidas concretas e efetivas para ajudar na resolução deste problema. O Mundo precisa de se unir no sentido de encontrar respostas e criar políticas de proteção e assistência dadas aos refugiados, salvaguardando os direitos humanos e promovendo a sua integração como novos cidadãos nos seus países de acolhimento.

Assim, considerando que Portugal vai receber um grande número de refugiados e que a comunidade a ser estudada recebeu já três famílias e que se propôs receber mais duas até 2018; tendo em conta a importância das práticas de acolhimento e integração por parte das instituições e da comunidade autóctone; considerando também a importância da mediação intercultural no processo de integração/ inclusão de refugiados nesta comunidade;

A presente dissertação tem, assim, por objetivo geral, compreender como as famílias de refugiados, acolhidas numa comunidade situada no litoral do país, percecionam o seu processo de integração junto da sociedade de acolhimento.

Os objetivos específicos são: - Identificar possíveis obstáculos que poderão dificultar a integração das famílias acolhidas (fatores sociais, económicos, laborais, linguísticos, culturais, etc.); - Aferir a importância da mediação como ferramenta de

integração das famílias acolhidas; - Aferir até que ponto as primeiras famílias poderão contribuir como agentes mediadores das futuras famílias; e, finalmente, identificar as expectativas futuras relativamente à permanência ou não no país de acolhimento.

Este trabalho pretende, assim, dar a conhecer não tanto, as políticas de integração do país, mas o “olhar” de quem vive na “primeira pessoa” essas políticas e o contacto com autóctones - sociedade de acolhimento.

A motivação para a escolha deste tema deve-se ao facto de o considerar de bastante interesse e muito atual, uma vez que se tem vindo a assistir à crescente chegada de imigrantes forçados a Portugal. Para além disso, é um fenómeno recente na nossa sociedade, constituindo, por isso, um desafio, devido à sua importância social, política e, também, mediática.

O facto de existir uma proximidade profissional em resultado do acompanhamento do público-alvo poderá ser também uma mais-valia para a concretização do objetivo deste trabalho, encontrando possíveis soluções para os obstáculos enfrentados por um número significativo de pessoas que se encontram em situação de grande fragilidade.

Na primeira parte deste trabalho será feito o enquadramento conceptual e teórico, sendo o primeiro capítulo dedicado ao conceito de Refugiado, à distinção feita entre os conceitos de Refugiado/ Migrante Económico, origem e destino dos Refugiados e, finalmente, as dificuldades que a Europa e, no caso concreto, Portugal enfrentam com o acolhimento desta população. O segundo capítulo é dedicado ao conceito de integração/ inclusão, assimilação e segregação; multiculturalidade, interculturalidade e, ainda, ao conceito de mediação intercultural.

A segunda parte é destinada à investigação empírica, nomeadamente às entrevistas realizadas às famílias acolhidas numa localidade situada no Litoral de Portugal. Nesta parte será feita a análise, descrição e interpretação dos dados recolhidos.

A terceira parte será dedicada ao capítulo conclusivo, onde serão apresentadas as conclusões e considerações finais do trabalho, ou seja, o resumo dos principais resultados, resposta ao objetivo geral e objetivos específicos e contribuição da pesquisa, apresentação de limitações do estudo e finalmente possíveis sugestões para investigações futuras.

1. Enquadramento teórico

1.1. Refugiado

De acordo com a Convenção Relativa ao Estatuto de Refugiado de 1951, um refugiado é uma pessoa que "receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país".¹ Este estatuto foi criado após a 2ª Guerra Mundial e aplicava-se apenas aos refugiados anteriores a 1 de janeiro de 1951. Com a finalidade de alargar o alcance da definição de refugiado, devido à emergência de novas situações geradoras de conflitos e perseguições, "tornou-se crescente a necessidade de providências que colocassem os novos fluxos de refugiados sob a proteção das provisões da Convenção". Assim, foi elaborado o protocolo adicional de 1967, tendo sido alargado o âmbito de abrangência, sem limite de datas e de espaço geográfico, extinguindo assim as referidas limitações².

A Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 são, assim, os meios através dos quais "é assegurado que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de procurar e de gozar de refúgio em outro país"³.

Santinho (2011) refere que os refugiados fazem parte daquilo que se designa comumente por "migrantes forçados", emigrando por razões alheias à sua vontade. Oriundos de lugares de guerra e devastação, vêm-se impedidos de regressar, por um período que se prevê longo, ao lugar de onde foram obrigados a partir, sob o risco de perderem a sua própria vida.

Os refugiados são homens, são mulheres e são crianças, de todas as idades! Muitas vezes, têm menos de 18 anos e viajam sozinhos, por sua conta e risco, na esperança de encontrar um país que os acolha. Procuram, sobretudo, segurança, algo que os distingue dos migrantes económicos, em que o principal motivo migratório é a procura de melhores condições económicas noutra país.

¹ [Http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/asylum/conv-0.html#art1](http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/asylum/conv-0.html#art1), consultado a 15/12/2016;

² <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951>, consultado, a 03/03/2017;

³ <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951>, consultado, a 03/03/2017;

Posto isto, todos os refugiados têm direito a não serem discriminados em função da sua raça, religião, sexo ou país de origem. Um dos princípios fundamentais do Estatuto de refugiado é a chamada "não-devolução" ('non-refoulement'), segundo o qual os países não devem expulsar ou "devolver" ao país de origem um refugiado, contra a vontade deste (salvo raras exceções, por exemplo, uma pessoa que tenha praticado crimes de guerra ou violado direitos humanos não tem direito ao referido princípio)⁴.

A questão dos refugiados começou a ser tratada mais seriamente depois da II Guerra Mundial e foi nessa altura que, por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, se criou um organismo especializado para tratar do problema dessas pessoas: o ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Este organismo tem competência para gerir toda a ação internacional e visa proteger e encontrar resposta para as pessoas deslocadas em todo o mundo, salvaguardando os seus direitos e o seu bem-estar⁵.

A questão dos refugiados é um tema complexo, para o qual a Europa precisa de continuar a encontrar respostas e as mais variadas soluções. Apesar dos grandes passos já dados, do trabalho do ACNUR e de uma série de instituições governamentais e não-governamentais, muito tem de ser feito ainda para que todos os seres humanos tenham, de facto, direito a uma vida digna.

O ACNUR refere assim, que "uma pessoa é um refugiado independentemente de já lhe ter sido ou não concedido esse estatuto por meio de um processo legal (...)" e que um refugiado tem direito a um asilo seguro, beneficiando das mesmas condições de "qualquer outro estrangeiro a residir legalmente no país, incluindo direitos fundamentais que são inerentes a todos os indivíduos"⁶.

No país de acolhimento de refugiados, estas pessoas têm direito a procurar um emprego remunerado, a assistência médica, a habitação, a aceder à justiça, ao ensino público, a liberdade de circulação, entre outros.

Por outro lado, os Refugiados têm o dever de respeitar as leis do país que os recebeu.

⁴ <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951>, consultado, a 03/03/2017;

⁵ <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/asylum/conv-0.html#art1>, consultado a 15/12/2016;

⁶ <https://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-migrante>, consultado a 04/01/2017;

1.2. Refugiado ou Migrante?

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estima que, a nível mundial, aproximadamente 60 milhões de pessoas foram forçadas a deslocar-se dos seus locais de residência, por motivos de guerra e devastação.

Contudo, apesar das imagens e notícias que aparecem todos os dias nos meios de comunicação social, continuam a confundir-se os termos “refugiado” e “migrante”, assistindo-se a um debate aceso sobre a escolha destas palavras. A utilização destes dois termos, não só nos meios de comunicação social como também por agências cuja missão é dar apoio e proteção a refugiados de todo o mundo, tem minado os princípios humanitários e a visão de como a migração está a evoluir. O termo “migrante” é muitas vezes utilizado e entendido de forma pejorativa, subentendendo-se que os “migrantes” não devem receber a mesma proteção dos países da Europa que os “refugiados”.

Para o Alto Comissariado para as Migrações a distinção entre os dois termos é uma questão fundamental, de modo a serem garantidos os direitos dessas populações. A maioria destas pessoas vem de países afetados por guerras e conflitos. "Os refugiados são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições"⁷. A sua situação é perigosa e insuportável, fazendo com que arrisquem a sua vida a atravessar fronteiras internacionais, em busca de segurança nos países mais próximos. Estas pessoas passam a ser consideradas “refugiados”, reconhecidos internacionalmente, com acesso à assistência dos diversos Estados, ACNUR e outras organizações não-governamentais. Como reconhece o ACNUR, "A proteção dos refugiados envolve a garantia contra a devolução às ameaças das quais eles já fugiram e o acesso a procedimentos justos de asilo, além de medidas que garantam que os seus direitos humanos básicos sejam respeitados, a fim de permitir-lhes viver com segurança e dignidade e encontrar uma solução a longo prazo. São os Estados que possuem a responsabilidade primordial desta proteção"⁸.

Os migrantes, por sua vez, decidem deslocar-se para melhorar as suas condições de vida, oportunidades de trabalho, entre outros. Segundo o ACNUR, "diferentemente dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo"⁹. Mas será que não existe também algum receio de estes voltarem ao seu país? E será que continuam mesmo a receber proteção do seu governo?

Muitos requerentes de asilo têm-se visto privados de proteção na Europa, sendo considerados “migrantes”. No entanto, mantêm um receio genuíno de regressar ao seu próprio país, tornando-se assim, difícil fazer a distinção entre eles.

⁷ <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/> consultado a 04/01/2017;

⁸ <http://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-migrante/> consultado a 04/01/2017;

⁹ <https://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-migrante/> consultado a 04/01/2017;

Segundo o ACNUR, não devem ser confundidos os termos “refugiado” e “migrante” uma vez que essa confusão implica consequências prejudiciais à vida e segurança dos refugiados. Segundo o ACNUR "Misturá-los desvia a atenção das salvaguardas legais, específicas, a que os refugiados têm direito". Ainda, para o ACNUR, "os direitos humanos tanto dos migrantes quanto dos refugiados devem ser inteiramente respeitados, sem perder de vista, porém, a problemática particular em que estes últimos estão enquadrados"¹⁰.

Não obstante as especificidades de cada um destes grupos, Jorgen Carling, afirma que “Regardless of the legal status that each one obtains in Europe, they are both migrants who have made difficult decisions, who deserve our compassion, and whose rights need to be ensured”¹¹. A questão central que, segundo este autor, se coloca é se deverão existir ou diferenciar-se “dois tipos de pessoas”, ou se caracterizar/ classificar por esta ou aquela categoria, de acordo com o motivo da saída do seu país, sob pena de enfraquecer os princípios humanitários que devem nortear a resposta da Europa às emergências.

“When someone risks their life to cross the Mediterranean on a boat, we don’t know exactly what made them leave, whether they will apply for asylum, or what will be the outcome of their case. The UNHCR is right in emphasizing diversity, but wrong in insisting on a black-and-white picture. Even in retrospect, when cases have been processed, the grey area is large: more than a third of Somalis and Afghans who applied for asylum in Europe last year were neither recognized as refugees nor deemed to have the possibility of safe return” (Carling J. 2015).

1.3. Refugiado: Origem e Destino

Em 2015, um número crescente de pessoas arriscou as suas vidas a atravessar o mar Mediterrâneo em busca de segurança e proteção. Mais de 1 milhão de pessoas chegou à Europa durante esse ano, dos quais 84% eram oriundos da República Árabe Síria, Afeganistão e Iraque. Da maioria dos recém-chegados, pelo menos 850.000 pessoas atravessaram o Mar Egeu, da Turquia para a Grécia. As crianças representam 25% do total das chegadas à Grécia, Itália e Espanha em 2015, muitas delas não acompanhadas. Durante este ano, cerca de 3.770 pessoas morreram ou foram dados como desaparecidas

¹⁰<https://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-migrante/> consultado a 04/01/2017;

¹¹Carling, J. (2015) Refugees are Also Migrants. And All Migrants Matter, disponível em: <http://bordercriminologies.law.ox.ac.uk/refugees-are-also-migrants/>, consultado a 03/03/2017;

no Mar Mediterrâneo¹². 166.000 pessoas foram resgatadas das águas pelas autoridades italianas em 2014, quando a operação humanitária de busca e salvamento Mare Nostrum estava a funcionar¹³.

Esta vaga de Refugiados vem sobretudo do Médio Oriente e Norte de Africa que vivem tempos de violência, com guerras civis a devastar o mundo islâmico. Segundo Patrick Cockburn (2015), há algo comum entre estas guerras: “a destruição dos Estados nacionais árabes e o estímulo ao ultra-fundamentalismo, promovidos pelos EUA e os seus aliados”. Conflitos religiosos, étnicos e separatistas estão a destruir estes países e em várias regiões há Estados em crescente perecimento, enfraquecidos ou sob ataque, destacando-se em muitos desses lugares, as insurgências islâmicas radicais, em ascensão que usam o terror contra civis para provocar a fuga em massa.

A duração destas guerras significa uma destruição irreversível de todos os meios de subsistência, pelo que à busca inicial de segurança, se adicionam outros motivos, como a busca por uma nova vida e conseqüentemente por outros meios de subsistência.

Segundo números de 2014, 62% dos refugiados em todo o mundo vinham de cinco países: a maior parte da Síria, seguindo-se Afeganistão, Somália, Sudão e Sudão do Sul. Só destes cinco Estados, cerca de 9 milhões de pessoas saíram do país para fugir da guerra e da tortura¹⁴.

Esta crise começou com a chamada Primavera Árabe, nome que foi dado à “onda de protestos” que levou à queda de vários regimes autoritários do Médio Oriente. Antes de chegar à Síria em março de 2012, estes movimentos de protesto já tinham derrubado Hosni Mubarak, no Egito, e Ben Ali, na Tunísia. Os sírios, inspirados nos exemplos do Egito e da Tunísia, começaram também a sair às ruas para pedir a demissão do Presidente Bashar al-Assad que lidera o país desde 2000, data da morte do seu pai, Hafez al-Assad, que tinha liderado o país desde 1971.

A partir destes acontecimentos as posições extremaram-se e o regime de Bashar al-Assad entrou em guerra com várias milícias armadas, desde forças revolucionárias até grupos islamistas. O autoproclamado Estado Islâmico faz parte destes últimos e tem sido o grupo mais ativo no combate a Bashar al-Assad. Em 2012, o Estado Islâmico pedia mais liberdade e democracia no país, sendo agora os seus propósitos, em tudo opostos aos dessa altura¹⁵.

¹² UNHCR Global Trends 2015 http://www.unhcr.org/576408cd7#_ga=1.4628283.92909887.1447515766, consultado a 03/01/2017;

¹³ http://amnistia.pt/files/Relatoriosvarios/AIReportRefugeeGlobalCrisis_FactsAndFigures.pdf - A A crise global de refugiados em números, consultado a 03/01/2017;

¹⁴ <http://observador.pt/2015/09/03/sao-os-refugiados-do-fogem/> consultado a 04/01/2017

¹⁵ <http://observador.pt/2015/09/03/sao-os-refugiados-do-fogem/> consultado a 05/01/2017

De facto, este conflito, que já dura há mais de quatro anos, é neste momento uma guerra em grande escala, com o estado islâmico a destacar-se pela selvajaria de minorias religiosas, como os cristãos que estão em risco de desaparecer. Neste momento, estão já envolvidas as maiores potências mundiais, como Estados Unidos, a Rússia, a França, a Inglaterra e a Alemanha (Ferreira, 2015: 17).

Segundo a Amnistia Internacional, o conflito já matou 190 mil pessoas. Além disso, 7,6 milhões de sírios tiveram de abandonar as suas casas e partir para outras zonas do país. Outros 4 milhões fugiram para o estrangeiro. Segundo os números do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), antes do conflito armado, os sírios não figuravam sequer nos 30 países de onde partiam mais refugiados. Em 2014, estavam em primeiro lugar, representando 43% daqueles que chegam à Europa pelo mar.

De forma global, o número de Refugiados tem vindo a crescer. Em 2015, o ACNUR comunicou a existência de mais de 52 milhões de pessoas refugiadas e deslocadas no mundo. Esta foi a primeira vez desde a II Guerra Mundial que esse número superou os 50 milhões. A Amnistia Internacional destaca que, só na Turquia, o número de refugiados sírios (cerca de 1,6 milhões) é mais de dez vezes superior ao de novos pedidos de asilo sírios recebidos por países da União Europeia nos últimos três anos¹⁶.

Face a esta situação, 28 Estados membros da eu, até 2015 aceitaram receber 120 mil refugiados que já se encontravam na Grécia e na Itália, porta de entrada por onde todos os dias continuam a entrar sírios, mas também afegãos, iraquianos, sudaneses e eritreus. No que respeita a Portugal, de acordo com uma notícia publicada no Público a 19/02/2016, deverão ser acolhidos neste país cerca de 10.000 refugiados – 4.486 no âmbito do acordo europeu de recolocações, firmado no ano passado, e os restantes através de acordos bilaterais que o primeiro-ministro, António Costa, propôs à Alemanha e aos países mais afetados pelo fluxo migratório.

1.4. Dificuldade de Acolhimento por parte da Europa

Os refugiados e requerentes de asilo estão a entrar na União Europeia em número maior do que em qualquer período desde o final da Segunda Guerra Mundial. No entanto, a Europa não anteviu os problemas que resultariam da entrada de centenas de milhares de imigrantes e refugiados nas suas fronteiras e tem tido dificuldade em lidar com este enorme fluxo de estrangeiros. A Europa não estava à espera deste influxo tão grande,

¹⁶ <http://www.jornalissimo.com/atualidade/377-um-guia-para-entender-a-crise-dos-refugiados> consultado a 04/01/2017;

sendo que “Quando se deparou com esta realidade foi obrigada a agir, atuando de forma desordenada, desconcertada, sem estratégia nem eficácia”¹⁷.

A Alemanha e a Suécia foram os primeiros países a acolher e integrar Refugiados. A França seguiu o exemplo, mas de forma mais tímida. Outros países recusaram-se a participar neste esforço coletivo, fechando as suas fronteiras, inclusivamente às iniciativas que procuravam criar corredores de trânsito humanitário. “A Grécia, neste momento representa um “fúnil” não conseguindo escoar o número crescente de pessoas”¹⁸.

Tanto individualmente como coletivamente os diversos países da Europa têm sentido a pressão e as dificuldades da falta de planeamento e coesão. A este respeito Ângelo (2015) diz que “Ao nível de cada Estado, as consequências políticas, orçamentais e securitárias não se têm feito tardar. Já ao nível da União Europeia, com a falta de coesão comunitária verificada, tem sido difícil chegar a uma resposta comum que faça sentido. A crise abalou a coesão entre os povos europeus”. (Ângelo, 2015: 23)

Assim, os obstáculos para redistribuir refugiados pela Europa têm sido muito grandes. A Grécia, por onde muitos dos refugiados entram, sofre pela crise económica que enfrenta e sem condições para acolher um volume tão grande de pessoas. A Turquia, de importância vital, pois faz fronteira com a Síria e tem recebido o maior número de pessoas, tem sofrido numerosas críticas pelas ações do governo contra as liberdades civis e pela sua posição dúbia perante o conflito.

À semelhança da Grécia, muitos países europeus ainda não se recuperaram da crise económica que atingiu o continente em 2008. As taxas de desemprego são altas e neste cenário, os migrantes são vistos pelos setores mais xenófobos da sociedade como concorrentes na disputa pelas poucas vagas no mercado de trabalho, surgindo muitos partidos de extrema-direita a suportar este discurso com o objetivo de retirar proveitos eleitorais junto de eleitores insatisfeitos com a crise.

O ECRE (European Council on Refugees and Exiles), aliança pan-europeia de 87 ONG que tem como objetivo proteger e promover os direitos dos refugiados, requerentes de asilo e pessoas deslocadas, atua de forma a combater este cenário. A sua missão é promover o estabelecimento de políticas e práticas europeias, justas e humanas em matéria de asilo, em conformidade com a legislação internacional em matéria de direitos humanos; trabalha para informar e persuadir as autoridades europeias e o público, no sentido de monitorizar e denunciar as violações dos direitos humanos, propondo e

¹⁷ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos consultado a 04/01/2017;

¹⁸ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos consultado a 04/01/2017;

promovendo soluções que sejam duradouras e eficazes¹⁹. Deste modo o ECRE propõe que, de acordo com o espírito da Convenção de 1951, os governos europeus reconheçam os refugiados como "indivíduos com necessidades especiais" e, por isso, requerendo serviços distintos na fase inicial de integração na sociedade de acolhimento. O ECRE refere que "As intervenções deveriam ser orientadas em função das necessidades e alicerçadas no reconhecimento da diversidade das populações de refugiados"²⁰.

Segundo este organismo, existem diferenças consideráveis nos programas e nas práticas que se dirigem às necessidades dos refugiados na Europa. As políticas governamentais e os recursos afetados à integração dos refugiados correspondem aos sistemas de proteção social específicos de cada país europeu. É, pois, "aconselhável que os países com sistemas de proteção social extensivos a um leque de grupos vulneráveis desenvolvam políticas/programas, por um período limitado, destinados especificamente aos refugiados. Essas iniciativas poderiam dirigir-se ou às necessidades específicas dos refugiados ou funcionando como pontes de ligação ao sistema geral. Poderiam ser combinadas com serviços prestados a grupos minoritários ou de migrantes. O objetivo global seria a eventual incorporação da(s) perspetiva(s) sobre os refugiados na política referente a minorias/igualdade e na política em geral"²¹.

Ainda, segundo o ECRE deveriam ser disponibilizados fundos estruturais para apoiar a integração de refugiados, com abordagens inovadoras com vista à integração socioeconómica e financiamento de projetos relativos à integração dos refugiados, facilitando a cooperação entre projetos da União Europeia.

Um dos desafios que se coloca à Europa, mais do que impedir refugiados de entrar nas suas fronteiras, é a criação de modelos inovadores e sustentáveis de assistência, acolhimento e integração de refugiados, no sentido de os olhar não só como um problema humanitário, mas também, e sobretudo, como uma questão de desenvolvimento.

1.5. Dificuldades de Acolhimento por parte de Portugal

À semelhança da Europa, Portugal também enfrenta algumas dificuldades no acolhimento e integração de Refugiados e importa conhecer algumas das práticas já existentes.

¹⁹ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos, consultado a 04/01/2017

²⁰ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos, consultado a 04/01/2017

²¹ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos, consultado a 04/01/2017

Numa entrevista à Rádio Renascença, Cristina Santinho (do Centro de Investigação em Antropologia do ISCTE), antropóloga que trabalha há anos no terreno com as poucas centenas de refugiados que vivem em Portugal, diz que, “tirando poucos casos de sucesso, a maioria enfrenta limitações e é empurrada para a dependência de subsídios estatais. Portugal recebe poucos refugiados e, regra geral, recebe-os mal”²².

Santinho considera que as instituições estatais não estão preparadas para receber um número grande de refugiados, pelo facto da inexistência de uma rede de articulação entre os vários serviços, falta de técnicos e falta de formação específica destes para lidar com esta realidade. Santinho defende a mediação intercultural por parte dos refugiados que já se encontram em Portugal, de forma a ajudar a integrar os que virão²³. Isto, porque Portugal tem pouca experiência no acolhimento de refugiados, uma vez que “Portugal é dos países europeus que menos refugiados recebe. São à volta de 400 pessoas em Portugal, incluindo famílias, pessoas isoladas e menores não acompanhados, que se diluem totalmente no universo da sociedade portuguesa. Ainda assim, as conclusões das investigações que tem feito no terreno apontam para falhas nesse acolhimento”²⁴.

À semelhança do que acontece na Europa, Santinho considera que Portugal precisa também de articular melhor os diversos serviços em rede, nomeadamente “Segurança Social, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, mas também o poder local, as câmaras municipais, as organizações não governamentais - inclusivamente as universidades, que têm estudos realizados nesta matéria e poderão dar algumas pistas de como melhorar todos estes procedimentos”²⁵.

Cristina Santinho afirma que “Em lugar de se olhar para os refugiados exclusivamente do ponto de vista da vitimização, do assistencialismo ou até do logro, é necessário garantir-lhe o direito ao reconhecimento enquanto cidadãos, através do seu próprio envolvimento político e relacional (Santinho, 2013:27).

Santinho diz ainda que:

“É necessário criar sociedades baseadas na escuta, no diálogo e no respeito pelos direitos dos cidadãos, ou seja, sociedades plurais onde os imigrantes, refugiados e autóctones criem laços e trocas reais e simbólicas, produtivas para todos, sem recurso a manipulações de acordo com os interesses políticos ou económicos dos Estados-nação” (Santinho, 2013:27).

²² http://rr.sapo.pt/noticia/33491/portugal_recebe_poucos_refugiados_e_regra_geral_recebe_os_mal consultado a 03/01/2017;

²³ http://rr.sapo.pt/noticia/33491/portugal_recebe_poucos_refugiados_e_regra_geral_recebe_os_mal consultado a 03/01/2017;

²⁴ http://rr.sapo.pt/noticia/33491/portugal_recebe_poucos_refugiados_e_regra_geral_recebe_os_mal consultado a 03/01/2017;

²⁵ http://rr.sapo.pt/noticia/33491/portugal_recebe_poucos_refugiados_e_regra_geral_recebe_os_mal consultado a 03/01/2017;

Por sua vez, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros Luís Amado, a propósito deste tema, considerou que a Europa está a lidar com a crise dos refugiados com “muita dificuldade”, e considera que Portugal deve encontrar “uma forma” de responder ao problema “na medida das suas responsabilidades europeias à dimensão do problema.”²⁶.

O CPR (Conselho Português para os Refugiados) refere, num projeto levado a cabo em 2011, destinado ao acolhimento de refugiados na sociedade de acolhimento, que os poucos refugiados existentes em Portugal enfrentam “dificuldades significativas ao nível da integração, e em particular, no mercado de trabalho”. Os refugiados que se encontram no nosso país “apresentam um reduzido domínio da língua portuguesa e são frequentemente vítimas de racismo e discriminação”. Segundo o CPR, “estas dificuldades traduzem-se numa elevada taxa de desemprego entre os refugiados/as, em percursos de mobilidade profissional descendente e num processo de perda de autoestima e de exclusão social que se vai agravando ao longo dos anos”²⁷.

Muito há a fazer em Portugal em matéria de acolhimento e integração de Refugiados, sobretudo devido à falta de experiência existente, ausência de planeamento, trabalho em rede, uniformização de procedimentos entre as várias instituições e ainda devido à inexistência de uma política comum na Europa.

Apesar disso, Portugal tem-se esforçado para acolher e integrar, sobretudo através da PAR (Plataforma de Apoio aos Refugiados). A PAR é uma plataforma de organizações da sociedade civil portuguesa, para apoio aos refugiados, dando assim resposta à presente crise humanitária. Engloba dezenas de instituições, organizações e empresas, demonstrando um efetivo esforço de união para uma causa comum.

Portugal tem assim, demonstrado estar “um passo à frente” da Europa em matéria de vontade, empenho e coesão entre a sociedade civil no acolhimento de Refugiados. Como demonstração disso, os resultados do European Social Survey 7, apresentados a 30/11/2016 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, indicam que “Portugal aparece como um dos países mais abertos a que o seu Governo atenda com generosidade os pedidos dos refugiados”²⁸.

²⁶ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos consultado a 04/01/2017;

²⁷ http://www.refugiados.net/_novosite/projectos/ComocarDeNovo_NarrativaDePraticas.pdf, consultado a 03/03/2017;

²⁸ <http://www.jn.pt/nacional/interior/portugal-e-o-pais-europeu-com-maior-abertura-ao-acolhimento-de-refugiados-5526946.html>, consultado a 03/03/2017;

2. Integração de Imigrantes/Refugiados

2.1. Integração, Assimilação e Segregação

A vinda e permanência de um grande número de refugiados/ imigrantes forçados para uma comunidade implica modificações importantes em várias dimensões, tanto económicas, como sociais, geográficas e culturais que ajudam na construção da imagem associada aos imigrantes e minorias étnicas. Em termos relacionais, isto “traduz-se numa complexificação dos contactos culturais agravada por maiores dificuldades de comunicação, pelo menos numa fase inicial, com diversas populações estrangeiras” (Malheiros, 2006: 6). Neste sentido a forma como a sociedade de acolhimento vê a chegada de novas pessoas interfere na forma como irá procurar integrá-las, assimilá-las ou segregá-las.

Demetrios Papademetrou (2003) define integração como o processo de interação, ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, pelo qual ao longo do tempo, comunidades recém-chegadas e sociedade de acolhimento formam um todo integrado (cit. por Fonseca, 2003: 2). Rinus Penninx (2003, cit. por Fonseca, 2003: 2) considera a integração como o processo de aceitação dos imigrantes pela sociedade recetora, como indivíduos e como grupos.

Na abordagem de Durkheim (cit. por Machado, 2002: 63), a integração diz respeito a um estado de interdependência harmoniosa dos indivíduos num todo social normativamente regulado. Para Machado (2002: 70) a integração deve ser entendida gradativamente, ou seja, a integração “não é uma variável dicotómica, de tudo ou nada”. “A integração a longo prazo pode ser sinónimo da consolidação entre a população autóctone e as populações migrantes de um sentimento recíproco de pertença à mesma sociedade global” (Machado, 2002:70), ou seja, do reconhecimento recíproco das identidades culturais ou étnicas, da inserção social, enfim da cidadania.

Não basta apenas existir uma política de reconhecimento das identidades culturais, mas “A integração depende do grau de envolvimento e participação nas dinâmicas económicas, sociais, culturais e políticas das sociedades de acolhimento” (Machado, 2002: 73).

O ECRE considera integração como um processo “dinâmico e recíproco” implicando deveres tanto para a sociedade de acolhimento como para o indivíduo e/ou comunidades envolvidas. Para o refugiado, implica que esteja preparado

para se adaptar ao estilo de vida da sociedade de acolhimento, sem nunca perder a sua própria identidade cultural²⁹.

Os benefícios de uma sociedade plural, através da integração são grandes, sendo que as sociedades que favorecem essa integração contribuem para que seja essa a atitude predominante, reduzindo simultaneamente a possibilidade das pessoas pertencentes a minorias étnicas se sentirem marginalizadas.

Dependendo das experiências sociais, durante a sua estadia, os imigrantes/refugiados percecionam de forma diferenciada a sociedade de acolhimento. Se tiverem tido experiências positivas, a sua opinião é tendencialmente positiva, se por outro lado tiverem tido experiências negativas, tais como exploração por parte de um empregador, desemprego, entre outros, a sua opinião tende a ser mais negativa. (Baganha, Marques e Góis, 2010: 146).

Bourhis et al. (cit. por Lages et al., 2006: 42) refere que a integração é consequente de uma estratégia que permite ao imigrante adotar aspetos da cultura maioritária, mantendo a sua identidade cultural de origem.

Para Andújar (in Marcusán, 1996:131 cit por Cabral; Vieira, 2009: 388):

“a integração é o processo de compor e unificar partes de um todo, ou seja, um intercâmbio recíproco que garante a existência e preservação das diferentes culturas. Através dela o coletivo imigrante sente-se ativo e participa na vida social, económica, laboral e cultural do país de acolhimento. Numa perspetiva antropológica, a integração define-se como a harmonia, coerência e unidade interna entre todos os elementos de um sistema sociocultural. Para o trabalho social, a integração social é entendida como um processo destinado a conseguir a incorporação e participação dos imigrantes na vida económica e social do país de acolhimento, num clima de respeito e aceitação recíprocas” (Cabral; Vieira, 2009: 388).

Carlos G. Romero (2010) refere que, ao contrário dos modelos de exclusão, os modelos de inclusão procuram dar uma resposta "integradora" e "positiva" à "questão da unidade e da diversidade sociocultural - pelo menos do ponto de vista do poder centralizado e das comunidades maioritárias e/ou dominantes - incorporando todos, de uma forma ou de outra, na sociedade nacional.

Existem alguns estudos sobre a integração de refugiados na Europa e poucos no contexto nacional, uma vez que os números relativamente pouco expressivos de refugiados no nosso país, comparativamente com o restante espaço da UE não têm justificado, a produção de livros ou obras de maior vulto. Ainda assim, salientam-se

²⁹ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html, consultado a 15/12/2016;

alguns estudos que abordam esta temática. O CPR (Conselho Português para os Refugiados) é responsável por alguns desses estudos. Um deles destina-se à promoção da integração socioeconómica de refugiados (Caldeira, 1998) e outro realiza uma comparação das políticas de integração de refugiados nos diversos países da Europa.

Existe ainda, outro estudo, de Lúcio Sousa (1999), sobre os percursos de inserção de refugiados em Portugal e sobre as suas dificuldades de inserção, em que analisa a forma como o Governo tem procedido ao longo do percurso de inserção dos Refugiados.

Existem também alguns estudos de Maria Cristina Santinho que abordam este tema. Um dos artigos surge na sequência de uma pesquisa de campo efetuada entre 2007 e 2011, resultando numa tese de doutoramento sobre refugiados e requerentes de asilo em Portugal. Neste estudo a autora tenta demonstrar a divergência existente entre o que diz a lei e o que acontece na realidade do dia a dia deste grupo social (Santinho, 2013:5-29).

O modelo assimilacionista, por seu turno "supõe a imposição às minorias ou sectores dominados, do modelo dominante ou maioritário, sendo rejeitável porque a assimilação cultural não supõe necessariamente a integração social e porque implica a perda da identidade ou cultura dos dominados ou minoritários (Romero, 2010:32).

Para Robert Parks (cit. por Machado, 2002: 11) a assimilação é a quarta e última fase do processo de sedentarização dos migrantes nas sociedades de destino, sendo antecedida pelo "contacto, competição, [e] acomodação".

A assimilação é o processo pelo qual pessoas ou grupos de pessoas adquirem características culturais de outros grupos sociais. Assim, Gordon faz a distinção entre a assimilação cultural, que diz respeito "à forma como as minorias étnicas adquiriam as maneiras, modos de agir, de vestir e de comunicar (língua e linguagem utilizada), bem como todas as outras normas de interação quotidianas" e entre assimilação estrutural, que "traduzia o acesso das minorias étnicas às principais instituições sociais, especialmente ao nível dos grupos primários" (Gordon cit. por Rocha-Trindade, 1995: 99).

Apesar da aceitação do grupo minoritário pelo grupo maioritário, o grupo minoritário é obrigado a adaptar-se à cultura dominante em detrimento da sua. Assim, para Rocha-Trindade (1995) a assimilação é a "aceitação de um grupo minoritário por parte da população maioritária, em que o grupo adota as normas e os valores da cultura dominante. Processo através do qual os grupos minoritários são absorvidos ou incorporados no sistema sociocultural do grupo maioritário" (Rocha-Trindade, 1995: 99).

Para Bourhis et al. (cit por Lages et al., 2006: 42) a assimilação é quando o imigrante adota os traços culturais da sociedade recetora, com prejuízo da sua identidade, ou seja, a minoria étnica acaba por perder algumas ou todas as suas especificidades.

Maria José Casa-Nova a propósito da integração de famílias ciganas na sociedade recetora, e fazendo o paralelismo com a integração de refugiados como minoria étnica,

diz: “a não-integração de famílias ciganas tem subjacente, não a sua resistência aos processos de integração, mas a um processo de assimilação impositivo que pretende transformar a sua diferença na mesmidade do outro socioculturalmente maioritário” (Casa-Nova, 2013).

O assimilacionismo, segundo Carlos Manuel Cardoso (cit por Merçon, Rodrigues e Santos, 2012: 6), representa um processo social que propõe “a eliminação das barreiras culturais existentes entre as maiorias e as minorias étnicas, desde que o grupo das minorias assuma a cultura dominante e renuncie aos valores da sua própria cultura”. Ou seja, esta visão monocultural, sugere que o grupo cultural minoritário rejeite os traços da sua cultura para assimilar a cultura dominante, considerada superior. Segundo Giménez (2010: 23), o modelo assimilacionista “supõe a imposição às minorias ou setores dominados, do modelo dominante ou maioritário, sendo rejeitável porque a assimilação cultural não supõe necessariamente a integração social e porque implica a perda da identidade ou cultura dos dominados ou minoritários”.

À semelhança dos autores citados anteriormente, Félix Neto a propósito da assimilação cultural diz que,

“A assimilação implica o abandono da própria identidade cultural em favor da comunidade dominante. A integração implica a manutenção parcial ou perda da identidade cultural do grupo étnico juntamente com uma participação cada vez mais acentuada no seio da nova sociedade. No caso de o indivíduo não procurar estabelecer relações com a comunidade dominante e querer guardar a sua identidade cultural, opta pela separação”³⁰.

Ainda segundo este autor, caso o indivíduo opte pela separação “a marginalização é o estado em que o grupo não-dominante não perdeu a sua identidade cultural e não tem o direito de participar no funcionamento das instituições e na vida do grupo dominante por causa de práticas discriminatórias”³¹ levando assim à segregação.

A segregação é o termo utilizado na separação forçada da minoria em relação à maioria, sendo considerado um modelo de exclusão. Segundo Vala (in Barreto, cit. por Cabral, Vieira, 2009: 391) “A Segregação corresponde à não aceitação da identificação da minoria com os valores da maioria e à tolerância face à identidade da minoria”. Com a segregação pressupõe-se que os imigrantes não se insiram como membros de pleno direito de uma sociedade, pelo facto de pertencerem a uma cultura diferente da maioria, sendo por isso percebidos como incapazes de adotarem a sua cultura.

Para Rocha-Trindade (1995: 377) a segregação social consiste num conjunto de “práticas das quais existe uma separação forçada de um grupo em relação aos demais”,

³⁰ http://static.publico.pt/dossiers/cidadania/html/imigracao_solu1.htm, consultado a 10/02/2017;

³¹ http://static.publico.pt/dossiers/cidadania/html/imigracao_solu1.htm, consultado a 10/02/2017;

constituindo um “processo de dissociação mediante o qual os indivíduos e grupos perdem o seu contacto físico e social com outros indivíduos e grupos. Essa separação ou distância social e física é oriunda de fatores biológicos e sociais: raça, riqueza, educação, religião, profissão, nacionalidade (Dicionário de Sociologia, cit por Cabral, Vieira, 2009: 392). Este modelo procura, assim, evitar conflitos decorrentes do contacto e convivência entre autóctones e as minorias étnicas, separando-os.

Gimenéz (2010:3 30) enquadra a segregação, de acordo com a tipologia de modelos sociopolíticos face à diversidade sociocultural, como um modelo de exclusão, dando lugar a guetos residenciais, delimitação de espaços públicos, guetização escolar e sanitária, etc... Os modelos de exclusão são, segundo Gimenéz “aqueles que se baseiam na segregação, na discriminação e na marginalização do outro ou do diferente, chegando ao extremo de planejar a sua aniquilação” (Gimenéz, 2010: 32).

Relativamente aos refugiados/ imigrantes, perante a forma como o imigrante percebe o contacto e a forma como é acolhido, integrado, assimilado ou segregado ele transforma a sua identidade em relação às formas pelas quais é representado ou interpelado nos sistemas culturais que o rodeiam, muitas vezes como forma de defesa (Vieira, Margarido, Marques, 2013:37).

Campos e Matos (2011) diz também a este respeito que “a forma como são recebidos pela comunidade é determinante”, e que “Se os migrantes não se sentirem bem recebidos ou por outro lado, se não tiverem capacidade para aceitar o outro, na sua diferença, podem surgir conflitos e desordem pública” (Matos, 2011:52). A sua transformação social é ininterrupta. Este está em constante aprendizagem e transformação de si mesmo. O migrante vive em lugares diferentes, com acesso a culturas diferentes, cria ambivalências, completudes, sobreposições e dualismos identitários. O projeto migratório constitui assim, um processo social privilegiado para entender o conceito de identidade em gerúndio (Vieira, 2009).

Todos aqueles que migram e se vêm confrontados com uma nova cultura estão sujeitos a uma metamorfose cultural e reconstróem as suas identidades pessoais, de acordo com as experiências vividas (Vieira, Margarido, Marques, 2013:37-39). No entanto, esta reconstrução nem sempre é pacífica, dado que, por vezes, perante a incapacidade de gerir as suas pertenças, alguns indivíduos tendem a criar algumas patologias sociais, muitas vezes reações de defesa a processos de exclusão, de que são frequentemente vítimas (Vieira, Margarido, Marques, 2013:36-41). Assim, muitos migrantes lidam com a situação de aculturação disfarçando ou rejeitando a sua cultura de origem (o caso do oblato); rejeitando a cultura de chegada (monocultural); vivendo de forma ambivalente entre as duas (multicultural) e finalmente adotando uma atitude de

integração na sociedade de destino, sem nunca recusar ou abandonar a cultura de origem (Vieira, Margarido, Marques, 2013:44).

Roger Bastide (cit. por Vieira, Marques, Silva, Vieira, Margarido, 2016), defende que os indivíduos têm a capacidade de viver em cada mundo como uma pessoa diferente, fazendo uso de diferentes racionalidades, o qual chamou de princípio da corte. É o chamado trânsfuga intercultural, pois têm a capacidade de inventar a terceira margem, ou seja, criar uma identidade a partir da experiência das diferenças culturais (Vieira, Marques, Silva, Vieira, Margarido, 2016:43).

2.2. Interculturalidade e Multiculturalidade

Nos dias de hoje, a humanidade é desafiada a pensar o mundo como uma sociedade global. A globalização da economia, as migrações, o turismo, as novas tecnologias de informação e comunicação, os avanços nos meios de transporte e outros fatores tornaram cada vez mais frequentes as situações de multiculturalidade. São situações sociais nas quais estão envolvidos indivíduos, grupos ou instituições diferenciados culturalmente entre si e concebe-se essa diferenciação cultural no sentido mais amplo, incluindo os contrastes de etnicidade, religião, língua e nacionalidade. Quando uma ou várias dessas categorias classificatórias e identitárias estão presentes diferencialmente, configuram-se relações sociais em que estão presentes várias bagagens culturais (Giménez, 1997: 5).

Os termos multiculturalismo e interculturalismo são muitas vezes confundidos e utilizados para manifestar o mesmo conceito. O termo multiculturalismo emprega-se para designar “o impacto sobre as culturas minoritárias quando estas coabitam com a cultura dominante, que se confunde muitas vezes com a cultura da maioria, escapando esta ao multiculturalismo e permanecendo fora da esfera multicultural, pelo que o termo se presta tanto a uma abertura e reconhecimento, quanto a um fechamento e negação do pluralismo” (OCDE, 1989, apud Silva, 2008, cit por Merçon, Rodrigues, Santos, 2012:7).

O conceito “multicultural” está associado à presença da diversidade cultural numa dada sociedade, enquanto o conceito “intercultural” provém do “diálogo, da importância dada à comunicação, ao reconhecimento e à ação designados aos indivíduos, grupos, organizações pertencentes e originárias de diversas culturas” (Silva, 2008 cit. por Merçon, Rodrigues, Santos, 2012).

Fernando Machado (2002) refere que “a qualificação das sociedades modernas como multiculturais tem implícita a ideia de que a diferenciação social e cultural que as caracteriza se deve atribuir, exclusiva ou prioritariamente, à diversidade étnica e racial

observável na sua composição”. Será esse, mais do que qualquer outro fator de diversidade, o traço distintivo dessas sociedades. Este autor refere ainda que “uma sociedade multicultural seria, ao limite, a resultante global da justaposição de um número variável de comunidades diferentes entre si e regidas internamente por algo muito semelhante a uma lógica de solidariedade mecânica” (Machado, 2002:3).

Na perspetiva multiculturalista, há uma teoria de identidade implícita que considera que, “desde que a sociedade seja etnicamente ou racionalmente heterogénea, a pertença étnica tem uma espécie de primado epistemológico sobre todas as outras pertenças para a explicação das relações sociais” (Machado, 2002: 17).

Para Merçon, Rodrigues e Santos (2012) o interculturalismo não se resume à aceitação das diferenças, mas “facilitar o conhecimento mútuo para o enriquecimento sociocultural das comunidades locais e globais”. Giménez (2010) propõe o interculturalismo a partir de campos de intervenção e reflexão como “a educação, a comunicação, a mediação e a filosofia”, entendida como “uma nova variante do pluralismo cultural” que é impulsionada “pela lacuna criada pelas limitações, pelas críticas recebidas e pelos pontos fracos do multiculturalismo” (Giménez 2010: 33). Segundo o mesmo autor, “o elemento distintivo e a contribuição específica da interculturalidade no que diz respeito a modelos anteriores” é a sua melhor adequação “à conceção complexa e dinâmica da cultura e das culturas” (Giménez 2010: 33).

Para Giménez, “A proposta intercultural só é válida a partir de posições progressistas quando se baseia na extensão e adequação das categorias e fundamentos do desenvolvimento social e humano, da cidadania comum e diferenciada e da partilha do poder, superando assim o culturalismo” (Giménez, 2000, cit por Giménez, 2010: 34).

Esta posição progressista é vital para o aperfeiçoamento da condição humana, capaz de promover as mudanças necessárias ao desenvolvimento e ao progresso da sociedade, com vista, não só à constatação da existência de vários grupos, mas à saudável coexistência e à convivência na diversidade.

Segundo Alcinda Cabral e Xénia Vieira (2009: 403) “Tanto o multiculturalismo como o interculturalismo resultam da constatação da existência de vários grupos culturalmente distintos, o que pode levar à assunção de medidas políticas nesse sentido. Contudo a fronteira entre o multiculturalismo e o interculturalismo não está clara, visto que ambas defendem a manutenção da identidade cultural das comunidades migrantes. A diferença poderá ler-se mais subjetivamente que objetivamente, na manifestação de um anseio de trocas entre culturas postulada pelo interculturalismo, enquanto o multiculturalismo pode representar apenas uma constatação social”.

Dentro do paradigma do pluralismo cultural, Giménez (2010: 25) propõe-se distinguir os planos do factual e do normativo para ver o multiculturalismo e o

interculturalismo como modalidades, em que, no plano factual, a multiculturalidade diz respeito à diversidade cultural (linguística, religiosa, etc.) e a interculturalidade diz respeito às relações interétnicas (interlinguísticas, inter-religiosas, etc.); no plano normativo, o multiculturalismo reconhece as diferenças (princípio da igualdade e da diferença) e o interculturalismo defende a convivência na diversidade (princípio da igualdade, da diferença e da interação positiva).

Por vezes “o desconhecimento e/ou incompreensão dos códigos linguísticos e de leitura do real, dão origem a monólogos paralelos entre cultura maioritária”, “linhas que frequentemente apenas se intercetam para conflitar e perpetuar estereótipos negativos e cujo resultado é um autofechamento das comunidades maioritárias e minoritárias”, ou seja a segregação dos diversos grupos em “Gaiolas” ou então através da construção de muros simbólicos ou físicos (Casa-Nova, 2008:66).

Esta perspetiva interculturalista deve estar presente nas agendas dos governos, nações e estados, regiões, municípios e bairros, instituições, organizações sociais e famílias, cidadãos e cidadãs, pois é uma responsabilidade social, devendo esta caminhar cada vez mais para uma sociedade plural e inclusiva, que promova uma interação positiva entre todos os seus membros, independentemente da sua bagagem cultural.

A abordagem intercultural deve estar presente na educação para a cidadania, com vista a um desenvolvimento mais democrático e participativo, onde se promova o respeito e a tolerância pelo “Outro”, “sem os quais a sociedade multicultural não poderá regular a sua conflituosidade e será palco de rejeição, gueto, racismo e xenofobia” (Romero, 2010: 35). Muitos são os que consideram este modelo uma utopia, uma vez que esta perspetiva não é posta em prática, prevalecendo muitas vezes, os modelos de exclusão, segregação e assimilação, no entanto este poderá ser o caminho a percorrer para uma sociedade mais democrática e participativa.

2.3. Mediação Intercultural

A mediação intercultural surge como uma forma de intervenção que atua em situações sociais de interculturalidade. Giménez considera a mediação intercultural como “uma modalidade de intervenção de partes terceiras em e sobre situações de multiculturalidade significativa, orientada para a consecução do reconhecimento do Outro e a aproximação das partes, a comunicação e compreensão mútuas, a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência, a regulação do conflito e a adequação institucional, entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados” (Giménez, 1997, 142 cit por Giménez, 2010: 23).

A importância da mediação intercultural, para esta investigação é evidente, pois poderá ser fulcral para a integração dos refugiados, não só por parte das instituições e serviços, como por parte de outros refugiados/ imigrantes que se encontrem já integrados na sociedade de acolhimento.

Giménez (1997) propõe uma definição de mediação intercultural como uma modalidade de intervenção de partes terceiras em e sobre situações de multiculturalidade orientadas para o conhecimento do “Outro”, a aproximação, comunicação, compreensão, aprendizagem e desenvolvimento da convivência, a regulação do conflito e a adequação institucional, entre atores sociais etnoculturalmente diferenciados.

A mediação intercultural tem por missão ajudar autóctones e imigrantes a descobrir-se e a respeitarem-se nas diferenças próprias e a saber aceitar as diferenças dos outros. Nas comunidades, territórios e países com grande diversidade étnico-racial, religiosa e linguística, a aplicação da mediação intercultural tem a vantagem de promover a aproximação, o encontro e discussão. Facilita a negociação, e, sobretudo, a educação para a convivência. Ora, “Conviver significa viver uns com os outros, baseando-se em determinadas relações sociais e em códigos de valores, necessariamente subjetivos, no espaço de um contexto social determinado” (Jares, 2007:27). Convivemos em diversos contextos no nosso dia-a-dia, em primeiro lugar na família, na escola, entre pares, nos meios de comunicação, em espaços e instrumentos de ócio, em contextos económicos, políticos e culturais.

A interação resultante da convivência entre as pessoas implica a geração de tensões, consequentes de diferenças de opiniões, do choque entre culturas, etnias, religião ou simplesmente pela dificuldade que é viver entre diferentes, sejam pessoas, grupos sociais, grupos de pares, étnicos ou geracionais. Não sendo, no entanto, mais fácil viver entre iguais, pois as tensões sociais estão sempre presentes, nem que seja pelo “excesso de semelhança, levando à busca da diferença, à reinvenção de si” (Kaufman, cit. por Vieira e Vieira, 2013).

Nem sempre é fácil estabelecer comunicação, sobretudo quando são facilmente perceptíveis atitudes de racismo por parte da população majoritária, muitas vezes com a convivência das instituições estatais levando a uma exteriorização verbal ameaçadora por parte de alguns elementos da população minoritária, provocando medo na sociedade majoritária, como forma de resposta (Casa-Nova, 2013). Por vezes o desconhecimento e a incompreensão dos códigos culturais levam a atitudes inadequadas por parte da sociedade majoritária, instituições e vice-versa.

A mediação afirma-se como um “meio alternativo de resolução de conflitos”, como “modo de regulação social” ou como “método de transformação social e cultural” (Almeida, 2001, cit. por Oliveira e Ferreira, 2009: 13), pois, segundo Oliveira e Ferreira

(2009), para além de ser uma estratégia de promoção e facilitação da comunicação e da convivência, designadamente na prevenção de conflitos, é também uma forma de promoção da integração e da participação social. A negociação e mediação intercultural surge quando os obstáculos não se conseguem resolver sem a ajuda de uma terceira pessoa. O objetivo é “evitar a violência real ou simbólica, em que uma das partes impõe os seus códigos e valores ao outro, mediante uma pressão assimiladora ou através da indiferença, gerando reações de resistência ou oposição, submissão passiva e que fazem fracassar qualquer intervenção social”. (AA VV, 2008: 85). O caminho é o da busca do que existe de comum, numa atitude de diálogo e trocas, de consenso e de compromisso, onde cada um seja respeitado na sua identidade e valores, assumindo eles próprios o seu papel no processo.

Posto isto, Margalit Cohen-Emerique (cit. por AA VV, 2008: 85) propõe três significados de mediação: O primeiro tem a ver com o facto de este servir como intermediário em situações onde não há conflito, mas sim dificuldade de comunicação; No segundo existe uma oposição/conflito na qual é necessário uma intervenção de uma terceira pessoa para se chegar a um acordo ou reconciliação entre as partes; e o terceiro significado implica a ideia de uma transformação, ou seja, um processo de transformação das normas existentes ou criação de novos padrões para outras ações, com base em novas relações entre as partes. Segundo esta autora, a mediação pode ser a) preventiva facilitando a comunicação e a compreensão entre pessoas com diferentes códigos culturais; b) reabilitadora na resolução de conflitos de valores, entre os que intervém e na sociedade de acolhimento, ou, ainda, dentro de suas próprias famílias de imigrantes; c) criativa na medida em que é um processo de transformação, pois procura novas estratégias de relação e intervenção (AA VV, 2008:99-100).

Maria José Casa-Nova refere que “Mediar” significa autonomizar os atores, significa criar condições para a construção de poder. Neste caso, autonomização e construção de poder significam possibilitar àqueles que são “mediados” uma aprendizagem potenciadora de uma autoresolução, uma prevenção de conflitos e uma aprendizagem em ação que se transforma em capacidade de atuação, quando ela própria é mediada por processos de reflexão (Casa-Nova, 2009: 62-63).

A mediação intercultural promove ainda, a “operacionalização da convivência social e intercultural, de forma a conseguir uma sociedade mais coesa, capaz de trabalhar em conjunto pelo seu presente e futuro” (Plan, 2004 cit. por Giménez 2010: 29).

Hoje em dia a Mediação é um procedimento que não serve apenas para a resolução de conflitos entre as partes, mas como forma de comunicação, de educação e de regulação social. O mediador tem então como objetivo, o favorecimento da comunicação entre as partes e a sua intercompreensão, através de um sistema relacional.

Assiste-se, assim, a uma evolução positiva da importância dada à mediação preventiva, vista como uma ferramenta utilizada nas relações interpessoais com problemas diversos e complexos, intervindo o mediador, a chamada “terceira pessoa”, “a montante dos conflitos, antecipando-os, evitando-os e criando um ambiente de respeito pelos outros e por si próprio; um ambiente de cosmopolitismo para uma sociedade inclusiva” (Vieira, 2013: 203). Esta surge, então, como “uma estratégia fundamental na perspetiva do reforço do diálogo intercultural e da coesão social.” (Oliveira e Galego, 2005: 25). Logo, a mediação “mobiliza um projeto de restauração de laços sociais, sustentando modalidades alternativas de gestão das relações sociais, tornando-se um processo comunicacional de transformação do social e uma requalificação das relações sociais.” (Fernandes, 2013: 2).

A mediação preventiva deve ser trabalhada em diversos contextos da sociedade maioritária, de forma a promover o respeito e a convivência entre todos, sendo as escolas consideradas como espaços de excelência para iniciar essa competência intercultural. A pedagogia social e a educação social são vistas como uma forma de sensibilizar a aprendizagem dessa convivência, considerada como um dos quatro pilares em que deve assentar a educação do novo século defendida por Jacques Delors (cit. por Jares, 2002). A escola deve fomentar a coesão e a negociação, a confiança, a autoestima, a autonomia e emancipação, boas relações interpessoais, a aprendizagem cooperativa... (Jares, 2002).

A formação da população nativa em competências interculturais, não só em contextos escolares, é de igual forma vista como crucial para um relacionamento mais fácil para com os imigrantes, sendo um fator crucial para que se acabe com os estereótipos e mitos em matéria de migrações e que dificultam muito a sua integração. A mediação, ao por em diálogo, obriga a dinâmicas identitárias. A hermenêutica diatópica (Vieira, Marques, Silva, Vieira e Margarido: 2017:34-37). Ajuda o indivíduo a conhecer-se melhor e a aceitar a sua identidade.

2.4. Mediador Intercultural

Promover a compreensão e o respeito pelo “Outro”, reduzindo os estereótipos e preconceitos; promover a coesão social, a autonomia e a convivência intercultural entre grupos de diferentes matrizes culturais; prevenir e regular/ resolver os conflitos; promover a capacitação e a participação; a convivência e o diálogo são algumas das funções do Mediador Intercultural.

O Mediador como “terceiro instruído” deve ter uma conceção dinâmica da identificação do papel dos preconceitos e estereótipos na relação interpessoal e social que

se medeia, as particularidades da comunicação intercultural e do conflito interétnico, as inter-relações entre a pessoa, a sua situação e enquadramento cultural, áreas convergentes e comuns entre os envolvidos (Giménez, 2010: 24).

O ato de mediação exige a compreensão e o conhecimento dos diferentes sistemas culturais existentes numa comunidade. O mediador ou mediadora é alguém que está “entre-dentro” de vários sistemas culturais diferenciados ou diferentes lógicas de atuação face a uma mesma situação. Ser Mediador é portanto, pôr-se “no meio” conforme refere F. Tosquelles (cit. por Capul e Lemay, 2003: 112). Ele “estabelece uma ponte entre um ser atual e em devir e uma envolvente que deve dar a sua contribuição a um processo de evolução (Capul e Lemay, 2003: 112). O Mediador intercultural deve ser uma pessoa versátil, na medida em que intervém e estabelece pontes entre os imigrantes, a sociedade maioritária e as instituições, tais como serviços básicos de saúde, sociais, alojamento, educação, emprego, culturais, religiosos, justiça, vizinhança, etc. O Mediador Intercultural esforça-se por colocar a comunicação como fundamento das relações entre pessoas de culturas diferentes, evitar situações de violência, gerando a possibilidade de negociação e mediação criadora de um espaço comum, onde se possam encontrar vias para prevenir e resolver tensões e conflitos, assim como mecanismos e estratégias para uma intervenção social competente, no âmbito da imigração e da interculturalidade. (AA VV, 2008: 81).

Cohen-Emerique (cit. por AA VV, 2008: 82) propõe três competências interculturais necessárias à dinâmica intercultural: a descentração, a aproximação ao outro e a negociação e mediação intercultural. A descentração permite o diálogo entre as pessoas, de forma a que, cada um não deixe de ser ele mesmo, e que não se imponha ao “Outro” os seus próprios valores, modos e modelos de vida. A aproximação ao outro permite a empatia. Aprender a escutar os silêncios e as palavras, os gestos e as formas de comunicação com espírito de descoberta e não com sentido crítico de julgar ou buscar outras causas exteriores.

Quando os obstáculos para chegar a um acordo não se podem resolver sem a intervenção de uma terceira pessoa, então existe a necessidade de mediação. Neste caso a negociação e a mediação favorecem a busca por um terreno comum que permitirá encontrar intervenções adequadas, soluções mais satisfatórias e resultados viáveis (AA VV, 2008: 84-85).

O mediador intercultural deve ter a capacidade de empatia, interajuda, comunicação e escuta ativa. Deve ter a capacidade de moderar grupos e reuniões, assim como de, facilitar a análise dos sistemas socioculturais. Deve ter a capacidade de negociação e resolução de conflitos interculturais, capacidade de trabalho em equipa,

assim como, a defesa dos direitos e interesses dos envolvidos e ainda conhecimentos em ação social. (AA VV, 2008:107).

Ao nível dos conhecimentos, o Mediador Intercultural deve dominar a língua da sua cultura de origem e da sociedade recetora, entender os modelos de desenvolvimento pessoal e interpessoal. Deve também conhecer a imigração e os movimentos da população, assim como, a sua cultura e inter-relação, dominando os conceitos de participação, organização e dinâmicas de grupo. É também relevante que o mediador conheça a legislação e os recursos das sociedades de origem e de acolhimento, assim como, dos grupos e organizações sociais das comunidades envolvidas (AA VV, 2008:108).

Vieira (2013) quanto à figura do mediador diz que esta “está ligada a uma pessoa razoável e amante da justiça com capacidade para dialogar e utilizadora de um senso comum relacional, que lhe dá capacidade para participar em conflitos alheios sobre os quais exerce uma ação reestruturante” (Vieira, 2013: 105).

Sobre este tema Vieira e Vieira (2017) afirmam ainda que “Mediar implica uma escuta ativa e o entendimento do outro”; “Mediar socioculturalmente é encontrar terceiros lugares de entendimento entre posições às vezes extremadas, que não são, ainda, necessariamente, conflito mas que são já relações de discórdia e de alguma tensão social” (Vieira, Marques, Silva, Vieira e Margarido, 2017:31-32).

As principais atitudes do mediador intercultural apontadas por AA.VV. (2008: 107-114), são: situar-se perante o outro, situar-se perante si mesmo, perceber-se a si mesmo e ser percebido, situar-se frente ao mundo, situar-se na relação, situar-se no trabalho, valorizar as ideias, as opiniões e/ou as condutas.

Quanto ao modo de situar-se perante o outro, o mediador intercultural deve ter uma atitude de proximidade, mostrando-se acessível, de modo a ganhar a confiança dos mediados; quanto a “situar-se perante si mesmo”, o mediador intercultural deve ter em conta a honestidade e sinceridade, a coragem e a modéstia; quanto a “perceber-se a si mesmo e ser percebido”, deve mostrar atitudes de coerência, serenidade e equilíbrio, ou seja, o mediador deve procurar estabelecer um discurso de fácil interpretação, coerente e que seja fiel à sua prática e que consiga trabalhar de uma forma apaziguadora as relações existentes no processo de mediação; Quanto ao “modo de se situar perante o mundo”, o Mediador Intercultural deve procurar conhecer-se a si e aos outros, de forma aberta, criativa e imaginativa; “situar-se na relação”, no interesse pelo “outro”, ou seja, o Mediador intercultural, busca benefício para todos na interação mas sempre de olhos postos na pessoa, dirigindo a sua preocupação e interesse pelo sujeito e pela sua situação. Acredita nas potencialidades do “outro”, dotado dos recursos necessários para o seu próprio crescimento, agindo o Mediador Intercultural como facilitador do seu

desenvolvimento, nunca o tentando modificar, apenas fortalecendo-o e capacitando-o. Aceita o “outro” tal como ele é, reconhecendo que a sua visão do mundo não é única, entendendo, valorizando e respeitando a visão do outro, mesmo que por vezes não a partilhe. Quanto ao modo de “se situar no trabalho”, o mediador intercultural deve adotar uma atitude cooperativa, participar e deixar participar; ter uma atitude negociadora e conciliadora. Quanto ao “modo de valorizar as suas ideias, opiniões e/ou condutas”, o mediador intercultural deve ser flexível, tolerante e respeitoso (AA VV, 2008: 107-114).

O mediador deve “promover a integração e participação social do imigrante, o reforço dos laços sociais e contribuir para a construção de uma identidade comum, sem por em causa a diversidade cultural, aberto à cultura”. Deve ter uma “atitude de proximidade, mostrando-se acessível, de modo a ganhar a confiança dos mediados”; deve ter em conta a “honestidade e sinceridade, a coragem e a modéstia”; deve mostrar “atitudes de coerência, serenidade e equilíbrio”, ou seja, o mediador deve procurar “estabelecer um discurso de fácil interpretação, coerente e que seja fiel à sua prática e que consiga trabalhar de uma forma apaziguadora as relações existentes no processo de mediação”; deve procurar “conhecer-se a si e aos outros, de forma aberta, criativa e imaginativa”; “Buscar benefício para todos na interação” mas sempre de olhos postos na pessoa, dirigindo a sua preocupação e interesse pelo sujeito e pela sua situação. Acredita nas potencialidades do “outro”, dotado dos recursos necessários para o seu próprio crescimento, agindo o como facilitador do seu desenvolvimento, nunca o tentando modificar, apenas fortalecendo-o e capacitando-o. Aceita o “outro” tal como ele é, reconhecendo que “a sua visão do mundo não é única”, entendendo, valorizando e respeitando a visão do outro, mesmo que por vezes não a partilhe. Deve adotar uma “atitude cooperativa, participar e deixar participar”. Ter uma “atitude negociadora e conciliadora”; Deve ser “flexível, tolerante e respeitoso” (AA VV, 2008: 107-114).

Winnicott (cit. por Casaleiro, 2011: 2-10) por sua vez, diz que o mediador funciona como um objeto transacional, na medida em que possibilita a ponte entre o mundo interno e mundo externo, ou seja permite a compreensão entre aquilo que um ator social percebe (mundo subjetivo) e a realidade física percebida, entre o eu e o outro. Fomenta ao mesmo tempo a livre tomada de decisões e compromissos e facilita a relação entre duas partes, numa lógica de construção desenvolvimental, partilhada com todos os intervenientes.

Em suma, a Mediação Intercultural tem um papel muito importante nos processos de organização e participação dos cidadãos, reconstrução nacional, construção da paz em sociedades divididas e fragmentadas por conflitos e na implementação de políticas sociais e integração de imigrantes.

Depois de exposto este breve enquadramento conceptual e teórico e tendo em consideração o contexto de crise humanitária, com o aumento exponencial de pedidos de asilo, o Conselho da União Europeia, adotou, em setembro de 2015, decisões que preveem a recolocação, por todos os Estados Membros, requerentes provenientes de Itália e Grécia, que tenham chegado a estes territórios a partir de 24 de março de 2015 e que sejam de nacionalidade da Síria, da Eritreia, do Iraque e da República Centro-Africana³².

Neste sentido, as famílias acolhidas nesta localidade, requereram proteção internacional às autoridades gregas. A responsabilidade do pedido foi transferida para Portugal, ao abrigo das Decisões do Conselho da EU N.º 2015/1523, de 14 de Setembro e N.º 2015/1601 de 22 de Setembro, em matéria de recolocação de requerentes de Proteção Internacional³³.

Apesar do número de pedidos de asilo ser muito inferior, comparativamente com a procura por outros países da Europa, a verdade é que os migrantes que chegaram a Portugal também são um grupo muito diversificado em termos de países de origem, afiliação religiosa, classe social, profissões, idade e género "(Santinho 2013, 6 cit por Vieira, Marques, Gomes & Vieira, 2017:2), constituindo por isso um desafio.

Face a esta exigência humanitária, algumas organizações da sociedade civil portuguesa organizaram-se no sentido de dar resposta a esta crise, criando a PAR- Plataforma de Apoio aos refugiados (Vieira, Marques, Gomes & Vieira, 2017:2). Este projeto visa a promoção da integração dos requerentes de proteção internacional através do apoio socioprofissional e do apoio na aprendizagem da língua portuguesa para adultos, habitação, alimentação, vestuário, transporte, apoio no acesso a cuidados de saúde, apoio no acesso à educação, na inscrição na Segurança Social, entre outros.³⁴

A Instituição anfitriã, depois de inscrita na PAR e de celebrar protocolo com o SEF, assumiu este compromisso, de acolhimento e integração destas famílias. O processo tem a duração de dois anos, com redução gradual do apoio, face à autonomização progressiva das famílias.

A questão humanitária destes refugiados, o papel das organizações e das instituições anfitriãs, o diálogo intercultural, a inclusão, os desafios relacionados com as famílias são alguns dos exemplos onde as instituições têm um papel primordial, cabendo-lhes resolver e prevenir problemas, conflitos e tensões de grande complexidade e exigência social. Neste sentido, a necessidade de analisar e compreender a complexidade que envolve esta temática justifica a reflexão sobre o acolhimento e integração de

³² Manual de Procedimentos para as Entidades de acolhimento, Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

³³ Processo de Proteção Internacional, Gabinete de Asilo e Refugiados, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Maio 2017;

³⁴ Protocolo de Cooperação SEF e CNSN (2016), Maio 2016.

refugiados, de forma a encontrar possíveis soluções para obstáculos enfrentados por um número significativo de pessoas que se encontram em situação de grande fragilidade.

Vieira, Marques, Gomes & Vieira (2017) referem alguns benefícios do diálogo intercultural, da receção de refugiados e da mediação. Assim segundo estes autores:

“Dialogue can be viewed as an interaction that fosters debate and discussion, listening and talking, sometimes even disagreement and conflict. If dialogue is a source and opportunity for enrichment through an exchange that can generate ‘third cultures’ (Brockman 1998 cit por Vieira, Marques, Gomes & Vieira), ‘third persons’ and ‘third instructed’ (Serres 1993 cit por Vieira, Marques, Gomes & Vieira), ‘cultural ‘Métissages’ (Vieira and Vieira 2016 a,b cit por Vieira, Marques, Gomes & Vieira) then the truth is that all this interaction can generate tension and friction”.

Vieira, Marques, Gomes & Vieira (2017) referem sobre o acolhimento do Outro “In fact, it is not easy for most of us to welcome and appreciate difference. For that reason, one of the topics we included in the module on ‘Intercultural Dialogue’ was that of intercultural mediation as a social pedagogy for hospitality (Baptista 2005 cit por Vieira, Marques, Gomes & Vieira), and for interculturality”. Dizem sobre a mediação “it is this mediation that counteracts monolithic integration processes and contributes to the development of an intercultural inclusion of the other”; Ainda segundo estes autores a mediação intercultural require:

“capacity for active listening, understanding, and respect for the other.

That is why throughout the course we sought to amplify the potential of intercultural mediation as a vehicle for the construction of increased intercultural communication and more dialogical and intercultural interactions” (Laplantine and Nouss 2002; Vieira 2014 cit por Vieira, Marques, Gomes & Vieira).

Vieira, Marques, Gomes & Vieira (2017) afirmam que “To mediate implies active listening and striving to truly understand the other, all the others, in their own rationality. Therefore, it is not enough to tolerate, it is necessary to respect, even when disagreeing with somebody else’s views. To socioculturally mediate is to find third places of understanding between sometimes extreme positions, that are not yet, necessarily, in a state of conflict but that have demonstrated a potential for social tension and open disagreement; Sociocultural mediation goes beyond ‘tolerance’ and seeks transformation of all those involved. Assim, referem os mesmos autores “It is imperative that the sociocultural mediator promotes multi-topic hermeneutics (Vieira 2011, 2013 cit por Vieira, Marques, Gomes & Vieira), leading to understanding and respect, although this does not necessarily mean agreement and identification”.

De acordo com a sua opinião:

“It is our opinion that if we tolerate intolerance, we accept injustice.

Will a mediator tolerate and recommend being tolerant towards someone who harms another person? Or does the sociocultural mediator need to act and

intervene, temporarily forfeiting the principles of classic mediation, based on neutrality and impartiality. In truth, passive tolerance leads to active intolerance or leaves the path open for it (Heritier 1999 cit por Vieira, Marques, Gomes& Vieira). It means that if one tolerates intolerant actions, without mediation and containment, one amplifies intolerance” (Vieira, Marques, Gomes& Vieira, 2017: 3-4).

3. Metodologia

3.1. Investigação Qualitativa, Instrumento, Procedimento

A integração de refugiados em muitos países da Europa e, no caso concreto, em Portugal, tem-se vindo a constituir como um fenómeno complexo, com implicações económicas, políticas, demográficas, sociais, culturais, etc., exigindo, por isso, intervenções em diversas áreas com vista a facilitar essa integração. Neste processo de integração, as diferenças culturais tornam-se por vezes problemáticas, originando tensões e conflitos, muitas vezes devido ao desconhecimento mútuo dos grupos minoritário e maioritário.

Importa, por isso, procurar uma melhor compreensão e interpretação deste fenómeno, no sentido de acolher e integrar melhor, sendo urgente adotar uma resposta global e coerente para superar os desafios que se colocam, com a vinda e integração de refugiados nas comunidades. Com esta pesquisa levada a cabo numa comunidade situada no litoral de Portugal, pretende-se compreender a realidade vivida por famílias de refugiados acolhidas, suas representações, atitudes e expectativas, valorizando a construção de conhecimento, através das representações dos sujeitos que participam na investigação.

A investigação a desenvolver terá uma abordagem qualitativa, na medida em que se pretende descrever, compreender e interpretar fenómenos de natureza social, investigando a complexidade de comportamentos, perspetivas dos sujeitos e fenómenos sociais. Procura-se apreender a subjetividade inerente aos comportamentos dos que fazem parte de um complexo conjunto social. As interações e reflexões que o indivíduo faz consigo e com os outros ajudam a explicar e a prever a sua conduta.

Tal como referem alguns autores, tais como Godoy (1995) e Goldenberg (2004) a metodologia qualitativa permite-nos a compreensão da realidade na sua complexidade e não como algo simples que possa ser descrito a partir de poucas leis universais. Segundo Minayo (1992: 10) "a metodologia qualitativa é aquela que incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. O estudo qualitativo pretende apreender a totalidade coletiva visando, em última instância, atingir o conhecimento de um fenómeno histórico que é significativo na sua singularidade".

Não se pretende com este estudo uma generalização, mas sim que possa permitir a membros de grupos semelhantes, o reconhecimento de dificuldades, e possivelmente ver formas de solução de problemas semelhantes no seu próprio grupo (Bell, 2010: 26).

Esta investigação não pretende assim, reivindicar a completude, uma vez que as respostas nunca serão definitivas e haverá sempre mais perguntas a fazer. Será, portanto, um trabalho contínuo, que irá certamente para além da entrega do mesmo.

A pesquisa insere-se na área das Ciências Sociais, situando-se numa via essencialmente compreensiva e interpretativa, afastando-se assim de concepções essencialistas e positivistas rígidas, baseadas no modelo de estudo das ciências da natureza, de Augusto Comte (1798-1857) cit por Goldenberg (2004:17).

Segundo Bell (2010), esta investigação “é conduzida para resolver problemas e para alargar conhecimentos, sendo portanto, um processo que tem por objetivo enriquecer o conhecimento já existente”.

Assim, depois de realizada a investigação bibliográfica, que forneceu a base teórica inicial para as discussões conceituais, deu-se início às entrevistas feitas a famílias de refugiados.

Foram feitas entrevistas a quatro adultos, acolhidos na comunidade em estudo. Apesar do número de entrevistas ser reduzido, tal não constitui um obstáculo à análise, uma vez que, de uma maneira geral, em estudos qualitativos o número de participantes assume uma importância secundária (Fontanella, Ricas e Turato, 2008). Segundo Ruquoy (cit. por Sani, 2002), nas investigações qualitativas, os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu carácter exemplar. Sendo assim, a investigação qualitativa baseia a seleção da amostra num propósito que não é o da representatividade nem o da aleatoriedade, mas no princípio da qualidade da informação que aquela pode fornecer (Guba e Lincoln, 1989).

Para além disso, um bom informante é alguém que possui o conhecimento e experiência que o investigador deseja, sendo representativo da realidade que se pretende investigar e não da população geral (Morse, 1994). As abordagens qualitativas permitem, assim, falar de transmissibilidade e capacidade preditiva, mas não de generalização. (Fernandes e Maia, 2001).

O objetivo da entrevista é, tal como refere Judith Bell (2010), “explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisa que o inquirido nunca poderá fazer “ (Bell, 2010: 137).

No caso do presente estudo, trata-se de perceber de que forma os refugiados percecionam e perspetivam a sua integração na sociedade de acolhimento.

Com a utilização das entrevistas, os refugiados terão a possibilidade de exprimir as suas opiniões e vivências, fornecendo, assim, as informações necessárias para este estudo, revelando experiências, atitudes, crenças, opiniões e a sua perspetiva num contexto concreto, ou seja como é ser “refugiado” numa comunidade em Portugal.

As entrevistas foram semiestruturadas, envolvendo um guião de entrevista, cobrindo vários aspetos relacionados com a forma como os refugiados vivem e interpretam a integração, nomeadamente ao nível do emprego, educação, saúde, habitação, alimentação, vestuário, língua, relações sociocomunitárias e culturais, entre outras consideradas relevantes para a sua integração futura.

Em termos gerais, e segundo Charmaz (2006), a entrevista semiestruturada, é um procedimento aberto-fechado, mas dirigido, porque visa ir ao encontro dos objetivos do estudo, e flexível, uma vez que permite proceder aos ajustamentos necessários no decurso da entrevista, tais como alterar a sequência das questões e adaptar-se ao nível de compreensão dos entrevistados, explorar novos tópicos que possam ser introduzidos no decurso da interação, contribuindo para o enriquecimento dos dados. As questões da entrevista devem, por isso, ser suficientemente gerais para explorar aprofundadamente o tema do estudo, e suficientemente específicas para se ajustarem à experiência do participante.

Segundo Mirian Goldenberg (2004: 88) as vantagens da entrevista são: “poder coletar informações de pessoas que não sabem escrever”; “as pessoas têm maior paciência e motivação para falar do que para escrever”; “maior flexibilidade para garantir a resposta desejada”; “observar o que diz o entrevistado e como diz, verificando as possíveis contradições”; é “um instrumento mais adequado para a revelação de informação sobre assuntos complexos, como as emoções”; “permite uma maior profundidade”; e “estabelece uma relação de confiança e amizade entre pesquisador-pesquisado, o que propicia o surgimento de outros dados”.

Quanto às desvantagens a referida autora refere que o entrevistador poderá afetar o entrevistado; “pode-se perder a objetividade tornando-se amigo”, podendo ser difícil estabelecer a relação adequada; “exige mais tempo, atenção e disponibilidade do pesquisador: a relação é construída num longo período, uma pessoa de cada vez”; “é mais difícil comparar as respostas”; “o pesquisador fica na dependência do pesquisado: se quer ou não falar, que tipo de informação deseja dar e o que quer ocultar” (Goldenberg, M. 2004:88-89).

Para obter a confiança do(s) entrevistado(s), o entrevistador deve considerar a pessoa que tem à sua frente, adaptando-se a ela e respeitando-a, e expressar apreciação pela sua participação (Fontana & Frey, 1994).

As entrevistas foram assim, levadas a cabo com a ajuda de um tradutor, gravadas e posteriormente transcritas. O tradutor é um cidadão jordano, residente na Comunidade há cerca de 20 anos.

O facto de a entrevista ter de ser traduzida, constituiu um obstáculo, uma vez que se poderá ter perdido algumas expressões ou ideias, só possíveis através da conversação

entre pessoas que falam a mesma língua. Por outro lado, sendo o tradutor, conhecedor das duas culturas e exercendo também um papel de mediador intercultural, constitui um fator facilitador desta tarefa.

As entrevistas serão seguidas pela análise dos dados que será feita de forma descritiva, interpretativa e compreensiva e apoiada na teoria exposta ao longo do trabalho.

Tal como referido por Vala (1986: 108), “quando se pretende descrever um fenómeno social, a análise de conteúdo é a técnica privilegiada para tratar o material recolhido”. Ainda, segundo Berelson (1952), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que permite “(...) a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (cit. por Vala 1986:3). Podemos, assim, dizer que a análise de conteúdo pressupõe dois passos importantes: um passo de carácter mais mecânico, que se prende com a divisão dos dados em unidades e subdivisão em categorias; e um outro passo de carácter mais interpretativo, que envolve a determinação do significado destas categorias no que diz respeito aos objetivos do estudo (Bravo, 1992).

Segundo Bardin (2009), o processo de análise de conteúdo deve ser feito em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferências e sua interpretação. Na primeira fase, a da pré-análise, deve-se definir o objetivo do estudo, proceder-se à recolha dos dados e, finalmente, à constituição do corpus que vai ser analisado a posteriori e que decorre da utilização dos registos que são transcritos das entrevistas. A constituição do corpus teve em conta as recomendações feitas por Bardin, a saber: 1) regra da exaustividade (todo o corpus foi sujeito a análise), 2) regra da representatividade (a amostra é representativa de um universo inicial), 3) regra da homogeneidade (os documentos sujeitos a análise são homogéneos), 4) regra da pertinência (as informações do corpus correspondem aos objetivos que suscitam a análise). Assim, a análise das entrevistas teve em consideração os principais temas considerados relevantes para o estudo, tendo em conta também a relevância que o entrevistado dará aos temas no seu depoimento, a linguagem utilizada, emoções e comportamentos. Este ponto exige muita sensibilidade, no sentido de aproveitar o máximo possível os dados recolhidos e a teoria estudada, de forma a articular da melhor forma os dados empíricos com a teoria estudada (Goldenberg, M. 2004:93).

De salientar ainda a experiência adquirida, ao longo do último ano, no acolhimento e acompanhamento das famílias acolhidas. Essa experiência diz respeito ao contacto direto e interativo do investigador com a situação, objeto de estudo, sendo mais fácil o entendimento e interpretação dos fenómenos, segundo a perspetiva dos sujeitos em estudo.

A maior limitação neste estudo foi o facto de uma das famílias ter abandonado o projeto, pouco tempo antes da realização das entrevistas. De forma a superar essa

situação, foi analisada uma entrevista que já havia sido feita a essa família, estando ela em Portugal há cerca de dois meses, no âmbito de um trabalho realizado na disciplina de Metodologias de Investigação. No entanto, essa família ainda mantinha pouca interação com a sociedade de acolhimento, encontrando-se instalados num centro de alojamento da instituição. Para além disso, a família não tinha tido qualquer experiência profissional em Portugal.

Outra forma de superar essa limitação, foi a utilização de uma entrevista realizada pelo JRS (Serviço Jesuíta aos Refugiados) -Europa, sobre o tema da integração, em fevereiro de 2017, sendo por isso possível, com autorização daquela organização, retirar informação pertinente para fazer a análise das entrevistas.

4. Apresentação e discussão de resultados

4.1. Descrição do perfil do entrevistado e do contexto

Foram feitas entrevistas a quatro cidadãos de nacionalidade Síria. Todos eles já com estatuto de proteção subsidiária³⁵, residentes numa localidade situada no litoral de Portugal, pertencentes a 3 famílias acolhidas por uma Instituição de Solidariedade Social, que designarei adiante de Instituição Anfitriã.

Estes, agora residentes nesta localidade, requereram proteção internacional às autoridades gregas, tendo sido transferida a responsabilidade do pedido para Portugal, ao abrigo das Decisões do Conselho da EU N.º 2015/1523, de 14 de Setembro e N.º 2015/1601 de 22 de Setembro, em matéria de recolocação de requerentes de Proteção Internacional³⁶.

Num contexto de crise humanitária, o conselho da União Europeia, adotou, em setembro de 2015, decisões que preveem a recolocação, por todos os Estados Membros, requerentes de asilo provenientes de Itália e Grécia, que tenham chegado a estes territórios a partir de 24 de março de 2015 e que sejam de nacionalidade da Síria, da Eritreia, do Iraque e da República Centro-Africana³⁷.

Neste contexto, Portugal assumiu o compromisso de, num prazo de dois anos, recolocar cerca de 10.000 indivíduos no seu território.

A instituição de solidariedade social que acolheu estas 3 famílias fê-lo, depois de se inscrever na PAR (Plataforma de Apoio aos refugiados). Nesta senda, a instituição celebrou três protocolos de cooperação com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no sentido de receber 3 famílias, num projeto com a duração de 24 meses.

Este projeto visa a promoção da integração dos requerentes de proteção internacional através do apoio socioprofissional e do apoio na aprendizagem da língua portuguesa para adultos; diligenciar a matrícula e frequência no sistema de ensino por parte das crianças e jovens até aos 18 anos; a prestar alojamento em habitação adequada à dimensão do agregado familiar; a assegurar a satisfação das necessidades básicas, como a

³⁵ Estrangeiro ou apátrida a quem não seja aplicável a definição de “refugiado” e que seja impedido ou se sinta impossibilitado de regressar ao seu país da sua nacionalidade ou da sua residência habitual, quer atendendo à sistemática violação dos direitos humanos que aí se verifique, quer por ocorrer o risco de sofrer ofensa grave, nomeadamente pena de morte ou execução, tortura ou pena ou tratamento desumano ou degradante ou ameaça grave contra a sua vida ou integridade física, resultante de violência indiscriminada em situações de conflito armado internacional ou interno ou de violação generalizada e indiscriminada de direitos humanos (Glossário in www.jrsportugal.pt); Neste caso, será concedida uma autorização de residência válida por um período inicial de 3 anos.

³⁶ Processo de Proteção Internacional, Gabinete de Asilo e Refugiados, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Maio 2017;

³⁷ Manual de Procedimentos para as Entidades de acolhimento, Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

alimentação, vestuário, transporte, apoio no acesso a cuidados de saúde, apoio no acesso à educação, na inscrição na Segurança Social, entre outros.³⁸

De forma a garantir a confidencialidade dos requerentes de proteção internacional, foram usados nomes fictícios. O nome da instituição anfitriã nunca é referido, assim como o nome da localidade.

Conforme referido na metodologia deste trabalho, o facto de uma das famílias ter abandonado o projeto, pouco tempo antes da realização das entrevistas, fez com que fosse pertinente a utilização de uma entrevista cedida pela JRS, no âmbito do projeto “I get you” que dava a conhecer as melhores práticas de acolhimento e integração de migrantes a nível europeu. Essa entrevista foi levada a cabo, a esta família, em fevereiro de 2017. As referências estão devidamente identificadas.

Assim, a apresentação dos entrevistados é realizada na voz dos próprios, durante as entrevistas:

O meu nome é ADILAH. Tenho 34 anos. Sou casada com JAMAL. Tenho 2 filhas, a HANA e a LAYLA, de 10 e 5 anos. Tenho o 11º ano” (Entrevistado 1³⁹);

“O meu nome é JAMAL. Tenho 37 anos. Sou casado com ADILAH. Tenho 2 filhas, a HANA e a LAYLA, de 10 e 5 anos. Sou de Al Raqa na Síria, mas a viver há 12 anos em Damasco. Raqa é a cidade onde está a Capital do Estado Islâmico! Não frequentei a escola” (Entrevistado 2);

“O meu nome é HAYAT. Tenho 27 anos. Sou divorciada. Tenho 2 filhos, a KAMILAH e o NAÍM, de 8 e 6 anos. Tenho o 6º ano de escolaridade” (Entrevistado 3);

O meu nome é SAÍD. Sou da Síria, da cidade de Hamã. Sou casado com a Maram. Temos 7 filhos. (Entrevistado 4).

“ I am Maram, I am from Syria, I am living now in (...)”.(Entrevistado 5, pela JRS)

São cidadãos, jovens-adultos, juntamente com as suas famílias, que vieram para este país e para esta localidade, situada no litoral de Portugal.

Duas das famílias vêm de Damasco, capital da Síria e a outra vem de Hamã, no centro do país.

Das famílias de Damasco, uma é composta por Jamal (pai) – Entrevistado 1 , Adilah (mãe), Entrevistado 2, Hana e Layla (filhas); a outra família é monoparental, composta pela mãe Hayat, entrevistada 3, e pelos filhos Kamilah e Naím. A família de

³⁸ Protocolo de Cooperação SEF e CNSN (2016), Maio 2016.

Jamal chegou no dia 13 de setembro a Portugal e a família de Hayat chegou no dia 28 de setembro de 2016. De referir que estas duas famílias estão ligadas pelo facto das duas mulheres serem irmãs (Adilah e Hayat). Na Síria, Jamal era Ajudante de Pedreiro. Adilah e Hayat nunca trabalharam fora de casa.

A família de Hamã tem um agregado familiar de 9 pessoas composto pelo pai Saíd, Entrevistado 4, e a mãe Maram (Entrevistada 5, pela JRS). Os filhos Yurem, Zahir, Gibran, Raja, Sabah, Lamis e Fatin. Chegaram a Portugal no dia 7 de março de 2016, tendo já abandonado o projeto a 4 de abril de 2017, indo para a Alemanha, sem informar a instituição anfitriã, equipa técnica ou SEF. Na Síria, Saíd era agricultor. A esposa, Maram, nunca trabalhou fora de casa.

4.1. Percurso migratório

O objetivo desta questão era compreender melhor a trajetória das famílias, acolhidas na comunidade, para melhor conhecer o seu perfil e ao mesmo tempo perceber a motivação da sua partida do país de origem.

“Saí da Síria a 8 de fevereiro de 2016 em direção à Turquia” (1)⁴⁰;
“Decidimos sair da Síria e fomos para a Turquia” (2)⁴¹; “Ficámos 3 dias na Turquia e depois fizemos a travessia para a Ilha de Lesbos “ (1); “Ficámos na Turquia 3 dias até fazermos a travessia, num bote de borracha, para a Grécia” (2); “Depois de decidirmos sair de casa, estivemos na fronteira entre a Síria e a Turquia, quase um mês” (3)⁴²; “Saímos da Síria em 2014, para a Turquia” (4)⁴³;

Em entrevista à JRS – Europa Maram, de Hamã diz: “I left Turkey to Greece by the sea and from Greece we came to Portugal”; “Because of the war and because the situation in Syria was not stable” (5)⁴⁴. Esta família esteve a viver na Turquia quase dois anos até decidirem fazer a travessia para a Grécia.

O percurso migratório de quem tenta sair da Síria é quase sempre em direção à Turquia, constituindo um risco muito grande, uma vez que a gestão dos fluxos migratórios está nas mãos de traficantes de seres humanos. Um risco, porque são sobretudo famílias que se deslocam, trazendo consigo as crianças. “Cruzar a fronteira da

⁴⁰ O número (1) corresponde ao n.º de entrevistado (N.º1 Adilah);

⁴¹ O número (2) corresponde ao n.º de entrevistado (N.º2 Jamal);

⁴² O número (3) corresponde ao n.º de entrevistado (N.º3 Hayat);

⁴³ O número (4) corresponde ao n.º de entrevistado (N.º4 Saíd);

⁴⁴ O número (5) corresponde ao n.º de entrevistado (N.º5 Maram, em entrevista à JRS);

Síria para a Turquia é a primeira parte da arriscada migração de milhares de pessoas em fuga da guerra e da perseguição por jihadistas"⁴⁵.

“Passámos um mês na rua, com frio!” ;“... extorquiram-nos muito dinheiro” ;“...vendemos quase todo o ouro que tínhamos para pagar a nossa saída” ;“Bateram no meu pai! Ameaçaram levar as crianças!” (3);

Assim como outros refugiados, também estas famílias pagaram para fazer a travessia para a Europa, (Itália e Grécia) pelo mar mediterrâneo, em barcos de borracha, completamente lotados, para daí se deslocarem em direção ao norte e centro da Europa, principalmente em direção a Alemanha. Portugal, por sua vez, é um destino muito pouco conhecido por imigrantes/ refugiados ou então é conhecido pelo seu baixo rendimento e por isso não é escolhido. A preferência pela Alemanha encontra-se claramente expressa em diferentes afirmações realizadas pelos nossos entrevistados:

“Estivemos na Grécia até ao dia 13 de setembro, altura em que viemos para Portugal”(1); Para fazer a travessia “... pagámos 900 dólares por pessoa”(1); “O meu objetivo era ir para a Alemanha” (1); “Pediram-nos 900 € na Turquia para fazermos a travessia para a Grécia e mais 900€ para fazer uma identificação falsa” (3); “Atravessamos o mediterrâneo num barco de borracha com 75 pessoas a bordo” (3); “Demorámos 6 horas, porque o barco se avariou 3 vezes, tendo ficado à deriva” (3);“Tentámos fazer a travessia sete vezes.” (4); “As crianças iam no meio do barco e os adultos à volta” (4);“Um dos barcos parou a meio do oceano. Penso que toda a gente morreu!” (4);“Toda a gente, dentro do nosso barco, começou a chorar.” (4);“Tinha já lá o meu irmão (na Alemanha) e tinha o filho dele comigo, desde pequeno por isso perguntámos se podíamos pedir reagrupamento familiar”(1); “Ficámos na Grécia alguns meses, junto com outros refugiados, até virmos para Portugal” (2); “Chegámos a Portugal no dia 7 de março de 2016” (4).

O desejo de chegar à Alemanha ou à Suécia é comum a muitos dos refugiados, como observado numa reportagem do JN. Este meio de comunicação escreveu a este respeito que “A esmagadora maioria dos requerentes de asilo que transitam pela Europa querem seguir para a Alemanha e a Suécia, onde muitos têm família e/ou receberam a informação de que aí há trabalho e podem ter um bom nível de vida. A preferência vai sempre para os países do Norte - a península Ibérica é desconhecida”⁴⁶.

⁴⁵ <http://pt.euronews.com/2015/09/11/refugiados-sirios-a-primeira-etapa-da-fuga-a-fronteira-com-a-turquia>, consultado a 27/06/2017;

⁴⁶ <http://www.jn.pt/nacional/interior/refugiados-nao-querem-viajar-para-portugal-4905032.html>, consultado a 21/07/2017;

4.2. Motivação do entrevistado na decisão de partida

As famílias acolhidas nesta comunidade viram-se obrigadas a sair do seu país e das suas casas, assim como tantos outros milhares de homens, mulheres e crianças, em busca de um abrigo que lhes devolva a segurança que outrora sentiram. A decisão de sair não é fácil, pois vêm-se obrigados a deixar tudo para trás, como os seus familiares e amigos, as suas casas e pertences para irem em busca do desconhecido. Milhares de pessoas fogem da destruição da guerra, de perseguições por parte do Estado Islâmico, da falta de acesso à educação, de assistência médica e subsistência, entre outros. Como referem os entrevistados,

“Saímos da Síria em 2014. Mas antes andámos, durante três anos de lugar em lugar na Síria.” (4); “...os nossos filhos iam para a escola e estávamos constantemente a ir buscá-los lá...” (4); “Decidimos sair do país devido à destruição, à guerra e à falta de condições para viver lá!” (3).

Todos eles deixaram famílias para trás. Muitos ficaram na Síria, outros ficaram na Turquia e ainda outros que conseguiram sair, foram para a Alemanha, fazendo com que as famílias ficassem separadas e com o desejo de um dia se voltarem a encontrar e quem sabe de voltar a viver lado-a lado!

Em entrevista à JRS – Europa, Maram diz “My family is living in Germany and we wanted to go there, but the way through Macedonia was closed”.

As crianças, apesar de não entenderem a situação em profundidade e de arranjarem sempre maneira de serem crianças, conseguindo, por vezes, alhear-se da realidade, são obrigadas a deixar tudo para trás! Deixaram para trás o sítio onde eram felizes! A sua casa, o seu “porto seguro”, os seus amigos, familiares próximos, os seus objetos pessoais... Não sabem se um dia voltarão a encontrar tudo o que deixaram para trás.

Viajaram milhares de quilómetros à procura de uma vida nova, com amigos novos, objetivos novos e com uma língua nova e mesmo assim conseguem voltar a ser felizes, apesar do vazio que sentem dentro de si, mas não entendem muito bem!

Como expressam os entrevistados:

“Atravessamos o mediterrâneo num barco de borracha com 75 pessoas a bordo” (3); “...as crianças foram-se apercebendo de tudo. Principalmente as mais velhas, mas não havia mais nada a fazer... (2); “As crianças iam no meio do barco e os adultos à volta” (4); “Toda a gente, dentro do nosso barco, começou a chorar.” (4);

4.3. Perceção do País de Acolhimento

A escolha do país de destino na Europa não é feita pelo imigrante/ refugiado, mas sim pelo EASO (European Asylum Support Office). A EASO é uma agência da União Europeia criada pelo Regulamento (UE) 439/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho que “contribui para o desenvolvimento de um Sistema Europeu Comum de Asilo facilitando, coordenando e reforçando a cooperação prática entre os Estados Membros sobre os diversos aspetos do asilo”⁴⁷.

A EASO coordena todas as atividades, no âmbito do Plano Operacional "Hotspot" - Recolocação da EASO, iniciando e promovendo esforços sincronizados junto dos Estados Membros da UE para apoiar o registo e o processamento de pedidos de proteção internacional nos diversos Estados membros que os irão acolher.⁴⁸

A recolocação dos requerentes de asilo consiste na transferência de cidadãos que se encontram em necessidade de proteção internacional na Grécia ou Itália para outro país da Europa, aderente. O pedido de proteção é examinado no país de recolocação.⁴⁹ Como é evidente nas afirmações dos nossos entrevistados:

“Deram-nos 8 países da Europa para escolher, mas nenhuma das nossas opções foi Portugal! No final, eles é que escolhem!” (1); “Desta forma, nós entregámo-nos ao Programa EASO, organismo responsável por distribuir as pessoas pela Europa, com a condição de nunca me separarem da minha irmã” (1); “Da minha parte, Se Deus escolheu este destino para mim, eu aceito!” (1); “Não nos deram a escolher o país” (2); “Não, não nos deram oportunidade de escolher o país” (3); “... deram-nos uma folha com sete países à escolha, mas decidimos não escolher! “Deus iria escolher por nós!” (4);

A este propósito, Maram respondeu à JRS-Europa “In a normal situation we woldn’t have come to Portugal. My family is living in Germany...”

Portugal é um dos países da Europa que encara de forma positiva a chegada de refugiados. No entanto, de acordo com alguns meios de comunicação social, não existe grande vontade por parte destes em serem recolocados em Portugal. Em entrevista ao Diário de Notícias, em março de 2016, o diretor-adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Luís Gouveia, admitiu que um dos principais entraves à chegada de refugiados seria mesmo a recusa dos próprios de seguir para Portugal⁵⁰.

Por sua vez Rui Marques, coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados, acredita ser pelo facto de estes desconhecerem o país, pois como afirmou à BBC Brasil “O que acontece é que a maioria desses refugiados não possui quaisquer informações

⁴⁷ <https://www.easo.europa.eu/about-us>, consultado a 01/07/2017;

⁴⁸ <https://www.easo.europa.eu/operational-support/hotspot-relocation>, consultado a 01/07/2017;

⁴⁹ www.easo.europa.eu/sites/default/files/public/BZ0116194ENN_0.pdf, consultado a 01/07/2017;

⁵⁰ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160306_portugal_refugiados_mf_ab, consultado a 01/07/2017;

sobre Portugal, então não se sente atraído pelo país. Não somos um país que tenha, por exemplo, a projeção da Alemanha”.⁵¹

Estas afirmações de Rui Marques são corroboradas pelos entrevistados:

“Detalhadamente não! Só na Grécia, comecei a ouvir falar mais de Portugal.” (1); “Para muita gente foi um choque, saber que vinham para Portugal. Países como a Alemanha, Holanda, França têm mais dinheiro e por isso são preferidos!” (1); “Percebemos que o país tinha 4 estações, assim como a Síria”(1); “Sem extremos de frio ou calor! Muito bom para viver!”(1); “Eu nunca tinha ouvido falar de Portugal até chegar à Grécia” (2); “... Tinham-nos falado muito mal de Portugal” (3); “Nós queríamos ir para a Alemanha!” (4); “Não conhecíamos Portugal. Foi uma surpresa!” (4)

Em entrevista à JRS – Europa Saíd diz: We weren’t afraid to come to Portugal because we had a nice idea about its people”. No entanto, apenas ouviram falar de Portugal em território grego. Antes disso, nunca tinham ouvido falar do país. Saíd diz que “We didn’t know anything about Portugal, the portuguese people and how they treat refugees”.

No entanto, existem outros fatores que fazem com que os refugiados queiram ir para países como a Alemanha, como o facto de existir lá uma comunidade árabe relativamente grande e de muitos dos familiares destes refugiados se encontrarem já neste país. Apesar de não serem parentes diretos, de forma a poderem pedir a reunificação familiar, não os impede de quererem estar junto deles, e de encontrar meios para evitar os lugares onde não querem viver.

Beat Schuler, porta-voz da ACNUR - agência da ONU para os refugiados em Roma, refere à BBC Brasil, em março de 2016, “Muitos desses refugiados já têm familiares e amigos em países europeus, então é muito difícil convencê-los de que eles devem seguir para um lugar onde não conhecem ninguém e não estão familiarizados com a cultura ou com a língua”.⁵²

Em termos de perceção do país de acolhimento por parte dos refugiados, de acordo com o que está patente nas entrevistas, a perceção é positiva. Estão cientes das diferenças existentes entre o seu país e Portugal, principalmente em termos sociais, no entanto conseguem encontrar semelhanças entre os dois, não tendo sentido qualquer choque cultural ou outros.

Da Síria, sentem saudades da vida que deixaram para trás, da família, dos amigos, dos empregos, dos bens materiais. “De tudo!” Como dizem os nossos entrevistados:

“Não sinto nenhuma diferença entre Portugal e a Síria, em termos de clima por exemplo!” (1); “É claro, existem algumas diferenças em termos religiosos, de alguns hábitos sociais, na gastronomia...” (1); “Na parte social há muitas diferenças, mas

⁵¹ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160306_portugal_refugiados_mf_ab, consultado a 01/07/2017;

⁵² http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160306_portugal_refugiados_mf_ab, consultado a 05/07/2017;

também vejo muitas semelhanças, nomeadamente no interesse das pessoas, na preocupação pelos outros, ao ponto de não me sentir estrangeira! “(1); “Não sinto o choque!” (1);

Sobre a saudade que sente da Síria dizem, “De tudo” (1); “Tenho muitas saudades de Damasco! E tenho mesmo muitas saudades da minha avó! Foi ela que me criou!” (1); “Não vejo grandes diferenças! Já estou habituado” (2); “Sinto bastantes saudades dos meus familiares e amigos” (2); “É tudo diferente! Principalmente porque venho de um estado em guerra para um estado em paz!” (3); Sentem saudades “Da família, sobretudo do meu pai e da minha mãe que ficaram lá!”(3); “Pela primeira vez sentimos que estamos em paz. (4);

Saíd diz ainda em entrevista à JRS-Europa: “I saw land, cows, agriculture fields while travelling and I found it very similar to my country and that I could adapt to it”.

No entanto, aquilo que deixaram para trás, por vezes fala mais alto: “The exile...My family in Syria...We are connected with them...by the mobile phone but we feel the exile. It’s my country, it has a big place in my heart”.

Sobre o que nos Portugueses os desgosta mais ou que têm mais dificuldade em lidar, os entrevistados não têm nada a referir, dizendo que a sociedade de acolhimento é simpática e acolhedora. Apenas referem a língua como um entrave à sua integração e contacto com as pessoas. Dizem assim:

“De Nada! A língua é sem dúvida uma barreira, mas estou a tentar ultrapassar!” (1);

“Dos Portugueses nada! Da língua sim. É muito difícil e isso faz com que nos isolemos um bocado” (2); “De Nada!” (3); “Não, pelo contrário. Temos sido muito bem acolhidos” (4); “As pessoas são muito simpáticas e vêm falar connosco” (4).

O mesmo sentimento é também descrito por Saíd no âmbito do projeto do JRS-Europa, dizendo: “When people know that we are Syrian refugees here the relationship between us and them gets better and they help us a lot”.

4.4. Acolhimento na Comunidade

A resposta a esta questão por parte dos entrevistados não é surpreendente. A chegada a esta localidade não constituiu um choque para eles, considerando apenas que inicialmente o lugar lhes parecia estranho. No entanto logo se habituaram ao local, considerando-o um lugar bonito.

“Inicialmente senti uma sensação estranha pelo facto de ser um lugar estranho para mim. No dia seguinte fiz o primeiro passeio pela vila e gostei imenso” (1);

“Ao princípio era tudo estranho. Sentia-me pouco à vontade. Não conhecia ninguém, mas aos poucos fui-me habituando” (2); “A primeira impressão que tive é que a vila era muito bonita! Não tive outra impressão!” (3).

Em entrevista à JRS-Europa Saíd diz, relativamente à primeira impressão: “I thought there would be a lot of people, very busy”; “When we arrived I thought the cities were perfect because there was sea near to the cities”.

4.5. Integração Sociocultural

Conforme referido na parte teórica e conceptual deste trabalho, a vinda e permanência de refugiados/ imigrantes forçados para uma comunidade implica modificações importantes em várias dimensões, tanto económicas, como sociais, geográficas e culturais que ajudam na construção da imagem associada aos imigrantes e minorias étnicas.

Como diz Malheiros (2016), em termos relacionais, isto “traduz-se numa complexificação dos contactos culturais agravada por maiores dificuldades de comunicação, pelo menos numa fase inicial, com diversas populações estrangeiras” (Malheiros, 2006: 6). Posto isto, a forma como a sociedade de acolhimento vê a chegada de novas pessoas, interfere na forma como irá procurar integrá-las, assimilá-las ou segregá-las! Da mesma forma os refugiados percecionam a forma como foram acolhidos.

De acordo com as respostas dadas durante as entrevistas, as famílias acolhidas nesta localidade, apesar de sentirem que foram bem acolhidas e aceites, ainda não se sentem integradas socialmente na comunidade.

“Vida social não tenho muita! “ (1); “Não me sinto excluída, mas os contactos a esse nível ainda são poucos.”(1); “Vida social não tenho muita! Não tenho muito tempo, pois o meu horário de trabalho não dá” (2); “À noite, no fim do turno, convivemos um bocadinho”(2); “No início, para mim seria uma situação impossível, devido à língua” (3); “Agora as coisas estão a tornar-se cada vez mais fáceis em termos de relacionamento com os portugueses” (3); “Não saímos muito! Quando a nossa casa estiver pronta, já vamos começar a sair mais e a conviver com as pessoas. Agora, ainda nos sentimos um pouco observados!” (4);

As afirmações dos entrevistados denotam, ainda, uma fraca inserção social que resulta, pelo menos em parte, do reduzido tempo de residência em Portugal. Dos entrevistados, um encontrava-se a residir no país há dois meses (a família de Saíd) e outros três há nove meses (Adilah, Jamal e Hayat). As três famílias, ainda se encontravam a viver num centro de alojamento aquando das entrevista. A família de Saíd e Maram chegou a Portugal em março de 2016 e a entrevista teve lugar em maio do mesmo ano, realizada no âmbito de um trabalho para a disciplina de Metodologias de Investigação, dois meses depois.

As outras duas famílias (de Jamal e Adilah e de Hayat) chegaram a Portugal em setembro de 2016 e as entrevistas realizaram-se em maio e junho de 2017, nove meses depois da sua chegada.

Importa referir que as três famílias, aquando da realização das entrevistas ainda se encontravam a viver num centro de alojamento para sem abrigo, da instituição anfitriã.

A família de Saíd e Maram, passados onze meses e a viver na sua casa, de forma autónoma, já se sentem mais integrados socialmente, dizendo em entrevista à JRS - Europa:

Saíd

“Now, we can go to downtown, to do shopping, we feel like we are closer to the people. We feel like we are one of them”; “When people know that we are Syrian refugees here the relationship between us and them gets better and they help us a lot”; “Portuguese children speak to my children and I feel good about that and everything is good”.

Maram diz sobre o seu filho Yurem: “He speaks Portuguese very well, he is smart and he has a lot of Portuguese friends in...”

Ainda sobre integração social Maram fala em entrevista à JRS sobre a uma amiga portuguesa “Ana is closer to me than any other person, she is a teacher and her father is sick”.

Hayat, em Portugal há nove meses mantém relações com a comunidade local através do trabalho. Tem consciência que as colegas de trabalho não a veem como estrangeira ou diferente, apesar do uso do lenço, tendo já sido convidada para sair. No entanto Hayat precisa de tempo para conhecer melhor as pessoas. Para além disso, precisa da aprovação da sua irmã mais velha, pelo facto de esta ser mais nova e divorciada.

“Já houve uma colega de trabalho que me convidou para ir a casa dela beber um café, mas eu não fui” (3); “Costumo ir com as colegas beber café, mas só nos intervalos do trabalho” (3); “Ainda estamos a conhecer as pessoas!” (3);

Relembrando o que refere a ECRE, sobre o processo de integração, como um “processo de mudança: i) dinâmico e que funciona em dois sentidos: coloca exigências simultaneamente às sociedades de acolhimento e às comunidades/populações envolvidas”⁵³.

Da perspetiva dos refugiados, “a integração requer uma preparação com o objetivo de se adaptarem aos estilos de vida da sociedade de acolhimento, sem perderem a sua identidade cultural”⁵⁴.

⁵³ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos, consultado a 26/07/2017;

⁵⁴ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos consultado a 26/07/2017;

Do ponto de vista da sociedade de acolhimento, para que a integração seja bem-sucedida é preciso que:

“as instituições públicas tenham vontade de mudar face aos novos perfis da população a quem prestam serviços, aceitando os refugiados como parte da comunidade, implementando ações que facilitem o acesso destas populações aos recursos existentes e aos processos de tomada de decisão”⁵⁵.

A longo prazo, a integração “é um processo que começa com a chegada do refugiado ou do imigrante ao país de acolhimento e termina quando este se torna um cidadão ativo dessa sociedade do ponto de vista legal, social, económico, educacional e cultural”⁵⁶.

A posição do ECRE é que o processo a inserção social dos imigrantes e refugiados de integração:

“não deve ser entendido enquanto trajetória em caminho à uniformidade social ou à assimilação cultural, mas sim como um processo de aquisição e exercício dos direitos de cidadania (em termos formais e substantivos), num quadro de respeito pela diversidade e de promoção de interações positivas entre os diferentes grupos presentes na sociedade”⁵⁷.

As experiências relatadas pelos entrevistados mostram que a nível social o seu processo de integração ainda se encontra numa fase inicial, marcada por dificuldades decorrentes do reduzido tempo da sua estadia, da falta de uma habitação autónoma, fraca aprendizagem da língua, entre outros.

4.6. Integração Laboral

A Instituição anfitriã inscreveu todos os adultos acolhidos no Instituto de Emprego e Formação Profissional, tendo-os ajudado a procurar trabalho. O facto de não dominarem a língua portuguesa dificultou a procura de um emprego apropriado, uma vez que não podia ser um emprego onde o contacto com o público fosse essencial. Assim, para aqueles que se encontram a trabalhar, o uso da língua não é primordial, pois apenas têm de contactar com os colegas de trabalho e não com o público, dando-lhes a oportunidade de irem aprendendo.

Dos cinco adultos acolhidos na comunidade em estudo, dois encontram-se a trabalhar, Hayat (3) e Jamal (2). Hayat está a trabalhar desde dezembro de 2016, 3 meses após a sua vinda para Portugal e Jamal desde março de 2017, 6 meses após a sua vinda.

⁵⁵ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos consultado a 26/07/2017;

⁵⁶ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos consultado a 26/07/2017;

⁵⁷ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos consultado a 26/07/2017;

Hayat, que nunca trabalhou na Síria, desempenha agora funções de Auxiliar de Serviços Gerais no Hospital e Lar da Instituição Anfitriã e Jamal num Restaurante da comunidade, como Ajudante de Cozinha.

“Sim, já estou a trabalhar” (2); Não tinha quaisquer expectativas em relação ao trabalho, porque somos refugiados (2); “Na Síria, tinha um horário seguido. Tinha mais tempo para a família e para mim” (2); “O trabalho num restaurante é duro!” (2); “Estou a trabalhar no Hospital, nas limpezas e à tarde no Lar” (3); “Na Síria nunca trabalhei!” (3).

Adilah (1), esposa de Jamal não trabalha por opção, uma vez que esta tem uma doença cardíaca, não podendo, por isso, fazer esforços. No entanto, como gosta de cozinhar criou uma página de facebook e vende acepipes para festas. Faz voluntariado no Centro de Alojamento para Sem Abrigo da instituição anfitriã. Adilah nunca trabalhou na Síria.

“A prioridade em arranjar trabalho é para o meu marido” (1); “Como tenho um problema de saúde, teria de arranjar um trabalho compatível” (1);

Saíd teve duas experiências de trabalho na comunidade, mas não conseguiu integrar-se. Uma das experiencias foi na agricultura (profissão de Saíd na Síria), seis meses depois da sua chegada a Portugal e a outra experiência foi na restauração, 10 meses depois da sua chegada a Portugal, como ajudante de cozinha.

Na experiencia de trabalho na agricultura a maior barreira existente prendeu-se com as dificuldades linguísticas, impossibilitando a sua integração. Na experiencia em restauração, foi por uma questão cultural, uma vez que pelas mãos de Saíd passavam alguns pratos com restos de carne de porco ou ainda copos com restos de vinho, sendo considerado pela religião muçulmana “haram”.⁵⁸

Maram, esposa de Saíd nunca teve experiência de trabalho em Portugal, pelo facto de ter sete filhos e também por se encontrar a amamentar. Na Síria, nunca trabalhou.

Em entrevista à JRS-Europa Maram demonstrou interesse em trabalhar: “I hope to find a job in the future because we need that, to improve our situation”.

Relativamente ao marido ela também revelou um enorme desejo de integrá-lo profissionalmente: “And we hope that Saíd can find a job. We strongly need a job, it is very importante to us”.

Os entrevistados não experimentaram qualquer tipo de discriminação ao procurar trabalho, pelo facto de serem de nacionalidade Síria, uma vez que a Instituição Anfitriã os ajudou.

⁵⁸ “**Haram**”, que significa “ilícito” ou “proibido”. Outras palavras usadas para traduzirem Haram é “inaceitável” ou “proibido”. Alimentos e bebidas Haram são absolutamente proibidos por Allah. Comer Haram é proibido para todos os muçulmanos. Se um muçulmano consumir alimento Haram, ele estará em pecado. Disponível em: <http://www.islamemlinha.com/index.php/fatwas/item/halal-e-haram>, consultado a 21/07/2017;

“Nunca senti discriminação ao procurar trabalho porque tive a vossa ajuda, mas acho que não teria problemas” (2);

Quanto à remuneração Jamal e Hayat estão satisfeitos. No entanto, estando eles ao abrigo de um protocolo de cooperação que lhes atribui uma bolsa mensal, para além de todas as despesas com a casa pagas, entre outros, durante dois anos é difícil de perceber se a remuneração deles chega para gerir um orçamento familiar, conforme refere Adilah:

“Ainda não sei muito bem porque não tenho uma casa para governar” (1);

Nos pontos 37 e 38 da Posição sobre o Acolhimento de Requerentes de Asilo do Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados, é afirmado que "os requerentes de asilo devem beneficiar de acesso ao mercado de trabalho do país de acolhimento, o mais cedo possível (...). Uma política de acolhimento que inclua o direito ao trabalho previne, simultaneamente, a exclusão da sociedade de acolhimento e facilita a reintegração no retorno ao país de origem". Refere ainda que “O emprego promove a autossuficiência nos requerentes de asilo sendo, portanto, do interesse do país de acolhimento”⁵⁹.

Maria Teresa Tito de Moraes Mendes, Presidente da Direção do Conselho Português para os Refugiados diz no Guia de Boas Práticas para a Integração de Imigrantes e Refugiados nos Centros de Formação Profissional que “São inúmeros os obstáculos que os refugiados e os imigrantes enfrentam, designadamente, as questões relacionadas com a sua situação jurídica, mas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho são as que mais constroem o processo de integração”⁶⁰.

Das experiências relatadas pelos entrevistados e das observações recolhidas durante o trabalho de campo, mostraram que a nível laboral o seu processo de integração ainda se encontra numa fase inicial, marcada mais uma vez por dificuldades decorrentes do reduzido tempo da sua estadia, diferenças culturais e da fraca aprendizagem da língua, entre outros.

No entanto, de acordo com o que foi dito no início deste tópico, os entrevistados tiveram o apoio da instituição anfitriã na inscrição no IEFP e na procura de emprego. A instituição anfitriã monitoriza o seu trabalho, no sentido de conhecer melhor a sua evolução e de perceber se existem dificuldades.

4.7. A aprendizagem da Língua Portuguesa

Como evidenciado anteriormente, o domínio da língua constitui um aspecto central no processo de integração sociocultural e, também, na inserção dos refugiados no mercado de trabalho português. Importa, por isso, conhecer as iniciativas desenvolvidas pelas instituições para promover o conhecimento da língua portuguesa. Segundo o CPR

⁵⁹ <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/integra/sep6.html>, consultado a 26/07/20117;

⁶⁰ http://viaas.refugiados.net/pdfs/gbp_01_indice_apresentacao_e_introd.pdf, consultado a 27/07/2017;

são várias as organizações e associações que promovem cursos para estrangeiros, mas “no que se refere às necessidades de aprendizagem dos requerentes de asilo e refugiados, o CPR tem sido, desde 1997, o principal responsável pelo desenvolvimento de acções de formação de Língua Portuguesa, ao abrigo de projectos co-financiados pelo Estado Português e pelo Fundo Social Europeu”⁶¹.

O ACM tem ao dispor o programa PPT (Português para Todos) que consiste no desenvolvimento de cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam o nível A2 (utilizador elementar) e B2 (utilizador independente), do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas - QECR e de cursos de português técnico. Os cursos são desenvolvidos pelas escolas da rede pública e pelos centros de emprego e formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)⁶².

Apesar da existência destes cursos, a verdade é que fora dos grandes centros urbanos nem sempre é fácil que estrangeiros consigam frequentar estes cursos, sobretudo devido ao facto da inexistência do número suficiente de inscrições. Desta forma as instituições anfitriãs vêem-se obrigadas, elas próprias a ministrar as aulas de português, com acesso a voluntários e técnicos das instituições anfitriãs, com o objetivo de familiarizar as famílias com a língua e cultura portuguesa.

Assim, os adultos acolhidos nesta localidade, aquando da sua chegada a Portugal apenas falavam árabe, tendo sido difícil comunicar com as famílias, inicialmente.

Para superar algumas dificuldades previstas, antes da chegada da primeira família, a instituição anfitriã contactou com um cidadão de origem jordana, a residir na localidade há mais de 20 anos, tendo-se este prontificado de imediato a ajudar a fazer o acolhimento inicial.

Para o acolhimento no aeroporto foram apenas os técnicos da instituição, que apenas falavam inglês. No aeroporto estava um técnico da JRS –Portugal que falava árabe, ajudando este a fazer a tradução inicial, apresentações e breve explicação do que iria suceder daqui em diante.

Já na localidade onde a família viria a residir, esperava-os o cidadão de origem Jordana, Zahie, que amavelmente serviu de tradutor entre a família e a Instituição anfitriã, oferecendo-se ainda para fazer a mediação entre a instituição e família, durante todo o processo de integração.

Quando Zahie não estava presente, a equipa técnica comunicava com a família, através de gestos ou através do acesso a um dos tradutores disponíveis na internet. Para

⁶¹ <http://refugiados.net/1cpr/www/ple.php>, consultado a 16/09/2017;

⁶² <http://www.acm.gov.pt/pt/-/como-possou-frequentar-um-curso-de-lingua-portuguesa-para-estrangeiros>, consultado a 16/09/2017;

além disso, a empatia que se foi criando entre ambas as partes, facilitou o processo de comunicação.

Cedo começaram as aulas de português no Centro Comunitário, onde estava instalada a família, dadas por um técnico da instituição, com recurso a material oferecido por uma editora portuguesa, destinado à aprendizagem do português para estrangeiros.

“Aprendi a língua, através das aulas de português” (1); “...estamos a aprender português” (4).

Depois de algumas aulas e sobretudo do convívio diário, foi-se tornando cada vez mais fácil comunicar. Pouco tempo depois Zaié já quase que não era requisitado.

Com a chegada das outras duas famílias, a situação repetiu-se, contudo, uma vez que a primeira família se encontrava já em Portugal há seis meses, estes fizeram o trabalho inicial de integração, servindo de intérpretes e mediadores.

Para além das aulas de português, os entrevistados referem a sua força de vontade em aprender.

“...mas sobretudo pelo meu interesse em aprender a língua” (1); “Querer é meio caminho andado para aprender! (1); “O meu sonho é falar como o Zahie (tradutor) para não estar dependente de ninguém” (3); “...sinto que não me esforço o suficiente!” (3);

“Aprendo através da internet, do contacto e convívio com as pessoas!” (1); “Eu aprendi nas aulas de português e através dos colegas de trabalho” (3); “Lá, ensinam-me, puxam por mim, têm paciência comigo” (3);

Mais importante do que as aulas de português é o interesse pela aprendizagem da língua, fator muito importante no processo de integração na comunidade, conforme reconhece Adilah, quando diz que “Aprender a língua é fundamental! Facilita a integração a vários níveis” (1);

Aqueles que demonstram mais dificuldades ou até mesmo menos interesse na aprendizagem da língua tendem a isolar-se mais, evitando o convívio com o “Outro”, levando a que se sintam menos integrados.

“Não sei muito!” (2); “Já percebo muita coisa, mas falar é muito difícil” (2); “Eu sei que é muito importante, mas também é muito difícil” (2);

Bastante importante também, no processo de aprendizagem da língua é o contacto diário com a mesma, através do contacto com colegas de trabalho.

As crianças, por sua vez, foram integradas no sistema de ensino normal, no agrupamento de escolas do Concelho. Todos eles com aulas especiais de português, realizadas durante o período da manhã e aulas normais durante a parte da tarde, juntamente com a restante turma.

Procurou-se assim satisfazer o referido pelo ECRE no seu ponto 48 que diz que “Todos os requerentes de asilo deverão beneficiar do ensino básico da língua do país de

acolhimento, uma vez que este é um fator indispensável para viver e criar boas relações com a população local”⁶³.

A instituição anfitriã procurou ainda, desde cedo proporcionar um ambiente favorável ao estabelecimento de relações de confiança, conforme refere o CPR “Para a aquisição e alargamento das competências comunicativas tão necessárias à futura integração laboral e social, é recomendável e benéfico um ambiente favorável ao estabelecimento de relações de confiança, que minimizem o impacto da adaptação à sociedade de acolhimento e estimulem a autoconfiança”⁶⁴.

4.8. Integração no Sistema Nacional de Saúde

De acordo com o artigo 52º do Diário da República, capítulo VI sobre o Estatuto do Requerente de asilo e proteção subsidiária, “É reconhecido aos requerentes de asilo ou de proteção subsidiária e respetivos membros da família o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da saúde”⁶⁵.

Neste sentido, os relatórios de execução física, levados a cabo pela instituição anfitriã, referem que todas as famílias foram inscritas no Sistema Nacional de Saúde, durante a primeira semana de estadia⁶⁶ no Centro de Saúde da área de residência.

Ao longo do período de integração, as famílias são acompanhadas às consultas, por técnicos da instituição anfitriã, até que estes consigam fazer autonomamente, sendo esse apoio reduzido gradualmente. As consultas fora do local de residência são, sempre feitas, com o acompanhamento de técnicos da instituição.

Ainda de referir que, sendo a instituição detentora de um centro hospitalar com consultas de especialidade, puderam as famílias usufruir de consultas de Medicina Interna ou Familiar, de Oftalmologia, Cardiologia e de Medicina Dentária.

Do Sistema Nacional de Saúde estão a ser ou já foram acompanhados em diversas especialidades médicas, tais como nutrição, ortopedia, otorrinolaringologia, dermatologia, pediatria e terapia da fala.

Neste sentido, as famílias acolhidas referem que nunca tiveram nenhum problema ao aceder aos serviços de saúde, sabem onde se dirigir em caso de necessidade e dizem ainda que não existe nenhum serviço de saúde que lhes faça falta, para além daqueles que têm acesso.

⁶³ <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/integra/sep6.html>, consultado a 27/07/2017;

⁶⁴ <http://refugiados.net/1cpr/www/ple.php>, consultado a 16/09/2016;

⁶⁵ Artigo 52º, Assistência médica e medicamentosa, Diário da República, 1ª série, N.º85 de 5 de maio de 2014;

⁶⁶ Relatório Execução Física (2016);

Neste sentido, às questões acima colocadas respondem desta maneira: “Sim. Centro de Saúde, Hospital e Confraria!” (1); “Não, nunca tivemos problema nenhum, nem há nenhum serviço que nos faça falta” (1); Sim. Sei ir ao Hospital” (3); “...já todos foram consultados pelo médico...” (4);

4.9. Discriminação

Um artigo do Público, sobre a perceção dos portugueses quanto à entrada de imigrantes e refugiados, refere que Portugal está entre os países que mais se opõe a acolher imigrantes. Esse mesmo artigo diz que os Portugueses são mais tolerantes com a entrada de refugiados e menos com a dos imigrantes por motivos económicos. Os resultados advêm de um estudo académico levado a cabo pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, mostrando que Refugiados e imigrantes são vistos de forma diferente pelos portugueses⁶⁷.

Alice Ramos, socióloga doutorada e investigadora do programa *Atitudes Sociais dos Portugueses* do ICS-UL, explica ao Público que “Os refugiados estão protegidos pela onda de simpatia, de empatia, pelas imagens que todos vemos na televisão. “Os refugiados não são percecionados como uma ameaça, ao contrário dos restantes imigrantes. Há de facto um sentimento de piedade que os protege destas atitudes de oposição”⁶⁸.

Isto poderá explicar o sentimento transmitido pelos entrevistados à questão colocada em entrevista sobre se sentem algum tipo de discriminação por serem estrangeiros ou por professarem a religião islâmica, sendo os entrevistados perentórios ao referirem que não. “Não, nunca” (1); “Não, nunca” (2); “Não” (3); “Não, pelo contrário (4).

Em entrevista à JRS-Europa Saíd diz que: “It’s a country where there is no discrimination. If I am a Syrian refugee or anything else, all the people are treated the same”; “In Portugal, there is freedom of religion”; “We are Muslims (you know) we have rules in Islam, we can’t break them”.

Saíd ia com Zaié todas as sextas-feiras à Mesquita mais próxima, a 30 quilómetros da localidade onde vivia, conforme referiu à JRS-Europa: “We pray every Friday in Leiria and we are trying to teach the children with the compute ror Reading The Coran to maintain our traditions”.

⁶⁷ <https://www.publico.pt/2016/11/30/sociedade/noticia/portugal-entre-os-paises-que-mais-se-opoem-a-acolher-imigrantes-1753095>, consultado a 27/07/2017;

⁶⁸ <https://www.publico.pt/2016/11/30/sociedade/noticia/portugal-entre-os-paises-que-mais-se-opoem-a-acolher-imigrantes-1753095>, consultado a 27/07/2017;

4.10. Mediação Intercultural

Relativamente à Mediação Intercultural foram colocadas três questões. Os entrevistados, Adilah, Hayat e Jamal, (segunda e terceira família a chegar a Portugal) consideraram indiferente a presença de outros refugiados ou de pessoas que falam a mesma língua, para a sua integração.

“Para mim tanto faz!” (1); “É importante, mas não indispensável!” (1); “Vivo bem sem a presença de pessoas que falam a mesma língua” (1); “Para mim é-me indiferente!” (2);

Reconhecem que se sentem bem a falar e ouvir falar a mesma língua que a sua, no entanto não consideram indispensável para a sua integração na comunidade.

“Gosto de falar a minha língua, mas não é essencial para a nossa integração” (2); “Só a importância de ouvir a mesma língua que a minha! Nada mais! Para a minha integração é indiferente!” (3).

Apesar das respostas negativas ou indiferentes relativamente à presença de outros refugiados ou pessoas que falam a mesma língua, os mesmos mantêm um relacionamento próximo com um casal de tunisinos que vive na comunidade, frequentando a casa deles inclusivamente.

Zaié, Jordano a viver há mais de 20 anos na comunidade, casado com uma portuguesa, tem feito um trabalho de mediação muito importante, ajudando no processo de integração das famílias e proporcionando-lhes o acesso à própria cultura e religião. Zaié ajuda na compra da carne halal (normas relativas à forma de abate da carne) e também nas idas à mesquita à sexta-feira.

Maram, da primeira família chegada à comunidade, disse à JRS-Europa, relativamente a Zaié: “Zaié is a very good person, very close to my family, we don't have many people we know here in Portugal and he is like family”.

Quanto à presença de outros refugiados na mesma comunidade, aquando da chegada da segunda e terceira família a Portugal, estes foram recebidos não só pelos técnicos da Instituição Anfitriã como também pela primeira família, há seis meses em Portugal, tendo estes feito um trabalho de mediação entre a instituição/ comunidade/ segunda e terceira famílias, numa fase inicial.

O facto da primeira família ter abandonado o projeto, indo para a Alemanha, pouco tempo antes da realização das entrevistas às segundas famílias, poderá ter influenciado as respostas a estas questões. Provavelmente os entrevistados tivessem querido mostrar a sua discordância desta forma, distanciando-se deles, não lhes atribuindo qualquer importância.

Para além disso, no decorrer do projeto verificou-se a existência de algumas tensões, entre ambas as famílias, decorrentes do quotidiano, sendo necessário a intervenção pontual da equipa técnica como mediadora.

A interação entre pessoas implica a geração de tensões, conseqüentes de diferenças de opiniões, do choque entre culturas, etnias, religião ou simplesmente pela dificuldade que é viver entre diferentes, sejam pessoas, grupos sociais, grupos de pares, étnicos ou geracionais. Não sendo, no entanto, mais fácil viver entre iguais, pois as tensões sociais estão sempre presentes, nem que seja pelo “excesso de semelhança, levando à busca da diferença, à reinvenção de si” (Kaufman, cit. por Vieira e Vieira, 2013).

A instituição anfitriã, através da sua equipa técnica, mediou as relações entre as famílias refugiadas, comunidade, instituições, procurando sempre o bom entendimento entre ambos. A mediação intercultural surge assim, neste contexto como uma ferramenta de intervenção da instituição anfitriã, que atua em situações sociais de interculturalidade, procurando fazer respeitar e valorizar as diferenças existentes entre diferentes grupos com culturas diferentes, de forma a que haja o reconhecimento da pluralidade da sociedade e que essa pluralidade possa ser vista de forma positiva e enriquecedora, por todos.

Promover a compreensão e o respeito pelo “Outro”, reduzindo os estereótipos e preconceitos; promover a coesão social, a autonomia e a convivência intercultural entre as famílias e a comunidade em geral, prevenir e regular/ resolver os conflitos; promover a capacitação e a participação, a convivência e o diálogo.

A mediação é assim, neste contexto “uma estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, diferentes pontos de vista e fronteiras culturais” (Vieira, e Vieira, 2016: 27).

Da parte da instituição anfitriã, através da equipa técnica que acompanha as famílias acolhidas a mediação tem em vista o seu “empowerment”. Como refere Vieira e Vieira (2017) “A finalidade do processo de mediação é buscar a autonomia desses grupos e pessoas, o tão referido, hoje, empowerment” (Vieira e Vieira, 2017:27). Ainda segundo estes autores “Na mediação entre diferentes diferentes valores culturais, o trabalhador social e o educador emergem como mediadores entre grupos sociais e as mais diversas instituições públicas e privadas, apoiando-se numa hermenêutica multitópica com vista à concretização dos direitos e dos interesses dos grupos e sujeitos em causa na interação” (Vieira e Vieira, 2017:27).

Giménez (2010) refere que na ação mediadora por pessoas que não têm a mesma cultura, opta-se por “pôr o acento não na identidade e pertença cultural do mediador, mas no seu saber profissional, no seu caráter comunitário e posicionamento local (Giménez, 2010: 24).

A mediação por parte de outros refugiados já residentes na comunidade ou por parte de pessoas que falam a mesma língua é também muito importante para a integração destas famílias, pois estes desempenham um papel de tradutores das duas culturas. Como diz a autora Ana Vieira (2013) “A tradução é um ato de mediação” referindo Michel Serres na sua obra “O terceiro Instruído”. “A mediação implica construir um terceiro lugar” (Vieira, 2013:121). Jares (2007) diz que o mediador tem um papel de facilitador do diálogo e da negociação entre as partes em conflito (Jares, 2007:165).

Quanto às instituições, principalmente as escolas também têm um papel muito importante, devendo “procurar vias de tradução intercultural” (Peres, 1999, 2010; Vieira, 2011; Marí Ytarte, 2011 cit por Vieira, 2013: 123). A respeito do papel da escola Américo Peres (2017) refere que,

“Ao trabalhar com a diversidade étnica e cultural, os mediadores sociopedagógicos, sejam eles professores, educadores sociais, psicólogos ou animadores socioculturais, não podem esquecer que os processos de encontro, acolhimento, relação, comunicação, interação e aprendizagem exigem descentração e abertura ao outro como condição da afirmação do eu, contribuindo para a construção de uma sociedade educativa aberta à interculturalidade com igualdade de oportunidades e oportunidades para a igualdade para todas e todos” (Vieira, Marques, Silva, Vieira e Margarido, 2017: 57).

4.11. Receios e Expectativas

As expectativas e receios podem influenciar a integração dos refugiados no local de residência atual. É conhecido que os migrantes que pretendem regressar aos seus países de origem, ou que pretendem prosseguir a sua migração para outro país, investem menos na sua integração no local para onde migraram inicialmente, não estabelecendo relações com a comunidade, guardando a sua identidade cultural.

Ambas as famílias entrevistadas demonstram, de uma forma ou de outra, uma grande preocupação com o futuro dos filhos, conforme se demonstra pelas respostas dadas, influenciando também as suas decisões e expectativas:

“O que manda neste momento, é o futuro das crianças e dificilmente iria mexer nessa situação, a partir do momento em que já estão a frequentar a escola” (1); “Se fosse agora para a Alemanha, iria perder ainda mais um ano...” (1); “Sim, eu gostaria de ficar aqui” (2); “Tenho família na Alemanha e gostaria de lá ir ao casamento do meu irmão” (3); “...gostaria de sair para visitar a minha família, mas para viver estou bem aqui” (3); “Por enquanto, ainda nos sentimos muito cansados! Os nossos filhos estão em segurança e na escola.” (4);

O futuro das crianças ficou em causa com o início da guerra na Síria. Os pais viviam com receio de bombardeamentos nas escolas, nas suas casas, no seu trabalho, etc.. O objetivo da sua vida, de repente, passou a ser o de sobrevivência ao invés de poderem sonhar com uma boa educação para os seus filhos, com um bom emprego para si.

Chegadas a Portugal, as famílias estão em segurança e podem almejar um futuro melhor para os seus filhos através dos estudos.

No entanto, estando as necessidades básicas satisfeitas, as demandas passam a ser outras e apesar de poderem dizer que querem ficar por cá, a verdade é que o que realmente desejavam era poder recuperar a vida que já tiveram outrora, sendo ainda muito cedo para afirmarem que esta localidade é o fim da viagem.

Não se conseguindo integrar no mercado de trabalho e com grande parte dos seus familiares na Alemanha e outros países no norte da Europa, as famílias acabam desejando também ir para lá, à procura de suporte familiar, de uma comunidade muçulmana e de melhores rendimentos. Foi o que aconteceu à primeira família chegada a esta localidade. Apesar de referirem em entrevistas e equipa técnica que acompanha a sua integração, que gostariam de ficar cá, apenas iriam para a Síria se houvesse condições de paz no país, ou então de férias, a verdade é que abandonaram o projeto, passado um ano. Os filhos deixaram o ano escolar a meio e o destino desta família foi Alemanha.

Saíd disse: “Um dia, se houver condições para viver na Síria, queríamos voltar para lá!”.

Na Alemanha esperavam-nos todos os seus familiares, entre eles os quatro irmãos de Maram. Saíd nunca se conseguiu integrar no mercado de trabalho. A aprendizagem da língua sempre foi para ele um entrave, fazendo com que a certa altura se isolasse do contacto com a comunidade.

Conforme ele disse (Saíd) à JRS- Europa “Of course, I have stability here. My children are adapted here, but me... (hands-so so)”.

Ao contrário de Saíd, a esposa Maram e os filhos já conseguiam contactar e conviver com a comunidade. Maram já tinha uma amiga portuguesa e interagia bastante com os vizinhos. Os filhos de Saíd e Maram tinham já muitos amigos na escola e tinham também tido aproveitamento escolar.

O diretor do Serviço Jesuíta aos Refugiados, André Costa, assegura ao Diário de Notícias que os migrantes não abandonam o país por “confronto” a Portugal. Diz que os refugiados saem devido a terem planeado construir a sua vida no norte da Europa. “Não sentem hostilidade pelo nosso país. Sentem-se perdidos”⁶⁹.

Beat Schuler, porta-voz da Acnur (agência da ONU para os refugiados) explica à BBC Brasil que “Muitos desses refugiados já têm familiares e amigos em países

⁶⁹<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/refugiados-chegam-portugal-voltam-sair-sentem-perdidos-121661> consultado a 28/07/2017;

européus, então é muito difícil convencê-los de que eles devem seguir para um lugar onde não conhecem ninguém e não estão familiarizados com a cultura ou com a língua”⁷⁰.

Apesar de tudo o que estas famílias passaram, de tudo o que deixaram para trás, demonstram ao mesmo tempo uma grande resiliência, motivada pela fé que possuem. Acreditam que Deus tem tudo estipulado para a sua vida e aceitam o futuro, apesar dos receios e até mesmo sofrimento.

“Acredito que Deus estipulou tudo para a nossa vida” (1); “Não sou muito exigente quanto ao futuro” (2); “Simplesmente aceito o que vier.” (2). “Na Síria ... Tinha ajuda para tudo, ... Agora, tenho de encarar a vida de outra maneira!” (3); “Sem apoio de um marido é complicado!” (3); “Tenho de encarar o futuro, num país diferente, com dois filhos!” (3); “... tenho muito medo que algo aconteça aos meus pais que estão na Síria... eu gostaria de os ir buscar para junto de nós, aqui em Portugal. (3). “Neste momento, o meu maior receio é que aconteça alguma coisa à minha família” (4); “Gostaríamos que a nossa família viesse para cá viver, conosco” (4).

Encaram o futuro através dos seus filhos. Acreditam que estão no bom caminho, pois o que os preocupa é o futuro das crianças e esse futuro está a ser reconstruído, finalmente.

“Preocupo-me muito com o futuro!” (1); “...com o futuro das minhas filhas” (1); “...gostaria que as minhas filhas tivessem essa oportunidade” (1); “Não conseguir dar um futuro às minhas filhas” (2);

Têm poucas expectativas e muitas dúvidas relativamente ao futuro. Tal como diz Maram em entrevista à JRS-Europa: “We don’t know for now (if we want to come back to Syria or stay here). The situation in Syria now is unstable”; We want to find a future for my children if the situation in Syria doesn’t stabilize”.

4.12. Discussão dos Resultados Obtidos

De acordo com o que atrás foi dito, durante a análise das entrevistas realizadas a quatro cidadãos, com estatuto de proteção subsidiária, residentes numa localidade situada no litoral de Portugal, são cidadãos de nacionalidade Síria e vieram para este país através de um acordo celebrado, através da PAR (Plataforma de Apoio aos refugiados), com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Os entrevistados pertencem a três famílias. Dois dos agregados familiares encontram-se a residir numa habitação autónoma, cedida pela instituição anfitriã e a outra abandonou o projeto, a cerca de 11 meses da sua estadia em Portugal, em direção à Alemanha.

⁷⁰ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160306_portugal_refugiados_mf_ab consultado a 28/07/2017;

Relativamente à questão colocada sobre o **percurso migratório** dos entrevistados, o objetivo era conhecer melhor a sua trajetória para melhor compreender o seu perfil e ao mesmo tempo perceber a motivação da partida do país de origem e a motivação sobre qual o país de destino.

Através das entrevistas percebeu-se que todos eles tiveram um percurso bastante atribulado desde a Síria até ao destino Portugal, passando por diversos perigos. Desde perseguições por parte do estado islâmico, à travessia pelo mar mediterrâneo e ainda o aproveitamento de grupos, que tinham o objetivo de extorquir refugiados/ migrantes.

Estas famílias fugiam ao estado islâmico, à guerra, à falta de acesso à educação, de assistência médica e subsistência, entre outros. Todos eles deixaram famílias para trás. Muitos ficaram na Síria, outros ficaram na Turquia e ainda outros que conseguiram sair, foram para a Alemanha, fazendo com que as famílias ficassem separadas e com o desejo de um dia se voltarem a encontrar e quem sabe de voltar a viver lado-a lado!

Chegados à Grécia ou Itália, a escolha do país de destino na Europa não é feita por si, mas sim pelo EASO. A EASO coordena todas as atividades, no âmbito do Plano Operacional "Hotspot" - Recolocação, iniciando e promovendo esforços sincronizados junto dos Estados Membros da UE para apoiar o registo e o processamento de pedidos de proteção internacional nos diversos Estados membros que os irão acolher.

No entanto, o desejo de chegar à Alemanha ou à Suécia é comum a muitos dos refugiados, como observado numa reportagem do JN. Este meio de comunicação escreveu a este respeito que “A esmagadora maioria dos requerentes de asilo que transitam pela Europa querem seguir para a Alemanha e a Suécia, onde muitos têm família e/ou receberam a informação de que aí há trabalho e podem ter um bom nível de vida. A preferência vai sempre para os países do Norte - a península Ibérica é desconhecida⁷¹.

Apesar disso, Portugal é um dos países da Europa que encara de forma positiva a chegada de refugiados. No entanto, de acordo com alguns meios de comunicação social, não existe grande vontade por parte destes em serem recolocados em Portugal. Em entrevista ao Diário de Notícias, em março de 2016, o diretor-adjunto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Luís Gouveia, admitiu que um dos principais entraves à chegada de refugiados seria mesmo a recusa dos próprios de seguir para Portugal⁷².

Por sua vez Rui Marques, coordenador da Plataforma de Apoio aos Refugiados, acredita ser pelo facto de estes desconhecerem o país, pois conforme afirmou à BBC Brasil “O que acontece é que a maioria desses refugiados não possui quaisquer

⁷¹ <http://www.jn.pt/nacional/interior/refugiados-nao-querem-viajar-para-portugal-4905032.html>, consultado a 21/07/2017;

⁷² http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160306_portugal_refugiados_mf_ab, consultado a 01/07/2017;

informações sobre Portugal, então não se sente atraído pelo país. Não somos um país que tenha, por exemplo, a projeção da Alemanha”.⁷³

Existem outros fatores que fazem com que os refugiados queiram ir para países como a Alemanha, como o facto de existir lá uma comunidade árabe relativamente grande e de muitos dos familiares destes refugiados se encontrarem já neste país. Apesar de não serem parentes diretos, de forma a poderem pedir a reunificação familiar, não os impede de quererem estar junto deles, e de encontrar meios para evitar os lugares onde não querem viver. Beat Schuler, porta-voz da ACNUR - agência da ONU para os refugiados em Roma, disse à BBC Brasil, em março de 2016, “Muitos desses refugiados já têm familiares e amigos em países europeus, então é muito difícil convencê-los de que eles devem seguir para um lugar onde não conhecem ninguém e não estão familiarizados com a cultura ou com a língua”.⁷⁴

A questão colocada sobre a sua perceção acerca do país de acolhimento, de acordo com o que está patente nas entrevistas, a perceção é positiva, considerando a sociedade de acolhimento simpática e acolhedora. Estão cientes das diferenças existentes entre o seu país e Portugal, principalmente em termos sociais, no entanto conseguem encontrar semelhanças entre os dois, não tendo por isso, sentido um grande choque cultural, ou outros. Apenas referem a língua como um entrave à sua integração e contacto com as pessoas.

A **Integração Sociocultural** é uma questão complexa e não pode ser encarada de forma imediata. Conforme referido na parte teórica e conceptual deste trabalho, a vinda e permanência de refugiados/ imigrantes forçados para uma comunidade implica modificações importantes em várias dimensões, tanto económicas, como sociais, geográficas e culturais que ajudam normalmente na construção da imagem associada aos imigrantes e minorias étnicas.

Conforme diz Malheiros (2016), em termos relacionais isto “traduz-se numa complexificação dos contactos culturais, agravada por maiores dificuldades de comunicação, pelo menos numa fase inicial, com diversas populações estrangeiras” (Malheiros, 2006: 6). Neste sentido, a forma como a sociedade de acolhimento vê a chegada de novas pessoas, interfere na forma como irá procurar integrá-las, assimilá-las ou segregá-las! Da mesma forma os refugiados percecionam a forma como foram acolhidos.

De acordo com as respostas dadas durante as entrevistas, as famílias acolhidas nesta localidade, apesar de sentirem que foram bem acolhidas e aceites, ainda não se sentem integradas socialmente na comunidade.

⁷³ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160306_portugal_refugiados_mf_ab, consultado a 01/07/2017;

⁷⁴ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160306_portugal_refugiados_mf_ab, consultado a 05/07/2017;

Relembrando o que refere a ECRE, sobre o processo de integração, como um “processo de mudança: i) dinâmico e que funciona em dois sentidos: coloca exigências simultaneamente às sociedades de acolhimento e às comunidades/populações envolvidas”⁷⁵. Da perspetiva dos refugiados, “a integração requer uma preparação com o objetivo de se adaptarem aos estilos de vida da sociedade de acolhimento, sem perderem a sua identidade cultural”⁷⁶.

Assim, as experiências relatadas pelos entrevistados mostram que a nível social o seu processo de integração ainda se encontra numa fase inicial, marcada por dificuldades decorrentes do reduzido tempo da sua estadia, da falta de uma habitação autónoma, aquando da realização das entrevistas e de uma fraca aprendizagem da língua, entre outros.

A **inserção no mercado de trabalho** previne a exclusão social e permite uma melhor integração na sociedade de acolhimento, como cidadão pleno de direitos e deveres. Nos pontos 37 e 38 da Posição sobre o Acolhimento de Requerentes de Asilo do Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados, é afirmado que “os requerentes de asilo devem beneficiar de acesso ao mercado de trabalho do país de acolhimento, o mais cedo possível (...). Uma política de acolhimento que inclua o direito ao trabalho previne, simultaneamente, a exclusão da sociedade de acolhimento e facilita a reintegração no retorno ao país de origem”. Refere ainda que “O emprego promove a autossuficiência nos requerentes de asilo sendo, portanto, do interesse do país de acolhimento”⁷⁷.

Maria Teresa Tito de Moraes Mendes, Presidente da Direção do Conselho Português para os Refugiados diz no Guia de Boas Práticas para a Integração de Imigrantes e Refugiados nos Centros de Formação Profissional que “São inúmeros os obstáculos que os refugiados e os imigrantes enfrentam, designadamente, as questões relacionadas com a sua situação jurídica, mas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho são as que mais constroem o processo de integração”⁷⁸.

Dois, dos três adultos entrevistados estão já inseridos no mercado de trabalho. No entanto, das experiências relatadas pelos entrevistados e das observações recolhidas durante o trabalho de campo, mostraram que a nível laboral o seu processo de integração ainda se encontra numa fase inicial, marcada mais uma vez por dificuldades decorrentes do reduzido tempo da sua estadia, diferenças culturais e da fraca aprendizagem da língua, entre outros.

⁷⁵http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos, consultado a 26/07/2017;

⁷⁶ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos consultado a 26/07/2017;

⁷⁷ <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/integra/sep6.html>, consultado a 26/07/2017;

⁷⁸ http://viaas.refugiados.net/pdfs/gbp_01_indice_apresentacao_e_introd.pdf, consultado a 27/07/2017;

Conforme verificado nas questões anteriores, o **domínio da língua portuguesa** constitui um aspecto central no processo de integração sociocultural e, também, na inserção dos refugiados no mercado de trabalho português.

Importa, por isso, conhecer as iniciativas desenvolvidas pelas instituições para promover o conhecimento da língua portuguesa. Segundo o CPR são várias as organizações e associações que promovem cursos para estrangeiros, mas, “no que se refere às necessidades de aprendizagem dos requerentes de asilo e refugiados, o CPR tem sido, desde 1997, o principal responsável pelo desenvolvimento de acções de formação de Língua Portuguesa, ao abrigo de projectos co-financiados pelo Estado Português e pelo Fundo Social Europeu”⁷⁹.

O ACM tem ao dispor o programa PPT (Português para Todos) que consiste no desenvolvimento de cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam o nível A2 (utilizador elementar) e B2 (utilizador independente), do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas - QECR e de cursos de português técnico. Os cursos são desenvolvidos pelas escolas da rede pública e pelos centros de emprego e formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)⁸⁰.

No entanto, apesar da existência destes cursos, a verdade é que fora dos grandes centros urbanos nem sempre é fácil encontrar cursos disponíveis, alegadamente devido à inexistência de número suficiente de inscrições. Desta forma as instituições anfitriãs vêem-se obrigadas, elas próprias a ministrar as aulas de português, com acesso a voluntários e técnicos da instituição, com o objetivo de familiarizar estas famílias com a língua e cultura portuguesa.

A instituição anfitriã procurou satisfazer o referido pelo ECRE no seu ponto 48, assegurando que “Todos os requerentes de asilo deverão beneficiar do ensino básico da língua do país de acolhimento, uma vez que este é um fator indispensável para viver e criar boas relações com a população local”⁸¹. Procurou ainda, desde cedo proporcionar um ambiente favorável ao estabelecimento de relações de confiança, conforme refere o CPR “Para a aquisição e alargamento das competências comunicativas tão necessárias à futura integração laboral e social, é recomendável e benéfico um ambiente favorável ao estabelecimento de relações de confiança, que minimizem o impacte da adaptação à sociedade de acolhimento e estimulem a autoconfiança”⁸².

O acesso aos **Sistema Nacional de Saúde** por parte de requerentes de asilo e proteção subsidiária, de acordo com o artigo 52º do Diário da Republica, capítulo VI, diz

⁷⁹ <http://refugiados.net/1cpr/www/ple.php>, consultado a 16/09/2017;

⁸⁰ <http://www.acm.gov.pt/pt/-/como-posso-frequentar-um-curso-de-lingua-portuguesa-para-estrangeiros>, consultado a 16/09/2017;

⁸¹ <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/integra/sep6.html>, consultado a 27/07/2017;

⁸² <http://refugiados.net/1cpr/www/ple.php>, consultado a 16/09/2016;

que: “É reconhecido aos requerentes de asilo ou de proteção subsidiária e respetivos membros da família o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da saúde”⁸³. Todos os entrevistados referiram não ter tido quaisquer problemas em aceder aos serviços de saúde.

No tópico **Discriminação**, um artigo do Público, sobre a perceção dos portugueses quanto à entrada de imigrantes e refugiados, refere que Portugal está entre os países que mais se opõe a acolher imigrantes. Esse mesmo artigo diz que os Portugueses são mais tolerantes com a entrada de refugiados e menos com a dos imigrantes por motivos económicos. Os resultados advêm de um estudo académico levado a cabo pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, mostrando que Refugiados e imigrantes são vistos de forma diferente pelos portugueses⁸⁴.

Alice Ramos, socióloga doutorada e investigadora do programa *Atitudes Sociais dos Portugueses* do ICS-UL, explica ao Público que “Os refugiados estão protegidos pela onda de simpatia, de empatia, pelas imagens que todos vemos na televisão. “Os refugiados não são percecionados como uma ameaça, ao contrário dos restantes imigrantes. Há de facto um sentimento de piedade que os protege destas atitudes de oposição”⁸⁵. Os entrevistados demonstraram não sentir qualquer tipo de discriminação por serem estrangeiros, refugiados ou por professarem a religião islâmica.

Relativamente à importância dada pelos entrevistados à **Mediação Intercultural**, estes consideraram indiferente a presença de outros refugiados ou de pessoas que falam a mesma língua, para a sua integração. Apesar destas respostas os mesmos beneficiaram da mediação, não só por parte da primeira família de refugiados a chegar a Portugal, como por parte de dois habitantes árabes a residir na comunidade. O facto desta família ter abandonado o projeto e de a certa altura ter havido alguma tensão entre ambas, poderá ter influenciado as suas respostas.

Assim, a “interação entre pessoas implica a geração de tensões, consequentes de diferenças de opiniões, do choque entre culturas, etnias, religião ou simplesmente pela dificuldade que é viver entre diferentes, sejam pessoas, grupos sociais, grupos de pares, étnicos ou geracionais”. Não sendo, no entanto, mais fácil viver entre iguais, pois as tensões sociais estão sempre presentes, nem que seja pelo “excesso de semelhança, levando à busca da diferença, à reinvenção de si” (Kaufman, cit. por Vieira e Vieira, 2013).

⁸³ Artigo 52º, Assistência médica e medicamentosa, Diário da República, 1ª série, N.º85 de 5 de maio de 2014;

⁸⁴ <https://www.publico.pt/2016/11/30/sociedade/noticia/portugal-entre-os-paises-que-mais-se-opoem-a-acolher-imigrantes-1753095>, consultado a 27/07/2017;

⁸⁵ <https://www.publico.pt/2016/11/30/sociedade/noticia/portugal-entre-os-paises-que-mais-se-opoem-a-acolher-imigrantes-1753095>, consultado a 27/07/2017;

A mediação é assim, neste contexto “uma estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, diferentes pontos de vista e fronteiras culturais” (Vieira, e Vieira, 2016: 27).

Da parte da instituição anfitriã, através da equipa técnica que acompanha as famílias acolhidas a mediação tem em vista o seu “empowerment”. Como refere Vieira e Vieira (2017) “A finalidade do processo de mediação é buscar a autonomia desses grupos e pessoas, o tão referido, hoje, empowerment” (Vieira e Vieira, 2017:27). Ainda segundo estes autores “Na mediação entre diferentes valores culturais, o trabalhador social e o educador emergem como mediadores entre grupos sociais e as mais diversas instituições públicas e privadas, apoiando-se numa hermenêutica multitópica com vista à concretização dos direitos e dos interesses dos grupos e sujeitos em causa na interação” (Vieira e Vieira, 2017:27).

Giménez (2010) refere que na ação mediadora por pessoas que não têm a mesma cultura, opta-se por “pôr o acento não na identidade e pertença cultural do mediador, mas no seu saber profissional, no seu carácter comunitário e posicionamento local (Giménez, 2010: 24).

A mediação por parte de outros refugiados já residentes na comunidade ou por parte de pessoas que falam a mesma língua é também muito importante para a integração destas famílias, pois estes desempenham um papel de tradutores das duas culturas. Como diz a autora Ana Vieira (2013) “A tradução é um ato de mediação” referindo Michel Serres na sua obra “O terceiro Instruído”. “A mediação implica construir um terceiro lugar” (Vieira, 2013:121). Jares (2007) diz que o mediador tem um papel de facilitador do diálogo e da negociação entre as partes em conflito (Jares, 2007:165).

Quanto às instituições, principalmente as escolas também têm um papel muito importante, devendo “procurar vias de tradução intercultural” (Peres, 1999, 2010; Vieira, 2011; Marí Ytarte, 2011 cit por Vieira, 2013: 123). A respeito do papel da escola Américo Peres (2017) refere que,

“Ao trabalhar com a diversidade étnica e cultural, os mediadores sociopedagógicos, sejam eles professores, educadores sociais, psicólogos ou animadores socioculturais, não podem esquecer que os processos de encontro, acolhimento, relação, comunicação, interação e aprendizagem exigem descentração e abertura ao outro como condição da afirmação do eu, contribuindo para a construção de uma sociedade educativa aberta à interculturalidade com igualdade de oportunidades e oportunidades para a igualdade para todas e todos” (Vieira, Marques, Silva, Vieira e Margarido, 2017: 57).

À questão sobre as **Expetativas e Receios** estas podem influenciar a integração dos refugiados no local de residência atual. É conhecido que os migrantes que pretendem regressar aos seus países de origem, ou que pretendem prosseguir a sua migração para outro país, investem menos na sua integração no local para onde migraram inicialmente, não estabelecendo relações com a comunidade, guardando a sua identidade cultural.

Quanto às respostas dadas a estas questões, ambas as famílias entrevistadas demonstram, de uma forma ou de outra, uma grande preocupação com o futuro dos filhos, influenciando assim as suas decisões e expectativas futuras.

5. Conclusões

Tal como foi sendo dito ao longo deste trabalho, a Europa está a passar por uma crise de refugiados, sem precedentes, não se assistindo a uma crise desta dimensão desde a 2ª Guerra Mundial. A Europa tem tido dificuldade em dar resposta a este crescente influxo de pessoas nas suas fronteiras e para além dessas dificuldades, resultantes do aumento da entrada de pessoas e consequente incapacidade para acolher tamanho número, os diversos países da União Europeia têm também dificuldade em encontrar consenso quanto a estratégias e políticas comuns.

Perante esta crise global, humanitária torna-se urgente tomar medidas concretas e efetivas para ajudar na resolução deste problema. O Mundo precisa de se unir no sentido de encontrar respostas e criar políticas de proteção e assistência dadas aos refugiados, salvaguardando os direitos humanos e promovendo a sua integração como novos cidadãos nos seus países de acolhimento.

Tendo em conta a importância das práticas de acolhimento e integração por parte das instituições e da comunidade autóctone e considerando, também, a importância da mediação intercultural no processo de integração/ inclusão de refugiados nesta comunidade, esta dissertação de mestrado assumiu como objetivo geral compreender como as famílias de refugiados, acolhidas numa comunidade situada no litoral do país, percecionavam o seu processo de integração junto da sociedade de acolhimento. Neste sentido, os objetivos específicos prosseguidos durante o trabalho foram: a) identificação de possíveis obstáculos que poderiam dificultar a integração das famílias acolhidas (fatores sociais, económicos, laborais, linguísticos, culturais, etc.); b) Aferir a importância da mediação como ferramenta de integração das famílias acolhidas; c) Aferir até que ponto as primeiras famílias poderiam contribuir como agentes mediadores das futuras famílias; e, finalmente, d) identificar as expectativas futuras relativamente à permanência ou não no país de acolhimento.

Este trabalho pretendeu, assim, dar a conhecer não tanto, as políticas de integração do país, mas o “olhar” de quem vive na “primeira pessoa” essas políticas e o contacto com autóctones - sociedade de acolhimento. Para tal, esta análise apoiou-se num conjunto de conceitos chave que fazem parte deste tema, relacionado com o acolhimento e integração de refugiados. Realizou-se, em primeiro lugar, uma revisão de literatura sobre estes conceitos e apresentaram-se algumas perspetivas de autores que o investigam. Apresentaram-se, também, algumas posições de organizações europeias com responsabilidades ao nível do acolhimento e integração.

O trabalho empírico levado a cabo assentou essencialmente no desenvolvimento de entrevistas aos adultos acolhidos na comunidade estudada. Para além da realização de entrevistas analisou-se também uma entrevista realizada pela JRS-Europa, à primeira família chegada à comunidade. Para além da análise de entrevistas, a investigação contou com observação direta, na medida em estas famílias são acompanhadas diariamente, resultando daí informações importantes e pertinentes que constituem uma mais-valia para a retirada de algumas conclusões.

Do trabalho empírico realizado retiraram-se alguns resultados. Em primeiro lugar identificaram-se alguns obstáculos que dificultam a integração das famílias acolhidas. De acordo com os dados obtidos através das entrevistas, são, sobretudo, os fatores laborais e linguísticos que mais dificultam a sua integração. Os fatores laborais não são só o acesso ao mercado de trabalho, como também a sua manutenção. Para corroborar esta afirmação, vejamos o exemplo da primeira experiência de trabalho de Saíd na agricultura, a maior barreira existente prendeu-se com as dificuldades linguísticas, impossibilitando a manutenção do seu posto de trabalho. Saíd apresentou mais dificuldades em comunicar e segundo a entidade patronal pouco interesse na aprendizagem da língua, isolando-se dos restantes colegas de trabalho, evitando o convívio.

Segundo o ECRE a integração é um processo “dinâmico e recíproco” implicando deveres tanto para a sociedade de acolhimento como para o indivíduo e/ou comunidades envolvidas. Para o refugiado, implica que esteja preparado para se adaptar ao estilo de vida da sociedade de acolhimento, sem nunca perder a sua própria identidade cultural⁸⁶.

No processo de aprendizagem da língua o contacto diário com a mesma é muito importante. O contacto com colegas de trabalho facilita a aprendizagem, conforme refere Hayat em entrevista. Desta forma, pode-se concluir que os dois fatores estão interligados. É importante aprender a língua para uma melhor integração laboral e ao mesmo tempo esta integração facilita a aprendizagem da língua.

De forma geral, os resultados corroboram aquilo que diz a literatura e também aquilo que é a posição do ECRE sobre o Acolhimento de Requerentes de Asilo, onde é afirmado que "os requerentes de asilo devem beneficiar de acesso ao mercado de trabalho do país de acolhimento, o mais cedo possível (...). Uma política de acolhimento que inclua o direito ao trabalho previne, simultaneamente, a exclusão da sociedade de acolhimento e facilita a reintegração no retorno ao país de origem", “a privação de acesso ao mercado de trabalho durante a fase inicial de chegada a um país de asilo dificulta gravemente a integração a longo prazo⁸⁷.

Quanto à aprendizagem da língua diz ainda o ECRE :

⁸⁶ http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html, consultado a 15/12/2016

⁸⁷ <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/integra/sep6.html>, consultado a 26/07/20117;

“Deveria dar-se prioridade, em primeiro lugar, às necessidades de aprendizagem da língua, comunicação e de orientação sobre o mercado de trabalho. Uma segunda fase poderia envolver o desenvolvimento de programas de acesso ao emprego que teriam em conta as competências e os conhecimentos dos refugiados, a experiência, os interesses profissionais e suas aspirações futuras. Deveriam envidar-se esforços no sentido de facilitar o ensino no posto de trabalho através de uma combinação de trabalho ou colocação voluntária e formação continuada”⁸⁸.

O Segundo objetivo específico proposto neste trabalho seria aferir a importância da mediação como ferramenta de integração das famílias acolhidas.

Apesar das respostas negativas ou indiferentes relativamente à presença de outros refugiados ou pessoas que falam a mesma língua e da fraca importância dada pelos entrevistados à mediação intercultural, o que se foi verificado ao longo do acompanhamento das famílias é que a mediação é sem dúvida uma ferramenta muito importante para a sua integração na comunidade. Mediação não só por parte de pessoas que falam a mesma língua, já integradas, como por parte de outros refugiados e ainda por parte da instituição anfitriã.

Aquando da chegada da segunda e terceira família a Portugal, estes foram recebidos não só pelos técnicos da Instituição Anfitriã como também pela primeira família, há seis meses em Portugal, tendo estes feito um trabalho de mediação entre a instituição/ comunidade/ segunda e terceira famílias, numa fase inicial.

A Instituição anfitriã, através da sua equipa técnica tem vindo a mediar as relações entre as famílias refugiadas, comunidade, instituições e serviços, etc. promovendo a sua inclusão. Ao mesmo tempo trabalha junto a comunidade, no sentido de consciencializar para a necessidade de “vestir a pele do outro” (empatia) e do diálogo intercultural como fundamento de uma sociedade mais humana.

Para além de outros refugiados e da Instituição anfitriã, os mesmos mantêm um relacionamento próximo com um casal de tunisinos que vive na comunidade, frequentando a casa deles inclusivamente. Zaié, Jordano a viver há mais de 20 anos na comunidade, integrado na comunidade, tem feito um trabalho de mediação muito importante, ajudando no processo de integração das famílias e proporcionando-lhes o acesso à própria cultura e religião. Este cidadão ajuda na compra da carne halal (normas relativas à forma de abate da carne) e também nas idas à mesquita à sexta-feira.

O facto da primeira família ter abandonado o projeto, indo para a Alemanha, pouco tempo antes da realização das entrevistas às segundas famílias, poderá ter influenciado as respostas a estas questões. Provavelmente os entrevistados tivessem

⁸⁸ www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acesso, consultado a 03/08/2017;

querido mostrar a sua discordância desta forma, distanciando-se deles, não lhes atribuindo qualquer importância.

A Instituição Anfitriã, utiliza a mediação intercultural como uma ferramenta de intervenção que atua em situações sociais de interculturalidade, procurando fazer respeitar e valorizar as diferenças existentes entre os vários grupos com culturas diferentes, de forma a que haja o reconhecimento da pluralidade da sociedade e que essa pluralidade possa ser vista de forma positiva e enriquecedora, por todos. Promover ainda a compreensão e o respeito pelo “Outro”, reduzindo os estereótipos e preconceitos; promover a coesão social, a autonomia e a convivência intercultural entre as famílias e a comunidade em geral, prevenir e regular/ resolver os conflitos; promover a capacitação e a participação, a convivência e o diálogo são alguns dos objetivos da mediação levados a cabo pela instituição anfitriã (Giménez, 2010: 24). A mediação é assim, neste contexto “uma estratégia de construção de pontes e trânsitos entre pessoas, diferentes pontos de vista e fronteiras culturais” (Vieira, A.; Vieira, R., 2016:27).

Quanto às expectativas futuras relativamente à permanência ou não no país de acolhimento as famílias respondem que gostariam de ficar, uma vez que os filhos estão bem encaminhados, pelo facto de estarem integrados nas escolas e o importante para eles são os filhos. No entanto, estando as necessidades básicas satisfeitas, as demandas passam a ser outras e apesar de poderem dizer que querem ficar por cá, a verdade é que o que realmente desejavam era poder recuperar a vida que já tiveram outrora, para além do futuro dos filhos, sendo ainda muito cedo para afirmar que esta localidade é o fim da viagem.

Não se conseguindo integrar no mercado de trabalho, por exemplo, e com grande parte dos seus familiares na Alemanha e outros países no norte da Europa, as famílias acabam desejando também ir para lá, à procura de suporte familiar, de uma comunidade muçulmana e de melhores rendimentos. Foi o que aconteceu à primeira família chegada a esta localidade. A família abandonou o projeto, passado cerca de 11 meses da sua chegada a Portugal. Os filhos deixaram o ano escolar a meio e o destino da família foi Alemanha. A aprendizagem da língua constituiu um entrave para Saíd, fazendo com que se isolasse do contacto com a comunidade.

A escolha do país de destino na Europa não é feita pelo imigrante/ refugiado, mas sim pelo EASO que coordena todas as atividades, no âmbito do Plano Operacional "Hotspot" - Recolocação da EASO.⁸⁹ Apesar disso, conforme refere o JN “A esmagadora maioria dos requerentes de asilo que transitam pela Europa, querem seguir para a Alemanha e a Suécia, onde muitos têm família e/ou receberam a informação de que aí há

⁸⁹ <https://www.easo.europa.eu/operational-support/hotspot-relocation>, consultado a 01/07/2017;

trabalho e podem ter um bom nível de vida. A preferência vai sempre para os países do Norte - a península Ibérica é desconhecida⁹⁰.

Em termos gerais estas famílias demonstram uma grande resiliência, motivada pela fé que possuem, acreditando que o seu futuro foi estipulado por Deus, aceitando-o sem o questionar, apesar dos muitos receios e baixas expectativas quanto ao futuro. As famílias têm a certeza que o acompanhamento, por parte da instituição, termina ao fim dos 24 meses, estando até lá todas as necessidades básicas asseguradas. O que está para lá dos 24 meses é incerto para eles, podendo provocar grande ansiedade na família. O receio de ter de passar pelas mesmas dificuldades que enfrentaram até chegar a Portugal, poderá criar alguma instabilidade na família, baixando assim as expectativas.

Este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente ao nível da realização da entrevista, pelo facto de se realizar uma entrevista com recurso a tradutor, limitando a interação característica da mesma, não deixando fluir a conversa. No entanto, houve abertura da parte das famílias para responder às questões que lhes foram colocadas, tendo elas respondido a todas, sem qualquer hesitação e de forma livre.

A entrevista poderia ter sido bastante mais rica, realizada 11 meses depois da sua chegada a Portugal, não só devido ao facto de a comunicação ser melhor, como da sua experiencia no confronto com a sociedade dominante ser mais frequente.

Para superar essa limitação, analisou-se também uma entrevista realizada pela JRS-Europa, que tinha como objetivo mostrar exemplos de boas práticas na integração de refugiados na Europa, sendo que em Portugal foi esta a comunidade escolhida.

Apesar das limitações deste estudo, este trabalho constitui mais um contributo para o conhecimento da atitude dos refugiados face ao país e sociedade de acolhimento. Futuras investigações poderão estudar os impactos da mediação intercultural levada a cabo pelas instituições anfitriãs, ao nível do empoderamento das famílias, passados os dois anos de duração deste projeto. Poderão, ainda, abranger outras regiões do país ou até mesmo ao nível nacional ou europeu.

Dada a importância deste tema considera-se que muito há ainda que percorrer no campo da investigação nesta área sendo, portanto, um campo fértil de trabalho para outros investigadores.

Em suma, de acordo com o objetivo geral deste trabalho pode-se concluir que os refugiados percecionam o seu processo de acolhimento de forma muito positiva, apesar de não se sentirem integradas na sociedade de acolhimento, por alguns motivos, nomeadamente por este processo de integração se encontrar numa fase inicial, pelo facto

⁹⁰ <http://www.jn.pt/nacional/interior/refugiados-nao-querem-viajar-para-portugal-4905032.html>, consultado a 21/07/2017;

de ainda não se encontrarem numa habitação autónoma, aquando da entrevista e ainda por não dominarem a língua portuguesa.

Os principais fatores que têm dificultado a sua integração na sociedade de acolhimento são a deficiente aprendizagem da língua e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, podendo-se concluir que estes dois fatores estão interligados, uma vez que um facilita o outro e vice-versa.

Estes obstáculos influenciam as expetativas dos refugiados relativamente à sua permanência ou não no país de acolhimento. Apesar de referirem que o mais importante é a integração das crianças no sistema educativo, motivando as suas ações, verificou-se que a não integração no mercado de trabalho influenciou decisivamente a decisão de partida de uma das famílias, rumo à Alemanha.

A mediação intercultural é uma ferramenta muito importante para superar estes obstáculos, no sentido de empoderar estas famílias, criar empatia entre a sociedade autóctone e refugiados, promover o diálogo entre ambos, dando-se a conhecer mutuamente de forma respeitadora e compreensiva, valorizando as diferenças existentes.

6. Bibliografia

- AA VV (2008). *Mediación Intercultural, una propuesta para la formación*, Madrid: Editorial Popular;
- Ângelo, Vítor (2015) *Os Refugiados na Europa do Século XXI: Nós e as Nossas Migrações*, Revista Visão História, 18;
- Baganha, M., Marques J., Góis, P. (2010) *Imigração Ucraniana em Portugal e no Sul da Europa: A Emergência de uma ou várias Comunidades?*, Lisboa, Observatório da Imigração;
- Bell, Judith (2010) *Como Realizar um Projeto de Investigação: Um guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*, Lisboa: Gradiva;
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70;
- Bravo, C. (1992). *La Metodologia Cualitativa*. In Colas Bravo, M. P. & Elisman, L. B. (Ed.), *Investigación Educativa*. (pp.249-288). Sevilla: Ediciones Alfar;
- Bertossi, Christophe (2012) *As cruzadas da Integração na Europa*. Cascais, Príncipeia;
- Cabral, A.; Vieira, X. (2009) *Diferentes Origens, Diferentes Olhares- Um retrato Sociológico sobre a Imigração em Portugal*; Porto; Universidade Fernando Pessoa;
- Caldeira, Rute (1998) *Integração Sócio-Económica de Refugiados na Sociedade de Acolhimento: Estudo de Caso*, Conselho para os Refugiados, Lisboa;
- Casaleiro, Pedro (2011) *O Objeto Transicional*, Lisboa (1-17);
- Casa-Nova, Maria José (2009) *A mediação intercultural e a construção de diálogos entre diferentes: notas soltas para reflexão*, in Ana Maria Costa silva & Maria Alfredo Moreira (Orgs.) *Actas do Seminário Mediação Socioeducativa: contextos e Actores*, 61-68;
- Casa-Nova, Maria José (2013) *Os ciganos é que não querem integrar-se?* in José Soeiro, Miguel Cardina & Nuno Serra (Orgs.), *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade*. Lisboa: Tinta da China, 213-222;
- Demetrios Papademetrou (2003) *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade, Cidadania, Integração*; Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas;
- Faísca, L. e Jesuino, J. (2006) *Comunidades Ciganas – Representações Sociais da Comunidade Cigana na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas;

- Fernandes, E. M., & Maia, A. (2001). Grounded Theory. In Fernandes, E. & Almeida, L. (Eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: Contributos para a prática e investigação* (pp. 49-76), Braga, CEEPUM;
- Ferreira, L. (2015) *Síria Sinónimo de Guerra, Terrorismo e Refugiados* Revista Fátima Missionária, Delegação Portuguesa do Instituto da Consolata;
- Fonseca, E., Marques, J., Quintas, J. Poeschl G., (2005) *Representações Sociais das Comunidades Cigana e Não-Cigana- Implicações para a Integração Social*, Porto, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas;
- Fonseca, L. (2003) *Integração Dos Imigrantes: Estratégias e Protagonista*, Conferência, I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;
- Fontana, A., & Frey, J.H. (1994). Interviewing the art of Science. In Denzin, N. & Lincoln, Y. S. (Orgs.), *Handbook of qualitative research* (pp. 361-376). London, Sage Publications Inc;
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. *Cad. Saúde Pública*, 24(1), 17- 27;
- Giménez, Romero (1997). *La Naturaleza de la Mediation Intercultural* In REVISTA MIGRACIONES N.º 2. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas;
- Giménez, Romero, C. (2001). *Modelos de mediación y su aplicación en mediación intercultural* In Revista Migraciones n.º 10. Madrid: Universidade Pontificia de Comillas;
- Giménez, Romero (2010) *Mediação Intercultural, Cadernos de Apoio à Formação*, Lisboa, ACIDI;
- Giménez, Romero (2010) *Interculturalidade e Mediação*, Lisboa, ACIDI;
- Godoy Arilda S. (1995) *Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades*, In *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n.2, Mar./Abr.1995a, p.57-63;
- Goldenberg, Miriam (2004) *A Arte de Pesquisar: Como Fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Editora Record;
- Guba, E., & Lincoln, Y. (1989) *Fourth Generation Evaluation*. Beverly Hills, CA, Sage;
- Jarez, X. (2002). *Para nos exercitarmos na análise e propostas de resolução de conflitos* in Jarez, X. (2002). *Educação e Conflito: guia de educação para a convivência*, Lisboa, Asa Editores;
- Jarez, X. (2002). *A resolução dos conflitos* in Jarez, X. (2002); *Educação e Conflito: guia de educação para a convivência*, Lisboa, Asa Editores, pp. 117-147;

- Jarez, X. (2002). *Educar para a convivência: desafios e necessidades* in Jarez, X. (2002). *Educação e Conflito: guia de educação para a convivência*, Lisboa, Asa Editores, pp. 87-115;
- Jarez, X. (2007). *Sobre a convivência e os conteúdos de uma pedagogia da convivência* in Jarez, X. (2007). *Pedagogia da Convivência*, Porto, Profedições, pp. 27-53;
- Lages, M., Policarpo, V., Marques, J., Matos, P., António, J. (2005) *Os Imigrantes e a População Portuguesa Imagens Recíprocas*, Lisboa, Observatório da Imigração;
- Machado, Fernando Luís (2002) *Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora;
- Maeso e Araújo (2013) *A Quadratura do Círculo: (anti) racismo, Imigração e a(s) Política(s) da Integração em Portugal nos anos 2000*, Coimbra, Oficina do CES;
- Malheiros, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa. Os anos da mudança*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 26-31 (texto_1_b);
- Malheiros, Jorge Macaísta (2006), *Integração Social e Profissional de imigrantes, refugiados e minorias étnicas*, Lisboa, Coleção Disseminar, Equal;
- Malheiros, Jorge Macaísta (2011), *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade*, Lisboa, ACIDI;
- Manual de Procedimentos para as Entidades de acolhimento (2016), Alto Comissariado para as Migrações, I.P; Lisboa;
- Marques, R. (2015) *Do medo à Coragem de Acolher*, Revista Refugiados, Alto Comissariado para as Migrações e Plataforma de Apoio aos Refugiados;
- Matias, Ana (2010) *Imagens e Estereótipos da Sociedade Portuguesa sobre a Comunidade Chinesa*, Lisboa, Observatório da Imigração;
- Matos, Tito (2011) *A Inserção dos Refugiados Reinstalados no Mercado de Trabalho – Uma etapa num processo de integração? - Contributos para uma análise das dinâmicas de integração dos reinstalados em Portugal e na União Europeia*, Universidade de Lisboa;
- Merçon. A, Rodrigues. M, Santos. N. (2012) *Cultura e Educação Intercultural: A Integração das Minorias Étnicas em Portugal*; Revista Democratizar, V.VI, N.1, Rio de Janeiro, FAETEC;
- Minayo, C. S. (1992). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*, São Paulo, Hucitec-Abrasco;
- Montenegro, M. (2008). *O Projecto Nómada e a Mediação*, in actas do XVI Colóquio AFIRSE/AIPELF;
- Morse, J. M. (1994). *Emerging from the data: the cognitive process of analysis in qualitative enquiry*. In Morse, J. M. (Ed.), *Critical Issues in Qualitative Research Methods*, Thousand Oaks, Sage;

- Processo de Proteção Internacional*, Gabinete de Asilo e Refugiados, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Maio 2017, Lisboa;
- Protocolo de Cooperação SEF e CNSN* (2016), Lisboa;
- Quivy, R. e C Campenhoudt L.V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva;
- Rocha-Trindade, M. Beatriz (1995) *Sociologia das Migrações*. Lisboa, Universidade Aberta;
- Santinho, Maria (2011) *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal*. Lisboa, Instituto Superior Universitário de Lisboa;
- Sani, A. (2002). *As crianças e a violência*; Coimbra; Quarteto;
- Santinho, Maria (2013) *Afinal, que Asilo é este que não nos protege?* Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa;
- Santos, Maria João (2014). *Desenvolvimento humano e mediação – construção de uma identidade*. AAVV. Cultura e Participação: *Animação Sociocultural em Contextos Iberoamericanos*. RIAP - Associação Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural – Nodo Português;
- Silva, Pedro (2003) *Escola-Família, Uma relação Armadilhada - Interculturalidade e relações de poder*, Porto, Edições Afrontamento;
- Silva, Pedro (2014) *Escolas, Meios Populares e Mediação Sociocultural* in Marcelo Baumann Burgos (Coord.), *A Escola e o Mundo do Aluno: Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola*, Rio de Janeiro, Editora Garamond;
- Sousa, Lúcio (1999) *Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? – Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa;
- Trier, J. (1994) *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados*, Porto, Edinter;
- Torremorell, M. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto, Porto editora;
- Vala, J. (1986). *A Análise de Conteúdo*. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp.101-128). Porto: Edições Afrontamento;
- Vieira, A. e Vieira, R. (2013) *Pedagogia Social, Comunicação e Mediação Sociocultural* in *Página da Educação*. pp. 34-35;
- Vieira, A. (2013). *À laia de conclusão: da mediação intercultural e da mediação preventiva*, in VIEIRA, A. (2013), *Educação e Mediação Sociocultural*, Porto: Afrontamento;
- Vieira, A. (2013), *Educação Social e Mediação Sociocultural*, Porto: Profedições;

- Vieira, R. (2011). *Encruzilhadas de identidade*, in VIEIRA, R. (2011). *Ser Igual, Ser Diferente: encruzilhadas da identidade*, Porto: Profedições, pp. 61-67;
- Vieira, R; Marques, J.; Silva, P.; Vieira, A. Margarido C. (2016) *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*, Porto, Edições Afrontamento;
- Vieira, R; Margarido C. Marques, J.; (2013) *Partir, Chegar e Voltar: Reconfigurações Identitárias de Brasileiros em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento;

7. Webgrafia

- ACM, disponível em: <http://www.acm.gov.pt/acm>, [Consultado a 20/12/2015];
- ACNUR, disponível em: www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas, [Consultado a 20/12/2015];
- ACNUR, disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas> - Tendências Globais sobre refugiados e outras populações de interesse do ACNUR, [Consultado a 14/10/2016];
- ACNUR, disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-migrante> [consultado a 01/01/2017];
- BBC, disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160306_portugal_refugiados_mf_ab, [consultado a 01/07/2017];
- Casa-Nova, Maria José; Instituto de Educação da Universidade do Minho, disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/contributos_de_maria_jos_e_casa_nova.pdf; [Consultado a 08/11/2015];
- CIDADE VIRTUAL, disponível em: www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/asylum/conv-0.html#art1, [consultado a 20/12/2016];
- CIDADE VIRTUAL, disponível em: http://www.cidadevirtual.pt/cpr/integra/guia_bp_persp_ref_1.html - A Integração no Contexto Europeu: Conselho Português para os Refugiados - CPR [Consultado a 14/10/2016];
- CIDADEVIRTUAL, disponível em <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/integra/sep6.html>, [consultado a 26/07/2017];

- Cordeiro, Dias (2016) Portugal-entre-os-Países-que-mais-se-opõem-a-acolher-imigrantes, disponível em:
<https://www.publico.pt/2016/11/30/sociedade/noticia/portugal-entre-os-paises-que-mais-se-opoem-a-acolher-imigrantes-1753095> [consultado a 27/07/2017];
- Carling, J. (2015) Refugees are Also Migrants. And All Migrants Matter. Disponível em: <http://bordercriminologies.law.ox.ac.uk/refugees-are-also-migrants> [consultado a 03/03/2017];
- Cockburn, Patrick (2015), disponível em:
<http://www.independent.co.uk/news/world/refugee-crisis-where-are-all-these-people-coming-from-and-why-10490425.html> [consultado a 03/01/2017];
- CPR, disponível em: <http://refugiados.net/1cpr/www/ple.php> [consultado a 16/09/2017];
- ECRE, disponível em:
http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html;
Posição do ECRE sobre Integração de Refugiados na Europa [Consultado a 14/10/2016];
- EASO, disponível em: <https://www.easo.europa.eu/about-us>, [consultado a 01/07/2017];
- EURONEWS, disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/09/11/refugiados-sirios-a-primeira-etapa-da-fuga-a-fronteira-com-a-turquia>, [consultado a 27/06/2017];
- GLOSSÁRIO, disponível em www.jrsportugal.pt [consultado a 03/07/2017];
- Guia de Boas Práticas para a Integração de Imigrantes e Refugiados nos Centros de Formação Profissional, disponível em:
http://viaas.refugiados.net/pdfs/gbp_01_indice_apresentacao_e_introd.pdf,
[consultado a 27/07/2017];
- INE, disponível em: http://www.ine.pt/scripts/flex_definitivos/Main.html
[Consultado a 10/06/2016];
- ISLAMEMPLINHA, disponível em:
<http://www.islamemlinha.com/index.php/fatwas/item/halal-e-haram>,
[consultado a 21/07/2017];

Jornal de Notícias, disponível em: <http://www.jn.pt/nacional/interior/portugal-e-o-pais-europeu-com-maior-abertura-ao-acolhimento-de-refugiados-5526946.html> [consultado a 03/03/2017];

Jornal de Notícias, Refugiados não querem viajar para Portugal (2015), disponível em: <http://www.jn.pt/nacional/interior/refugiados-nao-querem-viajar-para-portugal-4905032.html> [Consultado a 21/07/2017];

Jornal Económico, Disponível em:

<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/refugiados-chegam-portugal-voltam-sair-sentem-perdidos-121661>, [consultado a 28/07/2017];

Jornal de Noticias, disponível em: <http://www.jn.pt/nacional/interior/refugiados-nao-querem-viajar-para-portugal-4905032.html>, [consultado a 21/07/2017];

OBSERVADOR, disponível em: www.observador.pt/topico/crise-dos-refugiados/, [Consultado a 20/12/2015];

PAR, disponível em: www.refugiados.pt, [Consultado a 20/12/2015];

PUBLICO, disponível em:

<https://www.publico.pt/2016/11/30/sociedade/noticia/portugal-entre-os-paises-que-mais-se-opoem-a-acolher-imigrantes-1753095>, [consultado a 27/07/2017];

PÚBLICO, disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/portugal-disponivel-para-receber-des-mil-refugiados-1723846>, [Consultado a 11/06/2016];

PÚBLICO, disponível

em: http://static.publico.pt/dossiers/cidadania/html/imigracao_solu1.htm, [Consultado a 10/02/2017];

REFUGIADOS, disponível em:

http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/integra/guia_bp_pos_ecre.html#quadro_estrut_acordos, [consultado a 26/07/2017];

Legislação

Artigo 52º - Assistência médica e medicamentosa, de 5 de maio de 2014. Diário da República N.º85, 1ª série, Lisboa;

8. Anexos

Anexo 1. GUIÃO DE ENTREVISTA 1

ENTREVISTADOR: Susana Zarro

ENTREVISTADOS: Adilah, Jamal e Hayat

QUESTÕES
- Gostaria que fizesse uma breve apresentação sua, de forma livre!
- Gostaria que me contasse o seu percurso migratório, desde a síria até ao momento de chegada a portugal?
- a decisão de sair da Síria foi muito difícil? - Deixaram lá familiares? - Qual foi a reação das crianças ao facto de terem de abandonar o país e de andarem deslocados?
-A decisão da vinda para portugal foi vossa, ou não vos deram direito de escolher o país? -Já tinham ouvido falar de portugal, ou foi a primeira vez?
- Quais são as principais diferenças entre portugal e a síria? - De que mais sentem saudades da síria?
- O que é que em portugal e nos portugueses o desgosta mais? Em que é que tem mais dificuldade em lidar com os portugueses?
-Qual foi a primeira impressão quando chegaram a esta localidade?
- Como está a ser a vossa integração aqui ao nível social, ou seja no contacto diário com os portugueses? Por exemplo, quando vão a um supermercado, com os vizinhos, quando utilizam algum serviço. Etc..... - Pode dizer-me alguma coisa da sua vida social neste país? (atividades e eventos, amigos, pertenças a organizações locais, etc.); - As pessoas daqui convidam-vos para sair, ir às suas casas, etc?

<p>- Como está a ser a vossa integração nesta comunidade, ao nível laboral? Já está empregado/a?</p> <p>- Sentiu discriminação ao procurar trabalho ou no local de trabalho?</p> <p>- Quais eram as suas expectativas em relação ao emprego quando chegou a este país e quais são agora?</p> <p>- Caso estejam empregados, está satisfeito com a remuneração?</p>
<p>- Como aprendeu a língua neste país?</p> <p>- Qual a importância da língua portuguesa para a integração da vossa família neste país?</p>
<p>- Tem informação sobre onde se dirigir em caso de doença e quais os serviços disponíveis?</p> <p>- Já tiveram algum problema ou dificuldade, para aceder aos serviços de saúde?</p> <p>- Há algum serviço de saúde que lhe faça falta em particular ou que gostaria de ter acesso como refugiado?</p>
<p>- Ao nível geral, já tiveram algum problema em Portugal por serem estrangeiros ou por professarem a religião islâmica?</p>
<p>- Qual a importância da existência de outros refugiados ou de pessoas da mesma nacionalidade que a vossa?</p> <p>- Qual a sua importância para a sua integração nesta comunidade?</p> <p>- Qual a importância da existência de pessoas que falam a vossa língua, na (...), para a vossa integração?</p>
<p>- A (...) é o fim da viagem ou apenas mais uma etapa da vossa vida?</p>
<p>- Quais os vossos maiores receios?</p>

Anexo 2. GUIÃO DE ENTREVISTA 2

ENTREVISTADOR: Susana Zarro

ENTREVISTADOS: SAÍD E MARAM

DATA DA ENTREVISTA: Maio de 2016

QUESTÕES
Quando tomaram a decisão de sair da Síria o país já estava há muito tempo em conflito?
A decisão foi muito difícil? Deixara lá familiares?
Qual foi a reação das crianças ao facto de terem de abandonar o país e de andarem deslocados?
Fizeram a travessia de barco? Como foi?
Estiveram em campos de refugiados? Onde? Durante quanto tempo?
A decisão da vinda para Portugal foi vossa, ou não puderam escolher?
Têm sido bem acolhidos na (...)?
Já tiveram algum problema em Portugal por serem estrangeiros?
Como está a ser a vossa integração na (...)?
A (...) é o fim da viagem ou apenas mais uma etapa da vossa vida?
Quais os vossos maiores receios?

Anexo 3. ANÁLISE CONTEÚDO ENTREVISTA 1 e 2

ENTREVISTADOR: Susana Zarro

ENTREVISTADOS: ADILAH (1), JAMAL (2), HAYAT (3), SAÍD (4) E MARAM (5).

TÓPICOS/ PROBLEMÁTICAS	RESPOSTAS
Descrição do perfil do entrevistado	<p>“O meu nome é ADILAH. Tenho 34 anos. Sou casada com JAMAL. Tenho 2 filhas, a HANA e a LAYLA, de 10 e 5 anos. Tenho o 11º ano” (1);</p> <p>“O meu nome é JAMAL. Tenho 37 anos. Sou casado com ADILAH. Tenho 2 filhas, a HANA e a LAYLA, de 10 e 5 anos. Sou de Raqqa na Síria, mas a viver há 12 anos em Damasco. Raqqa é a cidade onde está a Capital do Estado Islâmico! Não frequentei a escola” (2);</p> <p>“O meu nome é HAYAT. Tenho 27 anos. Sou divorciada. Tenho 2 filhos, a KAMILAH e o NAÍM, de 8 e 6 anos. Tenho o 6º ano de escolaridade” (3);</p> <p>O meu nome é SAÍD. Sou da Síria, da cidade de Hama. Sou casado com a Maram. Temos 7 filhos. (4).</p>
Descrição do perfil do entrevistado	<p>“Saí da Síria a 8 de fevereiro de 2016 em direção à Turquia” (1);</p> <p>“Ficámos 3 dias na Turquia e depois fizemos a travessia para a Ilha de Lesbos “ (1);</p> <p>“Estivemos na Grécia até ao dia 13 de setembro, altura em que viemos para Portugal”(1);</p> <p>“... pagámos 900 dólares por pessoa”(1);</p> <p>“O meu objetivo era ir para a Alemanha” (1);</p> <p>“Tinha já lá o meu irmão (na Alemanha) e tinha o filho dele comigo, desde pequeno por isso perguntámos se podíamos pedir reagrupamento familiar”(1);</p> <p>“Desta forma, nós entregámo-nos ao Programa EASO, organismo</p>

	<p>responsável por distribuir as pessoas pela Europa, com a condição de nunca me separarem da minha irmã” (1);</p> <p>“Eu fiquei contente quando soube que ia para Portugal, mas para muitas pessoas, foi um choque!” (1);</p> <p>“Decidimos sair da Síria e fomos para a Turquia” (2);</p> <p>“Ficámos na Turquia 3 dias até fazermos a travessia, num bote de borracha, para a Grécia” (2);</p> <p>“Ficámos na Grécia alguns meses, junto com outros refugiados, até virmos para Portugal” (2);</p> <p>“Depois de decidirmos sair de casa, estivemos na fronteira entre a Síria e a Turquia, quase um mês” (3);</p> <p>“Decidimos sair do país devido à destruição, à guerra e à falta de condições para viver lá!” (3);</p> <p>“Passámos um mês na rua, com frio!” (3);</p> <p>“... extorquiram-nos muito dinheiro” (3);</p> <p>“...vendemos quase todo o ouro que tínhamos para pagar a nossa saída” (3);</p> <p>“Bateram no meu pai! Ameaçaram levar as crianças!” (3);</p> <p>“Pediram-nos 900 € na Turquia para fazermos a travessia para a Grécia e mais 900€ para fazer uma identificação falsa” (3);</p> <p>“Atravessamos o mediterrâneo num barco de borracha com 75 pessoas a bordo” (3);</p> <p>“Demorámos 6 horas, porque o barco se avariou 3 vezes, tendo ficado à deriva” (3);</p> <p>“Saímos da Síria em 2014. Mas antes andámos, durante três anos de lugar em lugar na Síria.” (4);</p> <p>“...os nossos filhos iam para a escola e estávamos constantemente a ir</p>
--	---

	<p>buscá-los lá...” (4);</p> <p>“Saímos da Síria em 2014, para a Turquia” (4);</p> <p>“Tentámos fazer a travessia sete vezes.” (4);</p> <p>“As crianças iam no meio do barco e os adultos à volta” (4);</p> <p>“Um dos barcos parou a meio do oceano. Penso que toda a gente morreu!” (4);</p> <p>“Toda a gente, dentro do nosso barco, começou a chorar.” (4);</p> <p>“Chegámos a Portugal no dia 7 de março de 2016” (4).</p>
<p>Motivação, participação do entrevistado na decisão de partir</p>	<p>“Sim, os meus pais e tios da parte da mãe e do pai” (1);</p> <p>“Decidimos sair, sobretudo, porque começámos a ver que o nosso futuro em causa!” (1);</p> <p>“Estava tudo parado!” (1);</p> <p>“Não podíamos trabalhar e pensámos também nos nossos filhos!” (1);</p> <p>“Eu tinha que fazer algo para assegurar a minha família. Decidimos sair!” (1);</p> <p>“Foi um pesadelo para as crianças!” (1);</p> <p>“Andámos 10 horas seguidas a pé e claro, tínhamos as crianças a pedir para voltar para casa!”(1);</p> <p>“Fomos sujeitos à Máfia! A cada checkpoint que passávamos, tínhamos de pagar, para poder continuar!” (1);</p> <p>“E no último checkpoint queriam levar-me as crianças!”(1);</p> <p>“Ele (o pai dela) disse-lhes (à Máfia) que eu não entregaria as minhas filhas e que se fosse preciso eu me incendiaria, juntamente com a minha família”(1);</p> <p>“Já não sei de nada da minha família há muito tempo. Lá não existe rede</p>

	<p>de telemóvel! (2);</p> <p>Decidimos sair, sobretudo, porque começámos a ver que o nosso futuro estava em causa! (2);</p> <p>“Estava tudo parado!” (2);</p> <p>“Não podíamos trabalhar e pensámos também nos nossos filhos!” (2);</p> <p>“...as crianças foram-se apercebendo de tudo. Principalmente as mais velhas, mas não havia mais nada a fazer... (2);</p> <p>“As crianças sofreram muito como é óbvio” (3);</p> <p>“Tiveram de andar a dormir pela rua!” (3);</p> <p>“A decisão foi muito difícil e muito cara, (4000 €)” (4);</p> <p>“...tivemos que pensar primeiro nos nossos filhos” (4);</p> <p>“A minha mãe e irmãs estão a viver num campo de refugiados, entre a Síria e a Turquia” (4)</p> <p>“Os pais da Maram estão na Turquia... os restantes estão na Alemanha” (4);</p> <p>“Lembro-me de a Maram andar a rastejar com a Raja e a Sabah, uma em cada braço para fugir aos bombardeamentos” (4).</p>
<p>Perceção do país de acolhimento</p>	<p>“Deram-nos 8 países da Europa para escolher, mas nenhuma das nossas opções foi Portugal! No final, eles é que escolhem!” (1)</p> <p>“Para muita gente foi um choque, saber que vinham para Portugal. Países como a Alemanha, Holanda, França têm mais dinheiro e por isso são preferidos!” (1);</p> <p>“Da minha parte, Se Deus escolheu este destino para mim, eu aceito!” (1);</p> <p>“Detalhadamente não! Só na Grécia, comecei a ouvir falar mais de Portugal.” (1);</p>

	<p>“Percebemos que o país tinha 4 estações, assim como a Síria”(1);</p> <p>“Sem extremos de frio ou calor! Muito bom para viver!”(1);</p> <p>“Não nos deram a escolher o país” (2);</p> <p>“Eu nunca tinha ouvido falar de Portugal até chegar à Grécia” (2);</p> <p>“Não, não nos deram oportunidade de escolher o país” (3);</p> <p>“... Tinham-nos falado muito mal de Portugal” (3);</p> <p>“Nós queríamos ir para a Alemanha!” (4)</p> <p>“... deram-nos uma folha com sete países à escolha, mas decidimos não escolher! “Deus iria escolher por nós!” (4);</p> <p>“Não conhecíamos Portugal. Foi uma surpresa!” (4);</p>
<p>Perceção do país de acolhimento</p>	<p>“Não sinto nenhuma diferença entre Portugal e a Síria, em termos de clima por exemplo!”(1);</p> <p>É claro, existem algumas diferenças em termos religiosos, de alguns hábitos sociais, na gastronomia...”(1);</p> <p>“Na parte social há muitas diferenças, mas também vejo muitas semelhanças, nomeadamente no interesse das pessoas, na preocupação pelos outros, ao ponto de não me sentir estrangeira! “(1);</p> <p>“Não sinto o choque!” (1);</p> <p>Sobre a saudade que sente da Síria “De tudo” (1);</p> <p>“Tenho muitas saudades de Damasco! E tenho mesmo muitas saudades da minha avó! Foi ela que me criou!” (1);</p> <p>“Não vejo grandes diferenças! Já estou habituado” (2);</p> <p>“Sinto bastantes saudades dos meus familiares e amigos” (2);</p> <p>“É tudo diferente! Principalmente porque venho de um estado em guerra para um estado em paz!” (3);</p>

	<p>Sente saudades “Da família, sobretudo do meu pai e da minha mãe que ficaram lá!”(3);</p> <p>“ Pela primeira vez sentimos que estamos em paz. (4);</p>
Perceção do País de Acolhimento	<p>Sobre o que nos Portugueses os desgosta mais ou que têm mais dificuldade em lidar:</p> <p>“De Nada! A língua é sem dúvida uma barreira, mas estou a tentar ultrapassar!” (1);</p> <p>“Dos Portugueses nada! Da língua sim. É muito difícil e isso faz com que nos isolemos um bocado” (2);</p> <p>“De Nada!” (3);</p> <p>“Não, pelo contrário. Temos sido muito bem acolhidos” (4);</p> <p>“As pessoas são muito simpáticas e vêm falar connosco”(4);</p>
Acolhimento na Sociedade	<p>“Inicialmente tive uma sensação estranha pelo facto de ser um lugar estranho para mim. No dia seguinte fiz o primeiro passeio pela vila e gostei imenso” (1);</p> <p>“Ao princípio era tudo estranho. Sentia-me pouco à vontade. Não conhecia ninguém, mas aos poucos fui-me habituando”(2);</p> <p>“A primeira impressão que tive é que a vila era muito bonita! Não tive outra impressão!” (3);</p>
Integração Sociocultural	<p>“Vida social não tenho muita! “ (1);</p> <p>“Não me sinto excluída, mas os contactos a esse nível ainda são poucos.”(1);</p> <p>“Vida social não tenho muita! Não tenho muito tempo, pois o meu horário de trabalho não dá.”(2);</p> <p>“À noite, no fim do turno, convivemos um bocadinho”(2);</p> <p>“No início, para mim seria uma situação impossível, devido à língua”</p>

	<p>(3);</p> <p>“Agora as coisas estão a tornar-se cada vez mais fáceis em termos de relacionamento com os portugueses” (3);</p> <p>“Já houve uma colega de trabalho que me convidou para ir a casa dela beber um café, mas eu não fui” (3);</p> <p>“Costumo ir com as colegas beber café, mas só nos intervalos do trabalho” (3);</p> <p>“Ainda estamos a conhecer as pessoas!” (3);</p> <p>“Não saímos muito! Quando a nossa casa estiver pronta, já vamos começar a sair mais e a conviver com as pessoas. Agora, ainda nos sentimos um pouco observados!” (4);</p>
<p>Integração laboral</p>	<p>“A prioridade em arranjar trabalho é para o meu marido” (1);</p> <p>“Como tenho um problema de saúde, teria de arranjar um trabalho compatível” (1);</p> <p>(Relativamente à satisfação da remuneração do marido Adilah responde “Ainda não sei muito bem porque não tenho uma casa para governar” (1);</p> <p>“Sim, já estou a trabalhar” (2);</p> <p>Nunca senti discriminação ao procurar trabalho porque tive a vossa ajuda, mas acho que não teria problemas (2);</p> <p>Não tinha quaisquer expectativas em relação ao trabalho, porque somos refugiados (2);</p> <p>“Na Síria, tinha um horário seguido. Tinha mais tempo para a família e para mim” (2);</p> <p>“O trabalho num restaurante é duro!” (2);</p> <p>“Estou a trabalhar no Hospital, nas limpezas e à tarde no Lar” (3);</p>

	<p>“Na Síria nunca trabalhei!” (3);</p>
<p>Integração</p> <p>Língua Portuguesa</p>	<p>“Aprendi a língua, através das aulas de português” (1);</p> <p>“...mas sobretudo pelo meu interesse em aprender a língua”(1);</p> <p>“Querer é meio caminho andado para aprender! (1);</p> <p>“Aprendo através da internet, do contacto e convívio com as pessoas!” (1);</p> <p>“Aprender a língua é fundamental! Facilita a integração a vários níveis” (1);</p> <p>“Não sei muito!” (2)</p> <p>“Já percebo muita coisa, mas falar é muito difícil” (2);</p> <p>“Eu sei que é muito importante, mas também é muito difícil” (2);</p> <p>“Eu aprendi nas aulas de português e através dos colegas de trabalho” (3);</p> <p>“Lá, ensinam-me, puxam por mim, têm paciência comigo” (3);</p> <p>“O meu sonho é falar como o Zahie (tradutor) para não estar dependente de ninguém” (3);</p> <p>“...sinto que não me esforço o suficiente!” (3);</p> <p>“...estamos a aprender português” (4);</p>
<p>Integração</p> <p>Saúde</p>	<p>“Sim. Centro de Saúde, Hospital e Confraria!” (1);</p> <p>“Não, nunca tivemos problema nenhum, nem há nenhum serviço que nos faça falta” (1);</p> <p>Sim. Sei ir ao Hospital” (3);</p> <p>“...já todos foram consultados pelo médico...” (4);</p>
<p>Acolhimento/</p>	<p>“Não, nunca” (1); “Não, nunca” (2); “Não” (3); “Não, pelo contrário (4).</p>

Descriminação	
Mediação Intercultural	<p>“Para mim tanto faz!” (1);</p> <p>“É importante, mas não indispensável!” (1);</p> <p>“Vivo bem sem a presença de pessoas que falam a mesma língua” (1);</p> <p>“Para mim é-me indiferente!” (2);</p> <p>“Gosto de falar a minha língua, mas não é essencial para a nossa integração” (2);</p> <p>“Só a importância de ouvir a mesma língua que a minha! Nada mais! Para a minha integração é indiferente! (3);</p>
Integração	<p>“O que manda neste momento, é o futuro das crianças e dificilmente iria mexer nessa situação, a partir do momento em que já estão a frequentar a escola” (1);</p> <p>“Se fosse agora para a Alemanha, iria perder ainda mais um ano...” (1);</p> <p>“Sim, eu gostaria de ficar aqui” (2);</p> <p>“Tenho família na Alemanha e gostaria de lá ir ao casamento do meu irmão” (3);</p> <p>“...gostaria de sair para visitar a minha família, mas para viver estou bem aqui” (3);</p> <p>“Por enquanto, ainda nos sentimos muito cansados! Os nossos filhos estão em segurança e na escola.” (4);</p> <p>“Um dia, se houver condições para viver na Síria, queríamos voltar para lá!” (4);</p>
Receios e Expectativas	<p>“Preocupo-me muito com o futuro!” (1);</p> <p>“...com o futuro das minhas filhas” (1);</p> <p>“...gostaria que as minhas filhas tivessem essa oportunidade” (1);</p>

	<p>“Acredito que Deus estipulou tudo para a nossa vida” (1);</p> <p>“Não conseguir dar um futuro às minhas filhas” (2);</p> <p>“Não sou muito exigente quanto ao futuro” (2);</p> <p>“Simplesmente aceito o que vier.” (2);</p> <p>“Na Síria ... Tinha ajuda para tudo, ... Agora, tenho de encarar a vida de outra maneira!” (3);</p> <p>“Sem apoio de um marido é complicado! “(3);</p> <p>“Tenho de encarar o futuro, num país diferente, com dois filhos!” (3);</p> <p>“... tenho muito medo que algo aconteça aos meus pais que estão na Síria... eu gostaria de os ir buscar para junto de nós, aqui em Portugal. (3);</p> <p>“Neste momento, o meu maior receio é que aconteça alguma coisa à minha família” (4);</p> <p>“Gostaríamos que a nossa família viesse para cá viver, connosco” (4).</p>
--	---